

Sumário

UMA VISÃO SOBRE O ASPECTO DA BIOFÍSICA APLICADA NO DESENVOLVIMENTO DA VACINA DO SARAMPO Lucas Mateus Bueno Friedrich, Queilha Selestino da Silva, Jozi Godoy Figueiredo, Rafael Sebastião Cícero	02
UMA REFLEXÃO SOBRE A MULHER NO CONTO “AMOR” DE CLARICE LISPECTOR Edineusa Cristina Silva Antuterpio Dias Pereira	14
GÊNERO TEXTUAL DIÁRIO: UMA ABORDAGEM NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA Helenice de Aguiar Soares Karllene Silva dos Anjos Consuelo Neves Menezes Vidoti	25
GESTÃO ESCOLAR PARTICIPATIVA: A IMPORTÂNCIA DA INTERRELAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA PARA A FORMAÇÃO DOS ALUNOS Sirlaine Mendes de Souza Fabiana Leveghim Grossklauss	37
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: EVOLUÇÃO AO LONGO DOS ANOS Delva Rodrigues Oliveira Dutra Adilson Luiz Ré	48
POLIFONIA E DIALOGISMO EM A TRISTE PARTIDA Karllene Silva dos Anjos Helenice de Aguiar Soares	58
TECNOLOGIAS DIGITAIS APLICADAS NO ENSINO DA DISCIPLINA DE FÍSICA PARA O ENSINO MÉDIO Júlio Cesar Gavilan Cleverson Alves da Silva Moura Fernando Henrique Faustini Zarth	70
A INEFICÁCIA DAS SANÇÕES PENAIIS EM FACE AOS CRIMES AMBIENTAIS PRATICADOS PELA PESSOA JURÍDICA Kemmy Aires Sirqueira Guesser Renata Beatriz Bilégo Fabiane Alves da Silva	84
ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA: A INFLUÊNCIA DAS ATITUDES FACILITADORAS NO PROCESSO PSICOTERAPÊUTICO Rafhaela de Souza Ferreira	101

UMA VISÃO SOBRE O ASPECTO DA BIOFÍSICA APLICADA NO DESENVOLVIMENTO DA VACINA DO SARAMPO

Lucas Mateus Bueno Friedrich¹

Queilha Selestino da Silva²

Jozi Godoy Figueiredo³

Rafael Sebastião Cícero⁴

Resumo

O sarampo é uma doença infectocontagiosa que afeta principalmente as crianças e tem como fator etiológico vírus. Neste artigo serão abordados pontos como a caracterização relativa à instabilidade na agregação peptídica, que pode ser usada no *design* eficiente de peptídeos antivirais inibidores de fusão e o reconhecimento por microscopia eletrônica de contraste de fase da célula viva de corpos que são definidos como material de inclusão (cepa) e o tratamento com desoxicolato de sódio rompendo as partículas do vírus do sarampo. As propriedades biofísicas dos peptídeos derivados de heptato C-terminal modulam sua potência antiviral. O princípio biofísico mais abrangente na formulação dos antivirais é a caracterização de um inibidor da fusão do peptídeo conjugado ao 25-hidroxicolesterol. Desestabilização da membrana alvo pelo peptídeo de fusão e aproximação com o envelope viral são os processos essenciais para a formação da haste de hemifusão (intermediário do processo de fusão, onde as monocamadas externas encontram-se fusionadas, enquanto que as internas não). No final da reestruturação das proteínas de fusão de classe I e II, ocorre a formação do poro de fusão que permite a liberação do núcleo capsídeo viral no citoplasma. A interação do sarampo com os receptores na membrana do plasma de células de dendritos determina essencialmente sua ativação e captura e captação viral, enquanto a transmissão viral, sinalização ou apresentação de componentes virais para células T envolve a formação de interfaces de membrana organizadas (virologias ou imunológicas).

Palavras chave: propriedades biofísicas, sarampo, antiviral.

A VIEW ON THE ASPECT OF BIOPHYSICS APPLIED IN THE DEVELOPMENT OF THE MEASLES VACCINE

Abstract

Measles is an infectious disease that affects mainly as children and has an etiological factor of viruses. In this article we will examine the characterization points related to the aggregated peptide instability, which can be used in the design of efficient fusion inhibitor antiviral peptides and recognition by live phase electron microscopy of living cells as selection material (strain) and treatment with sodium deoxycholate breaking off as measles virus isolation. As biophysical properties of peptides derived from the module's C-terminal module, its antiviral potency. The most comprehensive biophysical principle on the elimination of antiviral is the characterization of a peptide fusion inhibitor conjugated to 25-hydroxycholesterol. Destabilization of the target membrane by the fusion peptide and approximation with the viral envelope are the essential processes for the formation of the hemifusion (intermediate of the fusion process, where the external monolayers separate, while the internal ones do not). At the end of the restructuring of the class I and II fusion proteins, the formation of the fusion pore occurs which allows the release of the viral capsid nucleus in the cytoplasm. A measles interaction with receptors on the plasma membrane of dendrite cells determines their viral capture and capture, while a viral transmission, signaling or presentation of viral components to T cells involves the formation of organized membrane interfaces (virologies or immunological).

Keywords: biophysical properties; measles; antiviral.

1.0 Introdução

De acordo com SOUZA et. al. (2017), os vírus são os menores organismos que podem se replicar e são classicamente conhecidos pela sua habilidade de atravessar filtros que retêm até as menores bactérias. Na sua forma mais básica, as partículas virais são compostas por um material genético, que é revestido por uma capa proteica, conhecida como capsídeos, em alguns casos, a partícula viral pode ainda ser envolvida por uma membrana lipídica, conhecida como envelope, que contém as glicoproteínas virais.

O vírus do sarampo é um vírus humano da família *Paramyxoviridae* e do gênero *Morbillivirus*. Apesar da disponibilidade de uma vacina desde 1963 e imunização segura e eficaz desde o início dos anos 80, onde se deu com uma queda global na prevalência, no entanto, o sarampo está ressurgindo atualmente e vários surtos ocorreram em países desenvolvidos. Ressalta-se que, nos EUA houve mais de 600 casos de sarampo em 2014, seguidos pela primeira morte relacionada ao sarampo nos EUA nos últimos 12 anos. Em 2017, surtos ocorreram também na Romênia e na Itália, mais de 5 mil casos cada uma (GOMES et. al. (2017).

Ainda segundo GOMES et al (2017), afirma que a doença pode ser grave e levar a sequelas neurológicas, imediatamente após a infecção ou anos depois. As complicações do sistema nervoso central (SNC) podem ocorrer logo após a infecção aguda por vírus do sarampo no caso de encefalomielite aguda (EAM), ou anos após a infecção, como resultado da persistência viral na panencefalite esclerosante subaguda (PEES).

De acordo com o MINISTÉRIO DA SAÚDE (2019), no Brasil os últimos casos de sarampo foram registrados no ano de 2015, em surtos ocorridos nos estados do Ceará (211 casos), São Paulo (dois casos) e Roraima (um caso), associados ao surto do Ceará. Em 2016, o Brasil recebeu o certificado de eliminação da circulação do vírus do sarampo pela OMS, declarando a região das Américas livre do sarampo. Dados de 2019 até o momento, demonstram no Brasil, surtos de sarampo nos estados do Amazonas, Roraima, nove Unidades Federadas também confirmaram casos de sarampo: 62 casos no Pará, 46 casos no Rio Grande do Sul, 19 no Rio de Janeiro, quatro casos em Pernambuco e Sergipe, três casos em São Paulo e Bahia, dois em Rondônia e um caso no Distrito Federal, totalizando 10.302 casos confirmados de sarampo no Brasil.

Mapeamento de casos de sarampo por regiões do Brasil em 2019

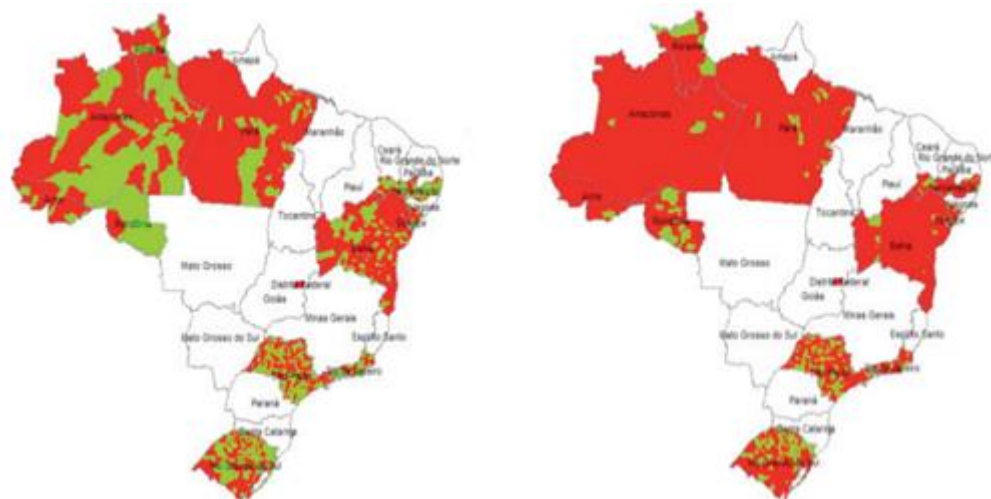


Figura 1: Fonte: pni.datasus.gov.br (adaptado)

HISTÓRICO DE CASOS DE SARAMPO NO BRASIL ENTRE 2000-2019

ANOS	BRASIL N° DE CASOS
2000	36
2005	57
2010	68
2013	220
2014	876
2018	1056
2019	10.302

Tabela1: Fonte: Ministério da saúde (adaptado) 2020.

Os números de casos ocorridos, estão aumentando de forma progressiva, uma das causas, está principalmente associada à recusa da vacina, mas também ocorrem em pessoas vacinadas expostas a esse vírus altamente transmissível, e na crescente população de indivíduos imunocomprometidos. Segundo BRANCO et. al. (2019), com o objetivo de conter o avanço dos casos no país, o Ministério da Saúde iniciou uma campanha de vacinação contra a poliomielite e o sarampo com o público alvo de crianças de um a menores de cinco anos 16, independente da situação vacinal, desde que não tenham sido vacinadas nos últimos trinta dias. Essa campanha está sendo feita de forma indiscriminada para manter a cobertura homogênea de vacinação. Devido a este retorno de uma virose já controlada e que atualmente encontrasse ressurgindo onde já havia um controle por completo, o objetivo deste trabalho é uma revisão sistemática, afim de ter um olhar mais detalhado sobre os princípios biofísicos relacionados a vacina contra o sarampo e mostrar dados a respeito dessa enfermidade.

2.0 - Revisão de literatura

KALLMAN et. al. (1959), já vinham ressaltando há algum tempo que as células infectadas pelo vírus do sarampo contêm material de inclusão que é distinguível dos componentes celulares normais pela aplicação de métodos tradicionais de coloração e observação no microscópio óptico. A estrutura fina do material de inclusão contido nas células HeLa infectadas pelo vírus da cepa de sarampo de Edmonston foi examinada no microscópio eletrônico. Duas etapas foram necessárias neste estudo: (1) o reconhecimento por microscopia de contraste de fase da célula viva de corpos que são definidos como material de inclusão quando as células são classicamente coradas; (2) e o reconhecimento no microscópio eletrônico de material do corpo de inclusão que havia sido previamente identificado na célula viva. Verificou-se que a estrutura fina do material de inclusão nuclear e citoplasmática nas células tratadas com ósmio consistia principalmente em filamentos dispostos aleatoriamente e com baixa densidade de elétrons. Matrizes densas e altamente ordenadas de filamentos foram encontradas perto do centro das inclusões nucleares, às vezes como um arranjo bidimensional, quase ortogonal. Se o tamanho do vírus do sarampo for de cerca de 100 m/z de diâmetro, os fios vistos nas inclusões não poderão ser um vírus totalmente formado.

HALL et. al., (1972) cultivou o vírus do sarampo em células HEp-2 e purificou por sedimentação em gradientes de tartarato de potássio. O vírus formou uma banda afiada a uma densidade de $\cong 23$ (g/cm³). O tratamento com desoxicolato de sódio rompeu as partículas do vírus do sarampo, liberando núcleo capsídeos virais que sedimentavam a aproximadamente 280s e eram resistentes à ribonuclease pancreática. A sedimentação por densidade de equilíbrio dos núcleos capsídeos em CsCl deu uma banda visível a uma densidade de 1.30 (g/cm³). A proporção E280/E260 de núcleo capsídeos dissociadas foi de 0.88 consistente, com um conteúdo de RNA de 5.0%. O RNA extraído do vírus purificado e do núcleo capsídeo teve um coeficiente de sedimentação de 52 a 54s em gradientes de densidade de sacarose e uma ferramenta peso de 6.4×10^6 quando fracionado em géis de poli(acrilamida)-agarose. Os polipeptídios do vírus purificado e núcleo capsídeo foram separados por eletroforese em gel de poli(acrilamida). As partículas intactas do vírus continham seis polipeptídios da ferramenta watts 75600, 6900, 60000, 53000, 51000 e 45700. O núcleo capsídeo continha um único polipeptídio de peso molecular 6×10^4 .

Segundo SOUZA et. al. (20177) a fusão de membranas é um processo celular essencial para fagocitose, pinocitose e tráfego de vesículas, é o mecanismo básico de entrada dos vírus envelopados nas células hospedeiras. É um método “elegante e efetivo” para liberar o genoma viral no citoplasma e iniciar a infecção (SMITH e HELENIUS, 2004). A reação de fusão do envelope viral pode ser direta com a membrana plasmática da célula ou com a membrana do compartimento endossomal após a internalização da partícula viral por endocitose mediada por receptor (EARP apud, 2005). As vias de endocitose utilizadas podem ser dependentes de clatrina (mais comum), dependente de caveolina ou independente de clatrina e caveolina (SIECZKARSKI e WHITTACKER apud, 2002). Este processo é catalisado pelas glicoproteínas do envelope viral, que sofrem uma mudança conformacional desencadeada pela interação do vírus com seu receptor celular específico ou exposição ao pH ácido do meio endossomal. Nesta reestruturação da proteína de superfície viral, ocorre a exposição do peptídeo de fusão, que desestabiliza a membrana, iniciando a reação de fusão. A elucidação dos mecanismos moleculares envolvidos na reação de fusão de membranas pode auxiliar no desenvolvimento de novos compostos de inativação viral, concluí, SOUZA et. al. (2007).

KISSMAN et. al. (2008), propõe que a estabilização do vírus do sarampo para a formulação de vacinas RNA simples, é uma bicamada lipídica derivada da célula hospedeira. Os dados experimentais desse sistema composto, embora não sejam capazes de discriminar diretamente os detalhes estruturais, ainda podem ser usados para identificar condições sob as quais ocorrem alterações estruturais (mesmo que a natureza exata dessas mudanças não seja clara). Surge então a questão de saber se essas mudanças medidas experimentalmente são suficientes para servir de base para a estabilização a longo prazo de algo tão complexo quanto um vírus envolvido. Apresentamos aqui os resultados de uma caracterização biofísica abrangente do vírus do sarampo, bem como a triagem informada por DPA (Declaração de produtos ambientais) de potenciais estabilizadores.

Para AVOTA et.al. (2013), a entrada, a compartimentação e a transmissão viral dependem da formação de lipoma de membrana/micro dérmicos proteicos concentrando receptores e sinais-lipossomas. As células dendríticas (CDs) são alvos principais da infecção pelo sarampo, e essa interação promove a ativação imune a imunossupressão generalizada, mas também o transporte da MV (measles vírus) para os linfáticos secundários, onde ocorre a transmissão às células T. Além do

aprisionamento da MV, a interação CD-SIGN pode aumentar a captação do sarampo ativando as esfingomielinases celulares e, assim, o surface transporte vertical do seu receptor de entrada CD150.

De acordo com JURGENSE et. al. (2015), para explorar CDs como cavalos de Tróia para o transporte, o sarampo promove a maturação da CD acompanhada de mobilização e restrições da replicação viral nessas células podem apoiar esse processo. As CDs infectadas por sarampo são incapazes de apoiar a formação de sinapses imunes funcionais com células T conjugadas e a sinalização de glicoproteínas via virais ou ligantes repulsivos (como as semaforinas) desempenha um papel fundamental na indução da paralisia de células T. Na ausência de reconhecimento de antígeno, a transmissão do sarampo das CDs infectadas para as células T envolve provavelmente a formação de poli condutos que concentram proteínas estruturais virais, receptores virais e componentes que aumentam a captação viral ou a estabilidade do conjugado. Como os CDs mal suportam a produção de partículas infecciosas de sarampo, essas interfaces organizadas provavelmente apresentam sinapses virológicas essenciais para a transmissão de sarampo.

FIGUEIRA et.al. (2017), observou que a administração intranasal profilática de um inibidor de fusão de chumbo protege eficientemente da infecção por vírus do sarampo *in vivo*, que peptídeos marcados com porções lipofílicas se auto agrupam em nanopartículas até atingirem as células-alvo, onde são integrados às membranas celulares. O recurso de automontagem aprimora redistribuição e a meia-vida dos peptídeos, enquanto a integração na membrana da célula alvo aumenta a potência do inibidor de fusão. Esses fatores juntos modulam a eficácia vivo. Ele demonstrou que peptídeos inibitórios de fusão entregues por via intranasal fornecem profilaxia eficaz contra a infecção do vírus do sarampo e que propriedades biofísicas específicas regulam a eficácia *in vivo* de peptídeos derivados de MVF (*Measles Vírus Fusión*).

Os resultados sugerem uma nova estrutura para o desenvolvimento de peptídeos inibidores de fusão eficazes.

GOMES et.al. (2017) propôs que os Perfis cinéticos (sensor gramas) da ligação peptídica a pequenas superfícies de vesículas uni lamelares (SUV) foram adquiridos usando ressonância plásmica de superfície (SPR), que permite a detecção em tempo real de moléculas ligadas em uma superfície coberta com SUV.

Cada sensor grama é composto de fases de ligação e de desligamento sequenciais, correspondendo à injeção da amostra sobre a superfície lipídica, seguido pela remoção de moléculas de amostra ligadas através do fluxo de solvente. Três diferentes composições de membrana foram testadas para a sua ligação peptídica, para imitar os domínios líquidos desordenados contendo 1-palmitoil-2-oleoil-sn-glicero-3-fosfocolina (POPC) e domínios ordenados por líquido a partir de membranas celulares de mamíferos, com POPC e colesterol (Chol), bem como jangadas lipídicas contendo esfingomielina (SM) (POPC: Chol: SM), uma vez que tem sido sugerido que *Virions* MV emergem de domínios ricos em colesterol, como jangadas lipídicas, e podem reter essa composição lipídica no envelope viral. A estabilidade e a distribuição de tamanho do SUV foram avaliadas por espalhamento de luz dinâmico (DLS).

GOMES et. al. (2017), concluí que sensores de MV-HC mostraram uma interação para todas as membranas testadas. O maior nível de ligação e subsequente desvinculação foi observado para as vesículas de POPC, indicando uma maior afinidade do peptídeo por domínios desordenados e desvios dinâmicos. A adição de colesterol diminui essa interação e a desvinculação, mas a dinamicidade aumenta na presença de SM, também salientam que a interação entre o peptídeo conjugado e os lipídios é transitória: o peptídeo se liga à superfície lipídica através de um processo rápido, diminuindo significativamente até o final da injeção do peptídeo. Quase todo o peptídeo é removido durante a fase de dissociação, seguindo um padrão similar, com um sinal rapidamente decrescente. Com base na ligação máxima do peptídeo e resposta de deposição do SUV, calculou-se as respectivas proporções molares médias peptídeos/lipídio em função da concentração do peptídeo injetado.

3.0 - Discussão

Para GOMES et. al. (2017), o conjugado peptídeo MV-HC compreende duas partes antivirais: um peptídeo inibidor de fusão baseado na repetição do heptato-C-terminal (HRC) da proteína MVF e 25-hidroxicolesterol, um derivado de colesterol com atividade contra uma variedade de (SUV) envelopados. MV-HC preserva a propriedade de interação da membrana conferida pela conjugação de colesterol e aumenta a dinamicidade da cinética de interação em membranas representativas de

tipos de células relevantes para a infecção por MV, a hipótese é que a presença de 25HC influencia o comportamento biofísico do complexo peptídico, o que pode ser importante não só para a atividade *in vitro*, mas também para as propriedades antivirais *in vivo*.

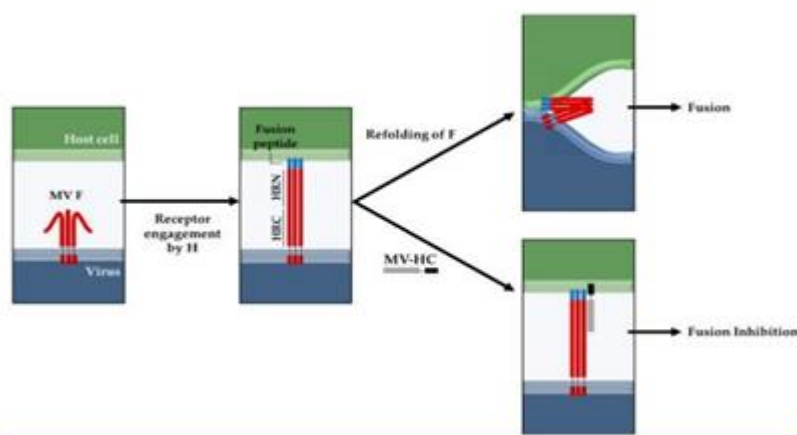


Figura 2: Proposta de mecanismo de inibição de fusão do peptídeo MV-HC. Os peptídeos derivados do domínio HRC de F podem inibir potencialmente a infecção por MV por ligação ao domínio HRN, após a inserção do peptídeo de fusão na célula alvo, evitando a fusão entre membranas virais e celulares. Por uma questão de simplicidade, a proteína H não é representada no diagrama. Os domínios HRN e HRC, assim como o peptídeo MV-HC, não estão representados em escala em relação ao comprimento total da proteína ou à espessura da bicamada. (GOMES et. al. 2017).

Fonte: GOMES et. al. 2017

KALLMAN et. al. (1959), expõe que o perfil de agregação do MV-HC foi avaliado por duas abordagens diferentes. O método ANS baseado em espectroscopia de fluorescência baseia-se nas diferenças dos espectros de fluorescência desta sonda na ausência e na presença de uma gama de concentrações de peptídeos, promovida pela interação do SNA com sítios hidrofóbicos. Um aumento na concentração de peptídeo foi seguido por um aumento na intensidade de fluorescência, bem como por um desvio azul na emissão de fluorescência, ambos indicando a formação de agregados peptídicos. Tal perfil de agregação pode eventualmente influenciar a inserção do peptídeo na membrana e promover mudanças estruturais e dinâmicas na bicamada lipídica.

A uma explicação que a porção hidrofobiclipídeo confere as propriedades de auto agregação; no entanto, a eficiência de inserção da membrana é influenciada pela porção lipofílica, bem como pela valência do peptídeo. Os peptídeos dérmicos têm restrições históricas à embalagem organizada em um arranjo tipo micela; os

peptídeos monoméricos, no entanto, não possuem essas restrições e formam estruturas do tipo micela organizadas, que são estáveis em solução e, portanto, menos propensas a interagir com lipídios. De fato, que apenas os peptídeos diméricos HRC4 e HRC6 inserem-se eficientemente em membranas, provavelmente como consequência da montagem de agregados imutáveis em solução aquosa (FIGUEIRA et. al. 2017),

JURGENSE et. al (2015) repetiu os receptores que estabilizam a estrutura, ou foram implicados na captação ou aprimoramento de MV e proteínas virais, a interface organizada entre CDs infectadas por MV e células T pré-ativadas compartilha importantes semelhanças com o HIVVS para apoiar com eficiência a entrada de MV nas células T alvo. A interação com as CDs é a chave para o entendimento dos principais aspectos da patogênese viral que se estendem desde a transmissão MV de CDs para células T.

AVOTA et. al. (2013), explica que em nível celular, a formação de micro domínios de membrana organizados que segregam receptores e complexos de sinalização de receptores proximais em um ambiente lipídico/proteico adequado é crucial na regulação do acesso e na compartimentalização dentro das CDs mas também na formação de interfaces estabilizadas com células T para serem transporte ativas (apresentação de antígenos) ou sinais negativos (silenciamento de células T) ou vírus (como partículas ou RNPs). Além disso, o acoplamento dinâmico ao citoesqueleto de actina (e presumivelmente tubulina) são elementos-chave na interação dinâmica de vírus com compartimentos membranosos.

4.0 - Conclusão

Os resultados sugerem que a conjugação de 25HC aumenta a interação entre o peptídeo e a membrana a um nível similar àquele observado para peptídeos derivados de HRC contendo um ligante de PEG24 entre o peptídeo e o conjugado de colesterol. O ligante PEG24, embora conferindo maior potência antiviral, também conferiu sensibilidade à degradação proteolítica. Mesmo com potência antiviral equivalente para o conjugado MV-HC em comparação com os peptídeos MV-HRC ligados ao PEG24, uma diminuição na sensibilidade à degradação proteolítica ofereceria uma vantagem significativa.

Portanto a implicação da agregação peptídica para a interação peptídeo-lipídio é importante para ser esclarecida. Alterações nas propriedades físicas das

membranas, incluindo a curvatura e a espessura da membrana, podem influenciar o mecanismo de ação do peptídeo C. Micrografias eletrônicas de baixa ampliação mostraram que as seções passavam pelas mesmas células que aquelas vistas anteriormente em sua totalidade no estado vivo. Em áreas de morfologia distinta, os limites das áreas de inclusão nuclear e citoplasmática podiam ser vistos na mesma célula, tanto nas micrografias de luz quanto nos de elétrons.

5.0 - Referência bibliográfica

AVOTA Elita, Koethe Susanne and Schaulier Sibylle Schneider, Membrane Dynamics and interactions in measles virus dendritic cell, Cellular Microbiology, Germany, 15(2), 161–169, 2013. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22963539>. Acesso em: 19/10/2019.

BRANCO V. G. C., MORGADO F. E. F. O surto de sarampo e a situação vacinal no Brasil, Revista de Medicina de Família e Saúde Mental Vol. 1. No 1, (Rio de Janeiro-Brasil). 2019. Disponível em: <http://www.revista.unifeso.edu.br/index.php/medicinafamiliasaudemental/article/view/1594>. Acesso em: 18/06/2020.

FIGUEIRA T. N., PALERMO L. M. e VEIGA S. et al. In Vivo Efficacy of Measles Virus Fusion Protein-Derived Peptides Is Modulated by the Properties of Self-Assembly and Membrane Residence, Journal of Virology, New York (USA), 91 (1) e01554-166, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/29463726>. Acesso em: 19/10/2019.

GOMES Barbara, SANTOS Nuno C. and POROTTO Matteo, Biophysical Properties and Antiviral Activities of Measles Fusion Protein Derived Peptide Conjugated with 25-Hydroxycholesterol, Molecules, New York (USA), 22, 1869, 2017. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1420-3049/22/11/1869>. Acesso em: 15/10/2019.

HALL W. W., MARTIN S. J., Purification and Characterization of Measles Virus, J. gen. Virol., Great Britain, 19, 175-188, 1973. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/4715320>. Acesso em: 19/10/2019.

JURGENSE. M., MATHIEU C. e Palermo L. M., measles fusion machines are deregulated in neuro pathogenic variants. MBio; Uberaba (MG, Brasil), 6: e02528-14, 2015. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25670774>. Acesso em: 19/10/2019.

KALLMAN Frances, ADAMS John M. and WILLIAMS Robley C., Fine Structure of Cellular Inclusions in Measles Virus Infections, J. Biophysic. And Biochem. Cytol., California, (Los Angeles, USA), Vol.6, No.3, 1959. Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2224708/>. Acesso em: 19/10/2019.

KISSMAN J., AUSAR S. F. And Rudolph, Stabilization of Measles Virus for Vaccine Formulation, Human vaccines, Minnesota (USA), 4-5,350-359, 2008. Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18382143>. Acesso em: 19/10/2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Situação de sarampo no Brasil - 2019. Informe No. 36/2019. Disponível em:

<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/janeiro/28/Informe-Sarampo-n36-24jan19aed>. Acesso em 18/02/2020.

SOUZA F. S. J., Fusão de Membranas como Alvo para Inativação Viral e Desenvolvimento de Vacinas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Bioquímica Médica, Riode janeiro,2007. Disponível em:

http://pct.capes.gov.br/teses/2007/968993_5.PDF. Acesso em: 19/10/2019.

UMA REFLEXÃO SOBRE A MULHER NO CONTO “AMOR” DE CLARICE LISPECTOR

Edineusa Cristina Silva¹
Antuterpio Dias Pereira²

Resumo

Neste artigo a autora Clarice Lispector enfatiza por meio da personagem Ana o cotidiano da maioria das mulheres em nosso país, que mostra o universo feminino, repleto de medos, conflitos, dores, tristeza, angustias. A mulher ao longo da história é um sujeito que foi e ainda é marginalizada, silenciada e invisibilizada. O enredo do conto se dá no trajeto que Ana faz no bonde, da volta do mercado até sua casa, no final da tarde. Quando o narrador inicia o conto falando que ela está cansada e transmite naquele momento que quer apenas um espaço para se acomodar com as compras no percurso de volta para casa e para seus filhos e seu marido.

Palavras chaves: literatura, contos, enredo

Abstract

In this article, the author Clarice Lispector emphasizes, through the character Ana, the daily lives of most women in our country, which shows the female universe, full of fears, conflicts, pains, sadness, anguish. Throughout history, women have been and still are marginalized, silenced and invisible. The plot of the story takes place on the path that Ana takes on the tram, from the return of the market to her home, in the late afternoon. When the narrator starts the story saying that she is tired and transmits at that moment that she just wants a space to settle with the shopping on the way home and to her children and her husband.

Keywords: literature, stories, plot

¹Mestrando do Programa de Pós Graduação do Mestrado em Educação da Faculdade de Rondonópolis

² Professor da Faculdade Eduvale e Doutor em Historia – UFGD

Introdução

A literatura pode muito. Ela pode nos estender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver”

TODOROV (2009)

Antônio Cândido (2004), em seu texto “O direito à literatura”, reforça o poder que a literatura tem sobre os sujeitos, pois ela pode confirmar ou negar direitos. E dessa forma, ao reler o conto “Amor”, de Clarice Lispector pude fazer uma reflexão sobre a literatura e a vida, em especial a minha vida.

Observo como nunca que o universo literário envolve uma amplitude, a qual se revela por meio de diversas maneiras, valendo-se da linguagem verbal e não-verbal. Concordo com COSSON (2011, p.17), “ a literatura tem o poder de se metamorfosear em todas as formas discursivas”.

A Literatura enquanto espaço privilegiado para o exercício da linguagem, reúne vários conhecimentos, expressa várias realidades. Assim, entre a personagem protagonistas do conto “Amor” e a minha própria história algumas semelhanças, em alguns aspectos, mas o mais relevante aspecto que nos aproxima é viver o amor para o outro ou para o bem do outro.

A autora Clarice Lispector enfatiza por meio da personagem Ana o cotidiano da maioria das mulheres em nosso país, que mostra o universo feminino, repleto de medos, conflitos, dores, tristeza, angustias. A mulher ao longo da história é um sujeito que foi e ainda é marginalizada, silenciada e invisibilizada.

Clarice Lispector trouxe esse universo feminino para o campo literário em suas obras como uma forma de romper barreiras, para assim poder mostrar os enigmas, as inquietações e as decepções que permeavam e pode-se dizer que permeiam esse universo até hoje.

O enredo do conto se dá no trajeto que Ana faz no bonde, da volta do mercado até sua casa, no final da tarde. Quando o narrador inicia o conto falando

que ela está cansada e transmite naquele momento que quer apenas um espaço para se acomodar com as compras no percurso de volta para casa e para seus filhos e seu marido.

Ana uma mulher branca que se mostrava firme e com o controle da rotina de sua casa, porém não tinha mais o controle sobre si, suas vontades e seus desejos, ela anulava-se para manter o bem estar de sua família. Isso pode ser analisado na seguinte passagem.

“No fundo, Ana sempre tivera necessidade de sentir a raiz firme das coisas. E isso um lar perplexamente lhe dera. Por caminhos tortos, viera a cair num destino de mulher, com a surpresa de nele caber como se o tivesse inventado. O homem com quem casara era um homem verdadeiro, os filhos que tivera eram filhos verdadeiros. Sua juventude anterior parecia-lhe estranha como uma doença de vida. Dela havia aos poucos emergido para descobrir que também sem a felicidade se vivia: abolindo-a, encontrara uma legião de pessoas, antes invisíveis, que viviam como quem trabalha - com persistência, continuidade, alegria. O que sucedera a Ana antes de ter o lar estava para sempre fora de seu alcance: uma exaltação perturbada que tantas vezes se confundira com felicidade insuportável. ”
(LISPECTOR,1998. p.20).

Nessa passagem uma parte da história de minha vida se encontra com a da personagem Ana, tive filhos e me casei ainda na adolescência, e assim, tornei-me a base para que tudo fosse da melhor maneira para minha família, abandonei os estudos, os amigos, os passeios. Uma fase onde pensei que tudo seria infinitamente perfeito.

Quando a protagonista deixa claro que o período da tarde é um momento perigoso, ela mostra que o perigo está em estar só e poder lembrar, imaginar ou sentir sensações que serão apenas para a satisfação própria, talvez medo de ser uma mulher livre para si amar, ser desejada por outro.

Ana, procurava se entregar a uma vida tranquila e previsível, na qual não poderia haver espaços para situações inusitadas. Mas, em determinados momentos apresenta certo desconforto, pois havia dentro dela, sensações que ela não conseguia negar, que insistiam em emergir do seu inconsciente. A personagem se perdia, mas, lutava para encontrar um equilíbrio em tudo que vivia. Ana desejava algo, mas não sabia exatamente o que era. Era escrava àquele

mundo de convenções e se sentia mais segura ali,

“Sua precaução reduzia-se a tomar cuidado na hora perigosa da tarde, quando a casa estava vazia sem precisar mais dela, o sol alto, cada membro da família distribuído nas suas funções. Olhando os móveis limpos, seu coração se apertava um pouco em espanto. Mas na sua vida não havia lugar para que sentisse ternura pelo seu espanto - ela o abafava com a mesma habilidade que as lides em casa lhe haviam transmitido. Saía então para fazer compras ou levar objetos para consertar, cuidando do lar e da família à revelia deles. ” (LISPECTOR, 1998.p.20-21).

Clarice Lispector retrata nesse conto, assim como nas suas obras que as personagens femininas estão envoltas de um espaço familiar, que essas mulheres são postas numa condição que as submetem a angustias, vivem histórias que as fazem sofrer.

A personagem principal do conto “Amor” demonstra insatisfação pela sua condição de mulher, com uma rotina de mesmice. Por meio de uma tomada de consciência mesmo que passageiro, ela rompe com um processo de alienação em que vive, questionando seu papel como sujeito ativo na sociedade.

Ana vivenciava períodos nos quais se agoniava, pois, se enfrentava com o que avalia fantasmas interiores, mas que pode ser considerado como uma abertura de consciência em que ela, poderia se desencadear-se daquele mundo que a oprimia. Só que por estar presa a uma ideia cristalizada, a personagem vê como se o perigo estivesse justamente nesses períodos de perturbação psicológica.

Tudo parecia tranquilo até que a protagonista se encontra com um cego enquanto sai para fazer compras. Esse encontro desencadeia na personagem um processo de autoconsciência que modifica sua percepção do cotidiano e consequentemente das relações familiares. A figura do cego é responsável por toda transformação ocorrida na vida da personagem: “um cego me levou ao pior de mim mesma, pensou espantada. ” (LISPECTOR, 1998, p.21).

Hoje avalio que Ana e também eu em meio a paradoxos, metáforas e ironias vivia em uma realidade aparentemente banal e estável, contudo estávamos em

meio a uma realidade e condições perturbadoras, visto que, a partir do momento que ela encontra o homem cego e isso a perturba tanto, é que ela se dá conta da sua própria cegueira, que é imposta por uma sociedade moralista, machista e cruel que oprime e silencia os desejos e os sonhos de uma mulher. No meu caso o que me fez tirar as vendas de meus olhos e voltar a enxergar foi voltar a estudar e ir para Universidade.

Nessa fase de minha vida “ a volta aos estudos” pude iniciar a minha reconstrução enquanto mulher, em especial de uma mulher mãe de 4 filhos, esposa e filha. Consegui entender que poderia cuidar deles, mas poderia também cuidar de mim. Não foi uma tarefa fácil, visto que as exigências para o bem familiar se tornaram ainda maiores, pois ficava o dia todo fora de casa e quando regressava tinha que dar toda a atenção que pediam. No entanto, persisti.

Já com Ana é notório, que a personagem no modelo familiar patriarcal e machista da sociedade não exercia o papel de protagonista da família e nem de sua vida, e sim tinha desempenhado o papel de uma mera coadjuvante, visto que lhe era permitido pela sociedade assumir a função de companheira e auxiliar nos encargos da família, ela passou a ser submissa as vontades e necessidades do marido, dos filhos, como se não fosse capaz de desempenhar outras funções.

A inquietação que o encontro com o homem cego trouxe a Ana proporcionou a ela a percepção do mundo, de contemplar sensações sinestésicas que a muito tempo não as sentia, como se por alguns instantes ela retomasse sua consciência e fosse livre mesmo que uma liberdade momentânea.

Clarice Lispector demonstra ao longo do enredo, por meio da personagem do conto “Amor” que eram imposto a mulher, ou as mulheres apenas seguir seu destino de uma vida familiar, pois era essa a única vida que poderia ou poderiam ter.

O casamento, o cuidar dos filhos e da rotina da casa sufoca os desejos da personagem:

Todo o seu desejo vagamente artístico encaminhara-se há muito no sentido de tornar os dias realizados e belos; com o tempo seu gosto pelo decorativo se desenvolvera e suplantara a íntima desordem. Parecia ter descoberto que tudo era passível de aperfeiçoamento, a cada coisa se emprestaria uma harmoniosa; a vida podia ser feita pela mão do homem. (LISPECTOR, 1998, p.20)

A personagem Ana ao decorrer da narrativa mostra que suas certezas foram abaladas, no entanto, prefere continuar a viver naquela situação, mesmo sendo infeliz, já que essa era uma condição social imposta a ela, condição essa que suprimia os seus desejos íntimos, suas lembranças da juventude, que a silenciava e a oprimia, que retirava dela tudo o que pudesse dar prazer, ou seja, felicidade. Ana abdica à sua liberdade para viver a imposição de uma sociedade centrada no poder machista e patriarcal.

[...] Sua juventude anterior parecia-lhe estranha como uma doença de vida. Dela havia aos poucos emergido para descobrir que também sem a felicidade se vivia. [...] O que sucedera a Ana antes de ter o lar estava para sempre fora de seu alcance: uma exaltação perturbada que tantas vezes se confundira com a felicidade suportável. Criara em troca algo enfim compreensível, uma vida de adulto. Assim ela o quisera e escolhera. (LISPECTOR, 1998, p.20)

Ao iniciar esse texto fiz uma afirmação de que ao reler o conto encontrei semelhanças entre a personagem de Clarisse Lispector e a minha própria história de vida, pois tanto na época da escrita do conto e da vida da personagem Ana, quanto no século XX e XXI muitas mulheres ainda vivem essa situação, por mais que lutamos e reagimos ao que querem nos submeter, ao silenciamento a invisibilidade, ainda assim temos muitas de nós que sofrem e anulam-se para o bem exclusivamente do outro.

No entanto, diferentemente de Ana e mais parecida com Clarice não quis e não irei me conformar com a imposição dessa sociedade patriarcal e machista. Sou mulher negra, mãe, filha, amiga, companheira e professora e tenho buscado mudar e construir um lugar onde mulheres possam amar-se e ter oportunidades de serem ouvidas e de fazerem o que tem vontade com seus sonhos e desejos. Para realizar esse objetivo pretendo além da sala de aula ocupar espaços onde eu possa lutar e ter um lugar de fala que possibilite ajudar meus pares.

Todo texto que aborda o cotidiano feminino me atrai, pois começo a analisar como a imagem e a representação da mulher é dada nos textos literários, isso é algo que mexe comigo enquanto mulher. Faz com que me emocione ao mergulhar em minhas memórias e refletir sobre o seguinte questionamento; “ O que fez com que você se tornasse o que você é?

O que me tornei hoje foi a vontade de superar e vencer as necessidades que a vida me impôs na infância. O que tornei com certeza desde a infância até hoje é fruto da resistência e da sabedoria de mulheres fortes (avó, mãe, tias) que me ensinaram que devemos sempre buscar a realização de sonhos.

Nessa jornada de vida tenho encontrado homens e mulheres que me encorajam a continuar a resistir e lutar são autoras e autores , colegas de curso na Universidade, professoras e professores excepcionais que me fazem querer me tornar também excepcional e agora não só por mim, mas por minha mãe, por minhas filhas para minhas, pelo meu filho, minhas alunas que são jovens e na sua maioria meninas negras da periferia que trazem com elas suas vivências e experiências.

Tanto a escrita de Clarice Lispector como também com minhas mestras tenho aprendido que pequenas escolhas movem as atitudes e a vontade de vencer e assumir o destino. Priscila Scudder (2019), ressalta que,

“O gesto de escrever é acompanhado, entre outras coisas, por um desejo de pensar profundamente um problema. Os problemas podem ter os tamanhos e contornos da macroeconomia, da longa duração, das estruturas das grandes máquinas institucionais ou da vida cotidiana. ” (SCUDDER, 2019, p.613)

A partir da transformação da sociedade a literatura se constitui como uma ferramenta importante, pois contém textos que abordam diferentes temas, com diversas formas de abordar a linguagem, autores nas mais diversas áreas (sociologia, arqueologia, antropologia, religião, romance, história, ensaios, romances), abordando temas transversais que realçam e buscam um resgate de ideais, costumes e história da influência nas diversas áreas da cultura levando em consideração a ancestralidade do nosso povo.

Na formação do ser humano a literatura vem passando por constantes

debates entre filósofos, teóricos, educadores e leitores. Com isso, a literatura remata em si um saber de singularidades ao lidar com a análise das relações particulares que envolvem o ser humano, tais como as crenças, as emoções, a imaginação e outras mais. Para o escritor e pesquisador da literatura negra Cuti, “a literatura é poder, poder de convencimento, de alimentar o imaginário, fonte inspiradora do pensamento e da ação” (CUTI, 2010, p. 12).

A escritora e a obra analisada consagram-se pelo importante espaço de discussão do papel atribuído à mulher no casamento e na sociedade no período de produção da narrativa e ainda hoje, dessa maneira além de Clarice Lispector¹ que é uma percussora em fazer uma crítica ao silenciamento impostos as mulheres, temos outras importantes escritoras que nos auxilia a compreender o papel social do público feminino, seja em relação a gênero, classe e raça.

A escrita da autora Clarice Lispector apresenta como que historicamente a figura feminina foi sendo associada aos cuidados domésticos e familiares, herança de uma sociedade patriarcal, tornando-a, assim, inferior dentro da hierarquia familiar e sacrificando nesta perspectiva sua própria identidade. Também apresentar os estudos sobre interseccionalidade a partir da leitura de textos em especial Kimberle

¹ Ângela Davis, Suely Carneiro, Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo, Priscila Scudder.

Crenshaw uma importante pesquisadora sobre o conceito da intersecção das desigualdades de raça e de gênero que define,

[...] a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. [...] (CREENSHAW, 2002)

As percepções da interseccionalidade das discriminações enfrentadas pelas mulheres em especial as mulheres negras permitem identificar que para nós as relações de gênero e raciais estão intrinsecamente ligadas a um processo histórico que coloca a mulher negra em campos diferentes dos homens negros e mulheres brancas tanto na experiência e impacto das desigualdades, quanto na construção de vias de afirmação de identidade, acesso a oportunidades e fortalecimento de autoestima. Entender a interseccionalidade a partir de Kimberle Crenshaw nos permite identificar a discriminação racial e a discriminação de gênero, de modo que possamos entender como essas práticas discriminatórias operam juntas.

Trazer o conceito de interseccionalidade para finalizar esse texto é devido ter a consciência que a personagem de Clarice é uma mulher branca que é oprimida por uma sociedade patriarcal e eu sou uma mulher negra que tenho também minhas limitações impostas pela sociedade pelo fato de ser mulher e ser negra. Penso que para mim e Ana a saída é enfrentar essa sociedade que nos silencia e nos oculta. Portanto, assim como minhas ancestrais continuarei a lutar e resistir.

A personagem Ana preferiu mesmo tendo a consciência de que não era feliz continuar naquela vida, Eu não quero e não irei apagar meus sonhos e meus desejos, assim penso que nesse aspecto sou mais parecida com a personagem Livíria, Rivíria, Irlíria ou Vilíria de Guimarães Rosa (2001) no conto “Desenredo”, que mesmo com a sociedade a condenando e reprimindo-a ela lutou e viveu seus desejos com intensidade. Além dessa personagem de Rosa, também quero ter a força de outra personagem Emma Bovary de Gustavo Flaubert, que não se prendeu a essa sociedade patriarcal e machista.

Referências

ALMEIDA, R.; BERTO, A. C. S. **Possibilidades formativas da obra de Clarice Lispector: leitura hermenêutica do conto “Amor”**. Revista Religare, 10 (2).

BOSI, Alfredo. Clarice Lispector. In: **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão identidade** / Judith Butler; tradução, Renato Aguiar. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura: vários escritos**. 4.ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Duas cidades, Ouro sobre azul, 2004. p.169-191

CANDIDO, Antonio. **A literatura e a formação do homem** In: Textos de Intervenção. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2002.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, ano 10, jan. /jul.,2002.

CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DAVIS, Angela-**Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] / Angêla Davis ; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016.

GOMES, Nilma Lino **Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade**: In cadernos pagu (6-7) 1996: pp.67-82.

LISPECTOR, Clarice. **Laços de família**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

ROSA. João Guimarães. **Desenredo**. In:_____ Tutameia- Terceiras estórias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.p. 72-75.

SCUDDER, Priscila de Oliveira Xavier. **PEDAGOGIA DA CASA: MEMÓRIA E DIÁLOGO DE SABERES – PRIMEIRAS NOTAS**: In Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica, Salvador, v. 04, n. 11, p. 612-625, maio/ago. 2019 <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/5781/pdf>

TODOROV, T. A **“O que pode a literatura” e “Uma comunicação inesgotável”** in: A Literatura em Perigo. RJ: Difel, 2009.

WILLMS, Elni Elisa. **Riobaldo de Guimarães Rosa e algumas experiências de bem e mal: “o diabo na rua no meio do redemunho”** in: Culturas de paz e educação latino- americana. Rogério de Almeida; Tito Hernando Pérez, organizadores. São Paulo: FEUSP, 2018. p. 34-51.

GÊNERO TEXTUAL DIÁRIO: UMA ABORDAGEM NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Helenice de Aguiar Soares³

Karllene Silva dos Anjos⁴

Consuelo Neves Menezes Vidoti⁵

RESUMO

Este trabalho pretende analisar a proposta do livro didático apresentada no manual do professor, referente ao gênero textual diário, que constitui o primeiro capítulo da coleção “Se Liga na Língua: Leitura, Produção de Texto e Linguagem”, de Língua Portuguesa, aprovado no PNLD/2018 e direcionado ao 6.º ano do Ensino Fundamental II. Nesse material, buscamos verificar quais atividades propostas pelo livro possibilitam o ensino-aprendizagem do gênero textual diário, pois sabemos da importância do trabalho com essa modalidade de texto no contexto escolar. O trabalho a partir de um gênero textual permite aos alunos que eles possam refletir e apropriar-se do uso adequado da língua materna, ampliando suas habilidades para leitura, escrita e oralidade. A relevância da análise consiste em enfatizar a importância do gênero textual para o ensino de Língua Portuguesa, tendo em vista que os textos se manifestam linguisticamente sempre em um ou outro gênero. A presente investigação desenvolveu-se por meio de pesquisa bibliográfica, envolvendo uma abordagem de natureza qualitativa e descritiva. O gênero textual Diário pode ser considerado um gênero do discurso, pois promove a reflexão individual e oferece ao leitor a compreensão do que é o diálogo retratado no seu tempo e espaço. Ao conhecer tal gênero o aluno é capaz de reconhecer toda sua riqueza histórica, social político, e cultural que transcende a interdisciplinaridade. Neste sentido, o gênero Diário valoriza a linguagem e o pensamento crítico em busca da formação do sujeito, sendo uma ferramenta de diferentes esferas seja acadêmica, literária, e do cotidiano escolar.

Palavras-chave: Gênero textual Diário, Livro didático, Língua Portuguesa

Introdução

O presente trabalho tem como foco principal analisar como vem sendo trabalhado o gênero textual diário no contexto escolar, a partir da análise do primeiro capítulo do livro didático da coleção “Se Liga na Língua: Leitura, Produção de Texto e Linguagem”, de Língua Portuguesa, manual do

³ Mestranda PPGEDU/UFMT/CUR

⁴ Mestranda PPGEDU/UFMT/CUR

⁵ Aluna especial PPGEDU/UFMT/CUR

professor aprovado no PNLD/2018 da editora moderna direcionado ao 6.º ano do Ensino Fundamental II, intitulado: “Diário: Registro do eu no mundo”.

Neste viés, pretendemos verificar quais atividades relacionadas à linguagem estão sendo propostas pelo livro didático, com ênfase no gênero diário, e que caminhos metodológicos percorrerá esse material, no intuito de contribuir para a discussão, a análise, e interpretação do gênero textual em questão. Ainda, pretendeu-se identificar se estas contemplam as habilidades e competências dos eixos de língua portuguesa referente à leitura, escrita e oralidade.

A escolha da temática se deu devido à proposta apresentada na disciplina gêneros textuais e ensino, do programa de pós-graduação da Universidade Federal de Mato Grosso - Câmpus Universitário de Rondonópolis, (PPGEdu/UFMT), na linha de pesquisa: Linguagens, Cultura e Construção de Conhecimento: perspectivas históricas e contemporânea, desenvolvida no segundo semestre letivo de 2019.

Para tratar do tema, partimos da discussão da importância do gênero textual no contexto educacional, compreendendo que deve ser um trabalho norteado por uma abordagem que toma o texto como ponto de partida e os gêneros textuais/discursivos como objeto de ensino-aprendizagem, visando uma interação sócio-discursiva.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), e os demais documentos que norteiam as disciplinas nas escolas, enfatizam que o ensino de língua portuguesa deve mediar-se por leitura, compreensão e produção textual de diversos gêneros, valorizando, assim, o processo de ensino-aprendizagem da língua em situações reais de interação.

Dolz e Schneuly (2004) defendem um trabalho em sala de aula que envolve gêneros textuais diferentes, tanto orais como escritos. Os gêneros textuais, na perspectiva proposta pelos autores, vão mediar o ensino, e as aulas, a partir da análise das características dos gêneros a ser desenvolvidos, servirão como ponto de partida para todas as outras atividades de estudo da língua.

Os gêneros dos discursos/textuais são os megainstrumentos de ensino, pois, segundo Bakhtin (2003), os discursos são vários e infinitos, mas organizados, pois cada esfera de utilização da língua elabora tipos “relativamente estáveis” a que ele chama de gêneros de discurso.

O livro analisado, segundo os autores, está pautado nas premissas da Base Nacional Curricular Comum (BNCC, 2017) referente à promoção da equidade na educação, por meio de aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas pelos estudantes ano a ano no decorrer da Educação Básica, as quais se constituem por práticas de linguagens numa perspectiva sociointeracionista que envolve a construção de conhecimentos de forma dialógica e ativa entre professores e alunos.

Na Base Nacional Curricular Comum (BNCC, 2017) tais aprendizagens são organizadas de acordo com competências e habilidades que direcionam a formação integral dos estudantes em suas variadas dimensões intelectuais, afetivas, éticas, físicas, sociopolíticas.

O trabalho com gênero diário pode ser direcionado a contextos históricos, interligando várias áreas do conhecimento e dando uma abordagem interdisciplinar. Neste sentido, ele contribui para uma efetiva aprendizagem uma vez que o gênero em questão extrapola os limites de mera repetição de conteúdos desarticulados, em que o professor na sala de aula procura recriar situações comunicativas contemplando outros espaços que vão além da escola visando uma interação social que se desenvolve nas práticas sociais de linguagens.

Apresentação do livro didático e do capítulo em análise

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi selecionado o livro didático manual do professor “Se liga na Língua: Leitura, Produção de Texto e Linguagem de Língua Portuguesa”, aprovado no PNLD/2018. O livro didático está constituído de oito capítulos, contendo duzentos e setenta e duas páginas (272) ao todo, e apresenta gêneros textuais diferentes, pautados nos eixos da Língua Portuguesa que são: leitura/escuta, produção de textos, análise linguística/semiótica e oralidade.

O livro didático citado propõe o estudo de gêneros que circulam no universo digital (como os *blogs*, *gifs*, as tirinhas de autores novos, os infográficos, anúncios e outros gêneros publicitários) e também daqueles que aparecem pouco nos livros didáticos em geral, como diário pessoal, verbete, relato de experiências, comentário de leitor e traz ainda gêneros conhecidos como poemas e contos.

Os autores mencionam que nesta obra:

O gênero funciona como elemento organizador de cada capítulo, sempre orientado às práticas de linguagem, o que permite o planejamento de ações e a seleção de determinados textos como objetos de ensino, considerando os campos de atuação a que se vinculam. Isso não significa que o gênero se torna um mero conteúdo a ser ensinado; ele é elemento organizativo do trabalho docente, segundo uma noção de espiral, ou seja, acrescentam-se gradativamente, a partir do contato com cada novo gênero proposto, outras formas de explorar a leitura e a produção textual. (ORMUNDO, W.; SINISCACHI, C. 2018)

Resumidamente, os gêneros contemplados em cada capítulo do livro didático. “Se liga na Língua: Leitura, Produção de Texto e Linguagem de Língua Portuguesa” são:

No capítulo 1- *Diário: registro do eu no mundo* trabalha competências e habilidades de leitura, oralidade e escrita, estruturação de um texto e ortografia;

No capítulo 2- *Verbetes: Palavra que explica palavra leitura* discute a estruturação de frases, verbete, gravação de Podcast e Wikipédia, variedade da linguística, e ortografia;

No capítulo 3 - *História em quadrinhos: imagens e palavras em ação* e trabalha HQ eletrônica, produção de texto, oralidade, e gêneros digitais;

No capítulo 4- *Relato de Experiências: contar o que houve comigo* há um trabalho direcionado à leitura, produção, gramática, grafia, e técnica de pesquisa na internet;

No capítulo 5- *Poema: A expressão do eu leitura, linguagem poética* se evidenciam a escrita, gramática, sílaba tônica e acento gráfico;

No capítulo 6- *Anúncios e outros gêneros publicitários: a venda de produtos e de ideias* se trabalha leitura, produção de texto, gramática e acentuação;

No capítulo 7- *Comentários de leitor: o direito de opinar leitura de jornal impresso e online* há produção de texto, gramática, acentuação, debate em Podcast.

No capítulo 8- *Conto: que delícia é contar leitura, polifonia do conto* o foco recai na produção, gramática, acentuação, interdisciplinaridade.

Diante do exposto, podemos perceber a diversidade de gêneros textuais que o livro didático propõe e que deve ser trabalhada de forma dinâmica e contextualizada, permitindo assim a autonomia dos estudantes na compreensão.

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas, pois são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque, em cada campo dessa atividade, é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. (BAKHTIN, 2003, p. 262).

Ressaltamos a importância dos gêneros textuais para o ensino de língua portuguesa, pois ao oferecer um trabalho baseado nessa proposta, este determinará as condições para efetivar a aprendizagem da leitura e da escrita, como também da competência discursiva.

Nesta ótica, vale destacar que o manual do professor está bem organizado, trazendo conteúdos e informações pertinentes à faixa etária dos educandos no intuito de enriquecer a produção textual com orientações teóricas numa tendência que se assemelha ao universo dos alunos apresentam: textos atualizados com indicações de outras leituras de variados gêneros, sugestões de leitura de livro

referentes ao gênero trabalhado, filmes, peças teatrais que funcionam como um apoio para professor/aluno.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) orientam que o ensino de língua portuguesa deve se pautar no trabalho com texto e logo por meio de gêneros textuais no sentido de auxiliar os alunos na leitura, compreensão e produção de textos em várias situações de comunicação.

Vale ressaltar que toda atividade humana está ligada ao uso da linguagem e estes empregos se dão mediante enunciados orais e escritos, e estes enunciados refletem o conteúdo temático, estilo e estrutura composicional, ligados a um campo da comunicação. Essa variedade de gêneros orais e escritos pode ser mencionada como orais: debate, conversa, piadas, conferências, aulas expositivas entre outras, e escritos: cartas, e-mail, contos, diário, receita etc.

É importante salientar que os gêneros estão assentados em tipologias que visam narrar, descrever, argumentar, instruir, expor e relatar. Um único gênero pode ter diferentes tipologias no seu texto, conduzindo a momentos diversos.

Todo enunciado (oral ou escrito) traz em si características peculiares às situações de comunicação, pois eles estão relacionados a alguma esfera/campo de atividade humana – jurídica, jornalística, religiosa etc. Essas esferas elaboram seus tipos relativamente estáveis de enunciados aos quais Bakhtin denominou gêneros do discurso. Os gêneros refletem as características e apontam as finalidades de cada esfera, a partir do conteúdo temático, do estilo e da construção composicional do enunciado.(BAKHTIN, 1997, p. 290).

Segundo Bakhtin, a riqueza e a diversidade dos gêneros textuais são infinitas como também a heterogeneidade dos mesmos. O autor distingue os gêneros primários (simples) e os secundários (complexos), considerando como gêneros primários aqueles formados de uma comunicação verbal espontânea, não elaborada e os que servem de componente para os secundários, que são mais complexos. Os gêneros secundários, normalmente são mediados pela escrita e estão presente em situações de comunicação mais complexas e elaborada como: teses científicas, romance, teatro e palestra etc.

Para fim de classificação de um gênero do discurso, é necessário reconhecer alguns aspectos definidos por ele, tais como: conteúdo temático, (assunto) plano composicional (estrutura e forma) e estilo (forma individual de escrita, ou seja vocabulário, composição frasal e gramática).

Assim, considerando a complexidade do gênero textual diário, se faz necessária a análise desse gênero discursivo, identificando sua contextualização no livro didático, numa perspectiva textual/discursiva.

Análise do capítulo 1: Trabalho com o gênero textual diário

Deve-se considerar o diário como um registro de experiências pessoais e observações passadas, identificando como um documento pessoal, em que o sujeito que escreve inclui interpretações, opiniões, sentimentos e pensamentos, sob uma forma espontânea de escrita, com a intenção de falar para si mesmo. O diário é, portanto, um retrato de quem o escreve, já que o diarista registra, praticamente no momento em que vive, uma experiência, captando as disposições do espírito e os pensamentos mais íntimos. (PIMENTEL, 2011, p.5)

O gênero diário ainda é desvalorizado pela sociedade por ser considerado uma escrita íntima e exclusivamente feminina e que se caracteriza por um texto que tem a oportunidade de registrar ideias e opiniões acerca da realidade cotidiana.

O gênero diário, por se tratar de uma experiência pessoal, geralmente é narrado em primeira pessoa, com verbo no presente ou no pretérito e permite a escrita e o conhecimento de si ora desabafando, ora lembrando momentos vividos; é um excelente incentivo à leitura e à escrita em sala de aula, permitindo a criatividade e a recriação da realidade de quem escreve. Este gênero textual, muitas vezes por sua mudança tipológica ocorrida ao escrevê-lo, pode ser considerado um gênero híbrido.

Na atualidade, com o cenário tecnológico que se apresenta, podemos afirmar que gênero diário ganhou novas versões, sendo escritos em suportes diversos como celular, blogs. De todo modo, ainda há espaço para a prática dessa escrita em folhas de papel, mesmo que em menor intensidade.

Os gêneros transformam, evoluem, surgem e desaparecem e são absorvidos por outros de acordo com a atividade humana.

O gênero diário em estudo está posto para trabalhar no primeiro bimestre segundo os autores do livro analisado, o diário não é um gênero proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC,2017) nos anos correspondentes aos anos finais eles se vincula ao campo da vida cotidiana trabalhada nas séries/anos anteriores ao 6º ano. No entanto eles optaram pela inserção para realizar a transição entre ensino fundamental I, anos iniciais e o ensino fundamental II, anos finais. Na passagem do diário pessoal para o publicado, portanto, o público. Saindo da comunicação pessoal íntima para alcançar o universo social, contribuindo para que o aluno tenha consciência de que ele estará, a partir do 6º ano cada vez mais inserido no mundo que ultrapassa o familiar e próximo. (ORMUNDO, W.; SINISCACHI, C. 2018, XXXIII).

Tal gênero apresenta uma escrita que traz reflexões do *eu no mundo* e como encarar problemas cotidianos. Revela, ainda, afirmações que buscam desenvolver a autoestima, apontando para a importância do autoconhecimento que promove a reflexão da sua história.

No quesito leitura temos duas situações de Diários a serem exploradas de forma global e contextualizada: o diário pessoal e o diário histórico.

Na introdução do trabalho com o gênero diário, o livro didático trouxe em seu primeiro capítulo duas leituras: o diário de Marina Torres (texto com duas páginas produzido por uma menina paranaense, de 12 anos, que relata sua experiência vivida num acampamento), configurando o diário pessoal, e um fragmento do diário histórico de Zlata Filipovic: a vida de uma menina em guerra, evidenciando o diário histórico. Neste segundo texto, há sugestão para um trabalho interdisciplinar que interligue as disciplinas de língua portuguesa com a de história, visando trabalhar aspecto temático, ou seja, o contexto de guerra que relata o livro.

Os gêneros textuais orais e escritos devem ser ensinados na escola de forma global, dinâmica, procurando despertar o interesse dos alunos em sala de aula e dando ênfase à ação comunicativa com o propósito de estimular e desenvolver a participação do aluno leitor/escritor nas práticas cotidianas de forma interativa.

No contexto de produção escrita, o livro propõe um esquema de informações e orientações para auxiliar os alunos na redação do diário, estabelecendo um paralelo entre a teoria e prática com os seguintes critérios: escrita do diário, produção, reescrita e por fim o arquivamento do gênero. Segundo Marcuschi (2005, p.19) “Quando ensinamos operar com um gênero, ensinamos um modo de atuação sócio discursiva numa cultura e não um simples modo de produção textual”.

A modalidade escrita da língua exige o desenvolvimento de determinadas competências que adquirimos na prática diária, e em contato com gêneros textuais diversos em nossa sociedade. Cotidianamente, nos comunicamos com as pessoas e, dependendo do nosso objetivo, selecionamos gêneros textuais para nos interagirmos com o outro falando ou escrevendo. Por isso que a atividade oral e escrita deve estar presente na escola, em atividades diárias e significativas, possibilitando ao aluno reconhecer a função social de cada texto produzido.

Nesta atividade, percebe-se uma proposta de compreensão no sentido global e interativo do texto, mostrando como o mesmo funciona, suas características, contexto de produção, circulação, estrutura composicional, e elemento estilístico.

Dessa forma, concordamos com Bronckart (1999) e Dolz e Schneuwly (2004), quando afirmam que o gênero textual é uma ferramenta que atua no processo de aprendizagem e é encarado como um verdadeiro instrumento para o desenvolvimento das habilidades linguísticas, fornecendo

suporte para atividades nas situações de comunicação, tornando produtivo o ensino de língua portuguesa.

Por sua vez, percebemos que estas atividades se assemelham à perspectiva pedagógica de Sequência Didática proposta por Dolz, Schneuwly, as quais “são um conjunto de atividades organizada de maneira sistemática em torno de um gênero textual oral e / ou escrito” (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004, p. 82).

Ganha destaque a proposta do livro didático para o trabalho com uma variedade de gêneros textuais, mas tendo o gênero diário como tema gerador no quesito da leitura e escrita textual.

Para alcançar os objetivos de termos leitores e escritores proficientes, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) trazem propostas que encaminham para o ensino de leitura e escrita em que a escola se constitua num espaço de formação de leitores e escritores, onde cada aluno se torne capaz de interpretar diferentes textos que circulam socialmente, de assumir a palavra e, como cidadão, de produzir textos eficazes nas mais diversas esferas sociais.

Por fim, baseado nesta proposta de produção de texto sequencial como sugere o capítulo analisado, percebe-se que o intuito é obter textos mais interessantes, coerentes e coesos com o propósito comunicativo, explorando suas peculiaridades linguísticas, textuais e discursivas quanto à produção e circulação social, de modo a dar um caráter tanto formal estrutural como de ação comunicativa.

Também é sugerido pelos autores do livro que os alunos façam a produção do gênero diário, e que o coordenador da escola archive para que eles tenham acesso no final do Ensino Fundamental II. Ao acessar estes textos, eles perceberão o quanto amadureceram e aprenderam nesse tempo.

Vale ressaltar que ao retomar um texto produzido em outro momento e contexto sócio-histórico (arquivado, guardado para posterior leitura), modifica seu gênero quando acessado novamente; de diário passará a registro de memórias.

Segundo (BRONCKART 1999, p. 73 - 74) ao se referir ao caráter histórico, quanto adaptativo dos gêneros textuais enfatiza: “alguns gêneros tendem a desaparecer [...], mas podem, às vezes, reaparecer sob formas parcialmente diferentes; alguns gêneros modificam-se [...]; gêneros novos aparecem [...]; em suma, os gêneros estão em perpétuo movimento”.

As alterações dos gêneros estão relacionadas às práticas sociais, de modo que as mudanças na vida implicam nessas modificações e o gênero, como um produto social, heterogêneo, varia e está suscetível a mudanças.

Nota-se que há poucas atividades para trabalhar a oralidade no livro didático, no entanto é de suma importância para o desenvolvimento do aluno no seu processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Schneuwly em uma entrevista à Revista Nova Escola 2002 “cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral nas diversas situações comunicativas especialmente nas mais formais”. Ressaltamos que, através do contato com a linguagem oral e escrita que temos acesso à informação, compartilhamos conhecimentos e desenvolvemos competências discursivas num processo de interação.

O trabalho com gênero diário pode ser direcionado a contextos históricos, interligando várias áreas do conhecimento dando característica interdisciplinar. Neste sentido, ele contribui para uma efetiva aprendizagem, uma vez que o gênero em questão extrapola os limites de mera repetição de conteúdos desarticulados, com o qual o professor procura recriar na sala de aula, situações comunicativas que contemplem outros espaços para além da escola, visando a interação social que se desenvolve nas práticas sociais de linguagens.

Percebe-se num contexto socioemocional, que o primeiro capítulo analisado pretende, de alguma forma, resgatar valores intrínsecos nos alunos ao fazer uso do tema diário, pois traz reflexões a respeito de uma linguagem direcionada ao autoconhecimento, e suas respectivas leituras retratam jovens na faixa etária a quem o livro está direcionado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que o trabalho com o gênero textual diário proposto no primeiro capítulo do livro didático (manual do professor) “Se Liga na Língua: Leitura, Produção de Texto e Linguagem” apresenta, desde o início, o processo de texto/gênero no sentido global, mostrando-se coerente a partir de uma proposta de texto como instrumento de estudo e o gênero como objeto de ensino-aprendizagem, de modo a levar os sujeitos a se apropriarem da língua em toda sua complexidade e este foi devidamente explorado em suas peculiaridades linguístico-textuais e discursivas.

Os gêneros diários contribuíram para a prática da leitura, produção textual no contexto escolar, fazendo uma ponte para a interatividade e formação de sujeitos sociais, capazes de usar a língua materna em diversas situações com atenção à diversidade linguística, bem como ao domínio da norma padrão.

Percebe-se que o gênero textual na modalidade escrita está mais privilegiado neste capítulo, em detrimento do que pertence à oralidade.

Numa perspectiva linear das atividades analisadas, percebemos que estas se assemelham à proposta de trabalho com sequência didática (DOLZ, SCHNEUWLY, 2004), mas não há referência a isso no manual do professor. Para nós, isso é uma questão de certo modo preocupante, visto que se na mediação da prática educativa o professor apenas segue o manual didático, sua proposta pedagógica poderá apresentar falhas na obtenção de resultados.

Quanto às atividades, elas estão apresentadas de forma concisa, o que demandará uma maior mediação e um trabalho mais atento do professor, de modo a ampliar os conhecimentos dos alunos, ou seja, aperfeiçoando algumas propostas metodológicas propostas no livro que ampliam as possibilidades de ensino-aprendizagem dos educandos.

Nesta perspectiva corrobora Bakhtin que pontua que o livro didático não se coloca fechado nas mãos do professor; ele terá seu “acabamento” (BAKHTIN, 1953-1954), nas ressignificações que o professor (“leitor”) fará dele, levando em consideração sua realidade de formação e de aprendizados dos seus alunos. (ORMUNDO, W.; SINISCACHI, C. 2018).

Baseado nas reflexões acima, é possível evidenciar que o trabalho do professor pode ser ampliado para obtenção de resultados melhores na prática de leitura e escrita na escola, quando não se tem no livro o único material de trabalho pedagógico em sala de aula. O professor deve ressignificar sua prática com outros recursos existentes, buscando novas fontes de conhecimento.

Ainda nessa direção, consideramos indispensável que, ao escolher um gênero para ser trabalhado, o professor se atente para que esse esteja atrelado a fatores como adequação para etapas do ano letivo, grau de objetivos dos gêneros, proposta para ano/série, modalidade escrita ou oral, faixa etária dos alunos e gêneros que favorecem tanto a escrita como a leitura.

Dessa forma, toda a ação docente frente ao trabalho com texto na perspectiva dos gêneros textuais potencializará a capacidade de leitura e escrita no contexto escolar e nas diversas práticas sociais e este baseado em gêneros textuais.

Retomamos aos objetivos apresentados para este artigo, e a discussão entre as propostas das atividades apresentadas no quesito gênero textual diário, podemos afirmar que no livro didático em questão há práticas de leitura e escrita que visam extrapolar o ambiente escolar, direcionando as discussões a outras esferas sociais num processo de interação.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. In: _____. Estética da criação verbal. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 261-306.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf> 12/12/19 18:51

BRONCKART, J.-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. Tradução de Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle; SCHNEUWLY, Bernard. **Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento**. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010

ORMUNDO, W.; SINISCACHI, C. **Se liga na língua: leitura, produção e linguagem**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2018 (Livro Didático Analisado)

PIMENTEL, Carmen. A escrita íntima na internet: do diário ao blog pessoal. Rio de Janeiro: UERJ, 2011. In: <http://www.omarrare.uerj.br/numero14/pdf/carmenpimentel>. Acesso em 10/12/2019

SCHNEUWLY, Bernard. **Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas**. In: ROJO, Roxane (Tradução e organização) **Gêneros orais e escritos na escola** - Bernard Schneuwly, Joaquim Dolz e colaboradores. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

ZAVAM, Aurea. Transmutação: criação e inovação nos gêneros do discurso. Ling.(dis)curso. Vol.12. nº 1. Tubarão Jan/2012.

GESTÃO ESCOLAR PARTICIPATIVA: A IMPORTÂNCIA DA INTERRELAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA PARA A FORMAÇÃO DOS ALUNOS

Sirlaine Mendes de Souza⁶

Fabiana Leveghim Grossklauss²

RESUMO

O presente artigo aborda o relacionamento entre a escola e a família para salientar a importância desta parceria, oferecendo uma gestão escolar e um processo de ensino-aprendizagem de qualidade. O objetivo geral deste artigo é reconhecer a importância das relações que a escola deve desenvolver com a família em prol de uma educação de qualidade aos estudantes. A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica onde foram pesquisados diversos autores que fazem referência ao tema. O presente está dividido em três subtítulos, sendo que o primeiro faz referência à Educação, o segundo sobre a educação na contemporaneidade e o terceiro é mais enfatizador, pois mostra a importância da gestão escolar participativa, que precisa da participação dos gestores junto com os pais na vida escolar de seus filhos. O trabalho tem como problemática: como a escola deve fazer para aproximar a família em favor do sucesso da aprendizagem dos alunos?.

Palavras-chave: Educação. Gestão Escolar. Gestão Participativa. Escola. Família.

ABSTRACT

This article addresses the relationship between the school and the family to highlight the importance of this partnership, offering school management and a quality teaching-learning process. The general objective of this article is to recognize the importance of the relations that the school must develop with the family in favor of a quality education for students. The methodology used in this work was the bibliographic research where several authors who refer to the theme were researched. The present is divided into three subtitles, the first referring to Education, the second on contemporary education and the third is more emphasizing, as it shows the importance of participatory school management, which needs the participation of managers along with parents in their children's school life. The work is problematic: how should the school do to bring the family closer in favor of the students' learning success?

Keywords: Education. School management. Participative management. School. Family.

Introdução

⁶ Graduanda do Curso de Graduação em Pedagogia. Artigo apresentado como requisito parcial para aprovação do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela UNAR – Centro Universitário de Araras.

Diante das transformações mundiais e da Globalização é necessário que o sistema educacional apresente resultados coerentes com estas mudanças. Por isso, a escola deve deixar a individualidade e estabelecer um conjunto com todos os membros da escola.

O ato da reflexão sobre a interrelação entre a escola e família é de suma importância para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem dos estudantes. Na contemporaneidade aplica-se muito nas pesquisas o estudo do desenvolvimento da educação no que se refere à participação da família, no intuito de promover uma educação de qualidade. Isso significa que a família tem que ter comprometimento junto à escola na formação de seus filhos.

Este artigo foca no relacionamento entre a escola e a família para salientar a importância desta parceria, oferecendo uma gestão escolar e um processo de ensino-aprendizagem de qualidade. A expectativa nessa relação é a qualidade da escola e tendo como resultado o fato de que os alunos são beneficiados por uma aprendizagem de acompanhamento entre duas instituições distintas: a escola e a família.

Como a escola deve fazer para aproximar a família em favor do sucesso da aprendizagem dos alunos? O objetivo deste trabalho é reconhecer a importância das relações que a escola deve desenvolver com a família em prol de uma educação de qualidade aos estudantes.

Com esta pesquisa bibliográfica pretendemos mostrar a importância da relação saudável entre escola, comunidade e família, mostrar a relevância da inserção da família e da comunidade no ambiente escolar, oportunizar um trabalho coletivo no processo ensino-aprendizagem demonstrando a importância do acompanhamento da escola e família, realizando a inclusão familiar, desenvolvendo a parceria e a colaboração. Visa instigar a evolução do crescimento do aluno, resgatando e fortalecendo a autoestima a fim de aproximá-los dos princípios da idoneidade, honestidade e da integridade humana desenvolvidos na escola para o pleno exercício da cidadania.

O referido artigo está dividido em três títulos, sendo o primeiro “Algumas concepções sobre Educação” mostra alguns conceitos sobre esta, baseado em visões de autores distintos; o segundo “A Educação no Mundo Contemporâneo” mostra alguns fatos existentes mais atuais sobre o processo educacional, ressaltando as mudanças que ocorreram ao longo dos anos; e o terceiro capítulo “Gestão Escolar e a família na Escola” aborda informações relevantes sobre o que vem a ser gestão escolar, ressaltando a importância da interrelação entre Escola e Família, uma vez que é muito importante que os pais participem junto aos gestores escolares da vida escolar de seus filhos, buscando uma melhor qualidade no seu ensino, transformando-os em pessoas cultas, idôneas, inteligentes, etc.

Algumas concepções sobre Educação

Segundo Brandão (2007) mesmo em casa, como na rua, na igreja ou na escola as pessoas estão envolvidas com a educação, com a qual as pessoas podem ensinar ou aprender, com relação a fazer algo, ser ou convivência, toda a rotina das pessoas está relacionada à educação.

Muito se discute sobre a educação, porém, o que se sabe não há uma forma única e nem um único modelo de educação, a escola não é lugar onde ela acontece ou talvez nem seja o melhor, ensino escolar não é a única prática e o professor profissional não é seu único praticante. Existe a educação de cada categoria de sujeitos de um povo, ela existe em cada povo ou entre povos que se encontram como um recurso a mais de sua dominância.

A Educação existe como uma das maneiras que as pessoas criam para buscar o saber, a ideia, ou crença, aquilo que é comunitário, até mesmo como uma forma de trabalho. A Educação ajuda a pensar em todos os tipos de homens, na questão de repassar o saber entre os povos, etc. A educação participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificação e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que em conjunto constroem tipos de sociedades...” (BRANDÃO, 2007, p. 11).

Portanto, o autor acredita que o professor precisa ter ciência de que a educação está presente tanto na vida de quem ensina como na vida de quem está sendo ensinado, com intenção de haver trocas dentro da sociedade.

...a educação existe no imaginário das pessoas e nas ideologias dos grupos sociais e, ali sempre se espera, dentro, ou sempre se diz para fora, que sua missão é transformar sujeitos e mundos alguma coisa melhor, de acordo com as imagens que se tem de uns e outros, e deles faremos homens. Mas na prática, a mesma educação que ensina pode deseducar e correr o risco de fazer o contrário do que pensa que faz, ou do que inventa que pode fazer “eles eram, portanto, totalmente inúteis” (BRANDÃO, 2007. p. 12).

Porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida. A vida que transporta de uma espécie para a outra, dentro da história da natureza, e de uma geração a outra de viventes dentro da história da espécie, os princípios através dos qual a própria vida aprende e ensina a sobreviver e evoluir em cada tipo de ser.

Rego (2018) alega que a educação não é definida em uma única perspectiva, mas sim em várias, dependendo da base psicológica de apoio ou do tipo de aprendizagem, podendo ainda ser definido em um sentido amplo e restrito. Em um sentido amplo, a educação pode ser representada por tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano, representando o desenvolvimento de competências e habilidades.

Brandão (2007, p.62) diz em seu texto vários autores que distingue a educação de várias maneiras, que possamos citar o autor Sciacca que nos ensina que “...a educação não é mais do que o desenvolvimento consciente e livre das faculdades inatas do homem...”. Hermam Horse diz que a educação “...é o processo externo de adaptação superior do ser humano, física e mentalmente desenvolvimento, do livre e consciente a Deus, tal como se manifesta no meio intelectual e volitivo do homem...” (p.63). E Kant diz que “...o fim da educação é desenvolver em cada indivíduo toda a perfeição de que ele seja capaz...” (p. 63).

Brandão (2007, p. 65) cita Kershensteiner, o qual diz que “... a educação é um sentido de valorização individual e organizado, variável em extensão e profundidade para cada indivíduo e processado pelas riquezas culturais...”. Segundo Cohn a “... influência deliberada e consciente exercita sobre o ser maleável e inculto com propósito de formá-lo”.

Rego (2018) menciona que a questão do sentido amplo é aquele que abrange a educação ao longo da vida do ser humano, enquanto que o sentido estrito correspondem às ações educativas que ocorrem na sala de aula entre professor e alunos. Este evidencia três fundamentais cuja classificação tem como critério a forma como se dá a aprendizagem, seja ela por recepção, autoconstrução ou por construção guiada.

Portanto, o autor diz que o conceito de educação ao longo da vida engloba a visão de uma sociedade de aprendizagem, na qual a educação está acessível para todos e é dada em uma

variedade de cenários formais, não-formais e informais, ou seja, a educação ao longo da vida baseia-se em quatro pilares, como aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

A Educação no Mundo Contemporâneo

Freire (1996) acredita ser importante que os educadores sejam mais críticos, progressistas e também conservadores. Para o estudioso, ensinar vai além de palavras. A sua pedagogia deixa claro que ensinar exige respeito, criticidade, aceitação, etc. Ele acredita que “...quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender, quem ensina, ensina alguma coisa a alguém...” (FREIRE, 1996, p. 167).

O autor defende uma educação em que o professor para ensinar precisa ser humilde, tolerante e lutador em defesa dos direitos dos educadores, precisa ser propagador desse direito para que estes aprendam desde cedo que o respeito é algo que deve ser aplicado aos educandos, o educador quando atua tem que ter respeito aos saberes do aluno, respeito aos saberes socialmente consumidos na convivência social dos alunos... (FREIRE, 1996, p. 168).

Santos, *et.al.* (2012) mencionam que na década de 80 novas reformas educativas foram implantadas. No Brasil, caracterizou-se como um período de lenta mudança política, devido ao regime militar. Os debates envolvendo a nova Constituição, entretanto, permitiram maior participação das entidades civis no delineamento das políticas voltado à educação.

Diante disso, pode-se ver que “importa ressaltar que a CF de 88 marca importantes conquistas por movimentos sociais que se fazem ouvir e tem suas reivindicações contempladas...a Educação reafirma-se como direito de todos os cidadãos no texto constitucional” (SANTOS, *et.al.* 2012, p. 07).

Durante os anos 1990 – no governo Fernando Henrique Cardoso – é instaurada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96), aprovada por alto, da mesma forma que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o Plano Nacional de Educação (PNE), sem considerar todos os esforços, pesquisas e estudos realizados pela classe de educadores e demais sujeitos comprometidos com uma medida que compreendia a mudança qualitativa da nossa Educação (SANTOS, *et.al.*, 2012, p. 09).

Vê-se que a educação cabe, neste modelo, desenvolver primordialmente novos padrões de qualificação e de competências para o mundo do trabalho. As estratégias para atingir esse objetivo passam, necessariamente, pela discussão da qualidade da educação oferecida, sobretudo na educação básica.

Santos, *et.al.* Diz que foi nos anos 2000 que o mundo passou por um processo de crescente globalização e o campo tecnológico e científico dominam as atenções em vista de um desenvolvimento social baseado no crescimento econômico, “Entre algumas das metas, estavam melhorar em 50% até 2015, a alfabetização de adultos; eliminar até 2005, as disparidades entre os gêneros; garantir a qualidade da educação para todos; reduzir, pela metade, a pobreza mundial” (2012, p.11).

O autor evidencia “...a Educação não como um fator, mas como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais...” (SANTOS, *et.al.*, 2012, p. 11).

Pode-se ver que cabe ao Estado a responsabilidade pela educação formal dos cidadãos, no sentido de promover a democratização da sociedade. A educação está relacionada ao princípio da igualdade de todos perante a lei e ainda que seja um dos fundamentos para a promoção do avanço social, não garante de forma efetiva a igualdade social, que só poderia ser obtida através de um ensino de qualidade para todos.

Os autores evidenciam que na contemporaneidade não se pode jogar a culpa do declínio da educação somente em cima dos professores e alunos, uma vez que devem investir mais no social, visado preparar uma sociedade mais humana, ou seja, "...a Educação continua a ser vista de forma secundária pela política nacional..." (SANTOS, *et.al.* 2012, p. 13). A escola precisa oferecer educação de qualidade desde as séries iniciais.

Segundo Silva e Kayser (2015) a palavra educação deve ser relacionada a todo o sistema social que permeia a realidade da sociedade, uma vez que discutir o papel da educação contemporânea significa ter uma reflexão dinâmica da situação atual, como forma de um dialogar sobre diversos aspectos.

Silva e Kayser (2015) alegam que é fundamental a existência de uma relação social, considerando que só se pode pensar em uma educação através da troca de experiência, do diálogo, troca de sentimentos e atos de convívio para que esta seja eficiente.

A educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesma, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social. Assim sendo, ela necessita de pressupostos, de conceitos que fundamentem e orientem os seus caminhos. A sociedade dentro da qual ela está deve possuir alguns valores norteadores de sua prática (SILVA, KAYSER, 2015, p. 05)

Portanto, os autores acreditam que a educação deve levar em consideração a diferença na singularidade de cada indivíduo, ou seja, essa educação surge na contemporaneidade como rompimento do método tradicional desta forma, reforçando um olhar singular e cada vez mais humanizado.

Parenti (2009) diz que o mundo contemporâneo vem sofrendo diversas transformações em múltiplos setores da sociedade, inclusive na educação, provocadas especialmente pelo avanço das tecnologias, pela produção incessante de conhecimento e pela criação de novos meios de comunicação. Transformações essas que são responsáveis por esse processo e resultantes desse processo, que é irreversível e tende a avançar rapidamente a cada dia.

O autor diz que a modernidade deveria ser vista como um fator multidimensional que inclui mudanças sociais, intelectuais e políticas, ao invés disso a modernidade busca valorizar a multiplicidade de valores atingindo assim a identidade dos sujeitos, uma vez que com a modernidade o indivíduo tem que adaptar-se a várias identidades.

Segundo Parenti (2009) o mal-estar docente, fenômeno contemporâneo, pode estar relacionado a todas essas mudanças que vêm ocorrendo e que afetam também os professores e suas identidades. O professor, em meio a tantas exigências e necessidades que se transformam continuamente, questionando seu papel e suas funções, acaba por desenvolver sentimentos de insatisfação profissional e falta de disposição para buscar aperfeiçoamento; esgotamento pelo acúmulo de tensões; depressões. Esses sentimentos, muitas vezes, o levam

ao abandono da própria profissão, visto que as mudanças acontecem com tanta rapidez e não conseguem ser acompanhada pelos educadores.

Em meio a toda essa corrida ao progresso, podemos dizer que a escola acaba perdendo-se em relação ao ensino e à aprendizagem, tanto pela falta de recursos para atender a toda essa demanda de novos conhecimentos e competências, como pela falta de formação dos que precisam acrescentar à sua função de transmissores do conhecimento, a de animadores culturais, assistentes sociais e responsáveis administrativos. Esta concepção multifuncional pode traduzir-se num fator de perturbação e de stress, levando o educador ao desânimo.

Parenti (2009) alega que o acesso à informação está se tornando cada vez mais um problema com o qual a escola tem de lidar. A informação hoje circula em revistas, jornais, Internet, TV e outros. À escola cabe redirecionar suas práticas para a viabilização e democratização do acesso a essa informação, visando a criação de condições para que o aluno possa gerenciar de forma coerente este acesso em questão.

Os profissionais da educação devem lembrar-se continuamente de sua vocação, paixão, compromisso. A vocação é um compromisso com a paixão pelas diversas dimensões do conhecimento (psicológicas, epistemológicas, sociais, éticas e políticas) e pela curiosidade permanente quanto a tudo que acontece na sala de aula, na escola e na comunidade, no município, no estado, no país e no mundo.

O autor menciona que em sua essência, ser professor atualmente não é nem mais difícil nem mais fácil do que era há algumas décadas atrás. É diferente, uma vez que diante da velocidade com que a informação se desloca, envelhece e morre, diante de um mundo em constante mudança, seu papel vem mudando, senão na essencial tarefa de educar, pelo menos na tarefa de ensinar de conduzir a aprendizagem e na sua própria formação que se tornou permanentemente necessária.

Gestão Escolar e a Família na Escola

Dutra (2002) menciona a Lei nº. 9394/96, a qual evidencia que ocorreram mudanças significativas na educação brasileira. Além das alterações curriculares, com a LDB ficou evidente a relevância de se estabelecer um novo estilo de relacionamento das instituições educacionais com a sociedade, priorizando a gestão escolar inclusiva, com o sentido de buscar o desenvolvimento da qualidade da educação por meio do engajamento familiar e da comunidade na escola.

Para Dutra (2002) a escola deve buscar meios para que cada segmento da comunidade escolar possa expressar suas necessidades, sendo um espaço público de construção da cidadania. Por isso, a escola e a família devem construir uma relação de parceria respeitando e estabelecendo os papéis que competem a cada um, buscando a participação comprometida de todos, evitando medidas autoritárias e substituindo-as por medidas educativas e recíprocas, que buscam o respeito e a cidadania.

Segundo Duarte (2011) os gestores são elementos-chaves para o sucesso da inclusão, principalmente se compreenderem que os recursos destinados às escolas devem ser utilizados pela comunidade escolar ou pela família, escola e sociedade.

Schilling (1998) destaca que a família é o primeiro núcleo de pessoas onde o indivíduo inicia suas experiências de convívio. A partir de seu nascimento a criança necessita de atenção e

cuidado, pois ela recebe estímulos, informações, estabelece rotinas, começa a formar seu caráter e comportar-se em grupo; é a família que nos mostra o quanto precisamos dos outros para viver e quais são as regras necessárias para que essa convivência possa ocorrer de forma a beneficiar todos.

No entanto, para Schilling (1998) é importante ressaltar que a maneira que as famílias se organizam difere umas das outras, principalmente no Brasil que é um país formado por uma miscigenação muito grande de povos e de culturas e em consequência disso, há núcleos familiares com costumes próprios e algumas peculiaridades regionais.

Nessa ótica, Baltazar e Moretti (2003) citam que não existe um “modelo” de família, mas uma diversidade de modelos com identidade própria. Por tratar-se de um agrupamento humano em constante evolução, constituindo com o intuito básico de prover a subsistência de seus integrantes e protegê-los. A família exerce funções fundamentais para a existência da sociedade como um todo, isso porque a primeira e principal função da família é a defesa da vida.

Dessa forma, os autores alegam que é na família que é gerado e desenvolvido uma criança saudável, física e psicologicamente. Mas, os autores lembram que pode ocorrer que um pai ou uma mãe tenha que realizar a função de ambos os progenitores, devido a ocorrências tais como separação, abandono ou morte de um dos cônjuges ou outro fato parecido.

Segundo Baltazar e Moretti (2003) uma família realizará bem suas funções (tanto sociais quanto individuais) caso tenha condições e oportunidade de existir enquanto tal. A família é um grupo social no qual a pessoa pode encontrar satisfação para muitas de suas necessidades e desejos individuais. É o local onde os sentimentos mais intensos, positivos ou negativos serão vivenciados, onde esse meio pode formar pessoas saudáveis e produtivas, ou não.

Os primeiros anos de vida de uma criança correspondem à sua época de maior fragilidade e de maior receptividade às influências do meio. As experiências que a família propicia ao ser humano nesse momento, o marcarão profundamente.

Baltazar e Moretti (2003) alegam que a sociedade é uma relação, um vínculo com direitos e obrigações que os cidadãos dividem entre si e que possuem regras implícitas para o seu funcionamento. Essa dependência de um ser humano por outro se atenua e modifica-se no decorrer da vida do sujeito, mas nunca deixa de existir. Para viver bem em sociedade os indivíduos devem ser conscientes de que fazem parte de um todo, do qual depende a vida em conjunto, porque um ser humano sempre precisará de outro ser humano.

A pessoa necessita da sociedade, do coletivo e essa sociedade necessita que cada indivíduo esteja engajado em seu funcionamento harmonioso. Para garantir esse a sociedade influencia e determina muitas regras de constituição e funcionamento da família, pois é nela que são gerados e desenvolvidos novos cidadãos.

Segundo Baltazar e Moretti (2003) a escola é para a sociedade uma continuação da família, pois é através dela que a sociedade continua a influenciar na formação e no desenvolvimento de seus cidadãos ao procurar uma instituição normativa que trate de transmitir a cultura, por isso, a afirmação de que escola é uma continuidade do lar.

Entretanto, como afirma Schilling (1998) a escola é um espaço vivo no qual atuam pessoas concretas, com histórias diversas e culturas variadas e por isso, tem significados diferentes

para cada aluno, da mesma forma que alguns se adaptam melhor com determinada metodologia de ensino que outras.

Por isso, acredita ser relevante que a escola abra suas portas para as questões sociais que nela apareçam e que sejam discutidas, que assuma seu papel de instituição integrante da história, transformando e sendo transformada pelos movimentos mais amplos da sociedade. O autor acredita que escola precisa ser concreta, viva, real, comprometida com os direitos dos que nela trabalham e estudam e com a luta pela ampliação do direito à infância para todos. Mas o autor não descarta a responsabilidade do governo em criar condições para que a escola cumpra bem o seu papel.

Schilling (1998) diz que a relação família-criança-escola para dar resultados satisfatórios precisa considerar a relação da criança com a escola, a significação que os pais atribuem a essa instituição ou à importância ao estudo dos filhos e da relação da escola com a família.

Aratagy (1998) menciona que às vezes ocorre confusão entre as responsabilidades da família e da escola, sendo que um reclama do outro. Para a autora, os pais não podem ser considerados inimigos, mas aliados. O ideal é que ocorra a união de pais e escola, para melhor educarem a criança. E ainda, a escola deve tentar se posicionar como os pais, que os pais se sentem medo e vergonha de ir às reuniões da escola, vergonha por se sentirem inferiores ou medo dos professores reclamarem do filho.

O contato entre pais e escola é essencial para a aprendizagem do aluno e como destaca esse contato não deve acontecer por meio de bilhetes impessoais, uma vez que muitas famílias não têm conhecimento da escrita e talvez por isso, não atendam ao pedido da escola. O certo é que as reuniões são de extrema importância para que esse contato se estabeleça e assim dever ser feito... (ARATANGY, 1998, p. 10).

Já Delfino (2016) aponta passos para eu o professor possa se sair bem nas reuniões de pai, ressaltando a importância de definir roteiros do que será dito, enviar convites com antecedência, buscar oferecer um ambiente acolhedor (com lanches, faixas de boas-vindas), apresentar o corpo docente, mostrar a importância desses encontros, apresentar os funcionários que cuidam do pátio, da merenda, da secretaria, da faxina, isto é, enfatizar a importância da presença dos pais nas atividades escolares dos filhos.

Assim, Delfino (2016) alega que vale destacar que se o professor conseguir descrever o programa de sua disciplina e a metodologia de forma clara e ainda reservar um tempo para responder a dúvidas, poderá conseguir grandes aliados no ensino e na aprendizagem dos alunos.

Gentile (2006) postula que a participação de familiares e da comunidade ajudam os alunos a ter sucesso na vida escolar e contribui para com a diminuição da evasão e da violência, uma vez que escola e família têm como finalidade a aprendizagem do aluno.

A autora aponta algumas sugestões para que a escola tenha os pais como parceiros na aprendizagem do aluno e o primeiro passo é evitar preconceitos, principalmente à ideia de que a família está cada vez mais desajustada.

Gentile (2006) acredita que a escola é capaz de orientar seus dependentes para a vida, já que a família é o primeiro grupo social que as pessoas convivem. E se os pais demonstrarem

interesse pelo que o filho aprende na escola estará contribuindo com o processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, a autora diz que é dever dos educadores mostrar a importância dessa tarefa dos pais, desde que com muita conquista, convidando-os para fazerem parte das decisões da escola, participar de eventos, palestras, reuniões, festas, etc.

Quanto aos pais, Gentile (2006) sugere que estes falem bem da escola, mostrando seu lado positivo, perguntar como foi o dia do filho na escola, conhecer o professor e conversar amigavelmente com ele, criar o hábito de incentivar e auxiliar o dever de casa, sempre procurando a autoconfiança do filho; outra medida que auxilia é visitar junto às casas dos alunos para que se as famílias sintam-se valorizadas e que o professor utilize as diferenças nas atividades escolares.

Gentile (2006) sugere que o professor e o gestor conheçam a família do aluno, que aceite as diferenças familiares, que procurem saber as necessidades das famílias antes de convidá-las a uma palestra, que oriente funcionários da escola sobre a importância da participação dos pais na educação, para todos os receberem bem, que conversem com os familiares sobre a conquista dos alunos e não só sobre as dificuldades, que mostrem a rotina da escola e a importância de ela ser seguida para o sucesso da aprendizagem.

Essa parceria não termina com a infância, mas deve continuar na adolescência, quando a estudiosa acredita que a atenção deve ser redobrada, uma vez que é nessa fase que os jovens tentam construir sua identidade e seu projeto de vida.

Silva e Amorim (2012) considera a instituição familiar essencial no processo de socialização das crianças, destacando que a dissolução familiar é responsável pelas dificuldades na educação, o que reforça a ideia de que a Educação não é responsabilidade só da escola. E ainda, que o aperfeiçoamento da cultura contribui para reforçar a responsabilidade dos pais no que se refere à proteção de seus filhos.

Considerações Finais

Pode-se observar que há a necessidade de a escola estar em sincronia com a família, uma vez que a escola complementa a família e juntos podem criar lugares agradáveis para a convivência dos alunos. A escola não tem vida sem a família nem a família sem a escola, pois uma depende da outra, na incessante busca do exercício da cidadania ao cidadão.

Considerando a problemática deste trabalho: como a escola deve fazer para aproximar a família em favor do sucesso da aprendizagem dos alunos? Pode-se dizer que a escola deve na posição do gestor propor mais diálogos com as famílias; receber bem todas as famílias na escola; ter uma comunicação efetiva com todos os pais; focar no sucesso do aluno; propor uma gestão descentralizada (respeitando a opinião de todos); pedir a colaboração da sociedade para estimular o engajamento de todos na ampliação de oportunidades de aprendizado, etc.

A parceria da família com a escola é de suma importância para o êxito da educação de todo sujeito envolvido. Portanto, pais e educadores necessitam serem parceiros nessa trajetória, acompanhando o aluno; proporcionar a participação da família nas decisões escolares é estruturar o aprendizado, ou o conhecimento de mundo, ou seja, o conhecimento que o aluno traz de casa. Esta é uma das principais recomendações para fortalecer o vínculo entre a escola e o contexto local.

Não há a necessidade de buscar culpados, mas sim desenvolver um vínculo entre família e escola, para obtermos um resultado positivo, ou seja, buscar o diagnóstico do problema, para procurar ajuda, ainda que seja com profissionais especializados fora da área da educação. Lembrando que educação é um direito e dever de todos, e não é responsabilidade só da escola, mas de todas as instituições sociais.

Diante das pesquisas realizadas pode-se ver que quando se tem o fracasso de um aluno, a família toma para si a cobrança da escola, por ser ela a detentora do saber. A escola questiona a família pelo fato que alguns conseguem aprender e sobressair, o problema é daqueles que não conseguem e transferem o problema de aprendizagem para fora dos muros escolares. Vê-se que todos têm razão, mas ninguém está certo, pois o problema não está separadamente em nenhum dos lados, muito menos nos alunos, e sim na inter-relação entre escola e família.

Enfim, diante das pesquisas realizadas no decorrer deste observa-se que é necessária a participação da comunidade em geral junto aos gestores escolares, pois os pais poderão continuar tomando conhecimento das atividades e dos problemas da escola, interferindo nas propostas desse e em resposta a estas atitudes, esperamos que os alunos tenham uma experiência escolar ainda melhor.

Referências Bibliográficas

ARATANGY, Lídia Rosenberg. **Pais, inimigos ou aliados? In: In: Convívio Escolar, Técnicas Didáticas, Educação Física.** Brasília-DF, 1998. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000350.pdf>> Acesso em abril de 2020.

BALTASAR, José Antonio. MORETTI, Lúcia Helena Tiosso. **As relações familiares, a escolar e sua influência no desenvolvimento infantil e na aprendizagem.** 2003. Disponível em <http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/terra_cultura/39/-11.pdf> Acesso em abril de 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** Editora Brasiliense. São Paulo. 2007. Disponível em <<http://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2017/04/Cole%C3%A7%C3%A3o-primeiros-passos-O-Que-%C3%A9-Educa%C3%A7%C3%A3o-Carlos-Rodrigues-Brandao.pdf>> Acesso em março de 2020.

DELFINO, Rose. **10 passos para se sair bem na primeira reunião de pais.** Revista Nova Escola. Editora Abril. Agosto de 2016. Disponível em <<http://novaescola.org.br/conteudo/288/10-passos-para-se-sair-bem-na-primeira-reuniao-de-pais>> Acesso em abril de 2020.

DUARTE, Maria de Lourdes Figueiredo Silva. **Gestão Democrática Escolar Inclusiva – Ciclo de Estudos para o processo de escolha dos diretores das escolas estaduais de Mato Grosso-Biênio 2012/2013.** Cuiabá-MT, 2011. Disponível em <http://site.seduc.mt.gov.br/cdce/publicacoes/cartilhaCDCE_site.pdf> Acesso em abril de 2020.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de Pessoas-Modelos, processos, tendências e perspectivas.**

Atlas, 2002. Disponível em <<https://www.estantevirtual.com.br/livros/joel-souza-dutra/gestao-de-pessoas-modelo-processos-tendencias-e-perspectivas/1293227136>> Acesso em abril de 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Ática, 1996. Disponível em <<http://letrasunifacsead.blogspot.com.br/p/paulo-freire-concepcoes-de-escola.html>> Acesso em março de 2020.

GENTILE, Paola. **Parceiros na aprendizagem**. Revista Nova Escola, nº 193. Editora Abril, 2006. Disponível em <<https://novaescola.org.br/conteudo/1789/parceiros-na-aprendizagem>> Acesso em abril de 2020.

PARENTI, Gema. **A escola no mundo contemporâneo**. 2009. Disponível em <<https://www.webartigos.com/artigos/a-escola-no-mundo-contemporaneo/15578/>> Acesso em junho de 2020.

REGO, Amâncio Maurício Xavier. **Educação: concepções e modalidades**. 2018. Disponível em <<https://ucs.br/etc/revistas/index.php/scientiacumindustria/article/viewFile/5844/pdf>> Acesso em junho de 2020.

SANTOS, José Douglas Alves, et al. **Uma breve reflexão retrospectiva da educação brasileira (1960-2000): Implicações contemporâneas**. 2012. Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/pdfs/7.23pdf> Acesso em março de 2020.

SILVA, Marco Aurélio da. KAYSER, Aristéia Mariane. **O papel da educação contemporânea, uma reflexão a partir da pedagogia da autonomia de Paulo Freire**. 2015. Disponível em <[file:///C:/Users/Sirlaine/Downloads/3560-18932-1-1PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Sirlaine/Downloads/3560-18932-1-1PB%20(1).pdf)> Acesso em março de 2020.

SCHILLING, Flávia. **Toda criança na escola. In: Convívio Escolar, Técnicas Didáticas, Educação Física**. 1998. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000350.pdf>> Acesso em abril de 2020.

SILVA, José Augusto Medeiros; AMORIM, Wellington Lima. **Estudo de Caso: O pensamento Sociológico de Max Weber e a Educação**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada. Blumenau. 2012. Disponível em <<http://rica.unibes.com.br/index.php/rica/article/view/507/390>> Acesso em abril de 2020.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: EVOLUÇÃO AO LONGO DOS ANOS

Delva Rodrigues Oliveira Dutra⁷

Adilson Luiz Ré⁸

RESUMO

O presente artigo aborda que o processo de educação do homem foi fundamental para o desenvolvimento da sociedade, uma vez que o conhecimento de sua história e experiências passadas é essencial para a compreensão dos rumos tomados pela educação atual. A educação está presente em todas as sociedades e passa por diversas mudanças ao longo do tempo. É necessário que haja educação para que a sociedade se desenvolva, tenham cidadãos críticos, ou seja, a educação está ligada diretamente à evolução da sociedade. O objetivo geral deste artigo é mostrar a evolução histórica da Educação no Brasil. A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica onde foram pesquisados diversos autores que fazem referência ao tema. O presente está dividido em dois subtítulos, sendo que o primeiro faz referência a educação no Brasil desde a época Colonial, Imperial e Ditatorial, enquanto que o segundo mostra a educação no Brasil a partir da CF de 88 até a atualidade.

Palavras-chave: Educação. História. Brasil. Evolução.

ABSTRACT

The present article approaches that the process of education of the man was fundamental for the development of the society, since the knowledge of its history and past experiences is essential for the understanding of the directions taken by the current education. Education is present in all societies and undergoes several changes over time. Education is necessary for society to develop, have critical citizens, that is, education is directly linked to the evolution of society. The general objective of this article is to show the historical evolution of Education in Brazil. The methodology used in this work was the bibliographic research where several authors who refer to the theme were researched. The present is divided into two subtitles, the first referring to education in Brazil since Colonial, Imperial and Dictatorial times, while the second shows education in Brazil from the FC of 88 to the present.

Keywords: Education. Story. Brazil. Evolution.

INTRODUÇÃO

⁷ Acadêmica do Curso de História- UNAR. E-mail: delvinha@live.com

⁸ Coordenador e Orientador do Curso de História - UNAR. E-mail: adilson.re@unar.edu.br

Pode-se dizer que o processo de educação do homem foi fundamental para o desenvolvimento da sociedade, uma vez que o conhecimento de sua história e experiências passadas é essencial para a compreensão dos rumos tomados pela educação atual.

Desse modo, vê-se que a educação está presente em todas as sociedades e passa por diversas mudanças ao longo do tempo. É necessário que haja educação para que a sociedade se desenvolva, tenham cidadãos críticos, ou seja, a educação está ligada diretamente à evolução da sociedade.

Vê-se que a prática da educação se faz presente a milhares de anos, desde a antiguidade, muito anterior ao pensamento pedagógico, diante disso que surgiu a necessidade de sistematizar a educação, organizando-a para determinados objetivos.

Este artigo foca em salientar a história da Educação no Brasil com o passar dos anos. A expectativa é fazer reflexão sobre o processo de evolução da Educação, desde a época da antiguidade até os dias atuais.

Qual o processo de evolução da História da educação no Brasil? O objetivo deste trabalho é reconhecer o impacto dessa evolução ao longo dos anos para a vida de todos, ressaltando as conquistas e desafios adquiridos nesses períodos.

A metodologia utilizada neste é a pesquisa bibliográfica, onde realiza-se leituras e resumos, seleção de textos sobre o tema. Utiliza-se como embasamento teórico opiniões e visões de autores diversificados que fazem referência ao tema, através de pesquisa realizada na internet (revistas, artigos, etc).

O referido artigo está dividido em dois subtítulos, sendo o primeiro “A Educação no Brasil desde o Período Colonial” vai tratar da educação nas épocas mais antigas; desde o período colonial, imperial, da Ditadura Militar, enquanto que o segundo faz referência à “Educação no Brasil a partir da criação da Constituição Federal de 1988 até a atualidade”.

1. A EDUCAÇÃO NO BRASIL DESDE O PERÍODO COLONIAL

Souza (2018), mostra que durante toda a história do Brasil estão presentes algumas características marcantes, como a dependência, a exploração, a violência, o desrespeito cultural e a desigualdade entre os povos, desde a chegada dos europeus, o rebaixamento dos índios e dos negros e o enaltecimento dos brancos.

Com relação à Educação, Souza (2018) relata que os jesuítas chegaram ao Brasil com intenção de catequizar e instruir os índios com objetivo de que estes fiquem mais dóceis e mais fáceis

de serem aproveitados como mão-de-obra, uma vez que essa organização escolar estava ligada à política colonizadora dos portugueses.

Durante aproximadamente dois séculos a educação dos jesuítas foi a responsável, porém além de ser um ensino não voltado para a realidade daquele local, este passou a ser transformado em uma educação de elite e ascensão social, visando uma economia fundada na agricultura e no trabalho escravo.

Olinda (2003) diz que os educadores do Brasil foram os jesuítas por 210 anos, onde infiltraram nas aldeias levando fundamentos de uma educação religiosa, inicialmente se concentrava no catecismo, nas línguas dos índios, etc. Foram nessas escolas que tiveram início a uma política educativa de espalhar a fé e a obediência, fazendo com que todos ali seguissem sua fé, sua língua e até seus costumes.

Souza (2018) deixa evidente que o plano de catequisar os índios se distanciou do que estava sendo feito, uma vez que os instruídos eram os descendentes dos colonizadores e os índios foram apenas catequisados e excluídos da educação “o sistema de ensino jesuítico apresentava uma rede organizada de escolas e uniformidade de ação pedagógica. Além das escolas de ler e escrever, ministrava o ensino secundário e superior” (SOUZA, 2018, p. 02).

O autor diz que em 1759 o marquês de Pombal entrou em conflito com os jesuítas, expulsando e acabando com todas as escolas, causando ruptura no modelo de ensino já consolidado e implantado naquele período. A reforma pombalina tinha como objetivo criar uma escola útil aos fins do Estado, voltada aos interesses da Coroa, e assim foi feito, “...o ensino brasileiro, ao iniciar o século XIX, estava reduzido a pouco mais que nada...” (SOUZA, 2018, p.03).

Segundo Souza (2018) o período Imperial ficou marcado após a chegada da Família Real onde o país apresentou desenvolvimento cultural considerável, porém permanecia restrita a algumas pessoas, ou seja, a classe pobre era renegada enquanto que a classe dominante expandia ainda mais. O objetivo fundamental na educação era a formação das classes dirigentes, onde preocuparam em criar escolas superiores, regulamentando as vias de acesso à esses cursos. Criaram o método Lancaster, este que tinha a função de após ensinar um aluno este fica apto a ensinar outros dez, com intenção de diminuir a contratação de professores.

Segundo Teixeira (2002) o método Lancaster tinha um potencial disciplinador, e que tinha como plano criar uma escola de ensino mútuo em cada província, que em cada uma delas enviaria um soldado para aprender o método na capital e voltar como propagador na província de origem. O império acreditava que a vantagem desse ensino é proporcionar uma maior uniformização dos alunos, menos professores e conseqüentemente menos custos.

Souza (2018) mostra que em 1824 foi implantada a primeira Constituição Brasileira, esta que garantia apenas a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos, pois:

O ato adicional de 1834 e a Constituição de 1891 descentralizaram o ensino, mas não ofereceram condições às províncias de criar uma rede organizada de escolas, o que acabou contribuindo para o descaso com o ensino público e para que ele ficasse nas mãos da iniciativa privada, acentuando ainda mais o caráter classista e acadêmico, gerando assim um sistema dual de ensino: de um lado, uma educação voltada para a formação das elites, com os cursos secundários e superiores, de outro o ensino primário e profissional, de forma bastante precária, para as classes populares. (SOUZA, 2018, p. 06)

Diante disso, vê-se que desde os primórdios, a diferença entre a educação dos povos ricos e dos pobres já estava presente, demonstrando uma grande desigualdade entre os povos, onde os mais favorecidos sempre foram beneficiados e privilegiados.

Souza (2018) menciona que na Primeira República o modelo educacional privilegiava a elite, uma vez que os ideais republicanos levantavam as questões da desigualdade social, porém privilegiava a classe dominante e renegava a classe pobre.

A constituição da República de 1891 consagrou a descentralização do ensino, a qual conferia maior poder aos Estados, estes que poderiam representar ideias e mudanças satisfatórias, porém o que se viu foram descasos e abandonos dos Estados mais pobres o que refletiu no âmbito educacional onde os menos favorecidos tinham uma educação precária e o crescimento do analfabetismo.

O autor diz que as escolas que existiam naquele período eram desorganizadas, funcionavam em situações precárias e os professores não tinham formação profissional adequada para oferecer ensino de qualidade.

Segundo Souza (2018) a Revolução de 1930 apresentou transformações positivas no campo educacional, onde evidenciaram a necessidade de garantir acesso educacional a todos os brasileiros, sendo que:

O Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931, criou o Ministério da Educação e as secretarias de Educação dos estados; em 1932, com o ideal de educação obrigatória, gratuita e laica, entre outros, surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, com o objetivo de tornar público o que era e o que pretendia o Movimento Renovador... o manifesto sugere em que deve consistir a ação do Estado, reivindicando a laicidade do ensino público, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação. Reconhecendo pertencer ao cidadão o direito vital à educação e ao Estado o dever de assegurá-la de forma que ela seja igual e, portanto única, para todos quantos procurarem a escola pública, é evidente que esse direito só possa ser assegurado a todas as camadas sociais se a escola for gratuita. (SOUZA, 2018, p. 08-09)

O autor mostra que a Constituição de 1934 incluiu o capítulo sobre educação, evidenciando que o Governo Federal assumia atribuições de integrar o planejamento global da educação, todos os níveis educacionais, a função supletivo, função de controle, supervisão e fiscalização do processo educacional brasileiro.

Entretanto, durante o Estado Novo, Souza (2018) mostra que a Constituição de 1937 acabou com as conquistas do movimento renovador, uma vez que este acreditava que a Educação deveria ter sim um caráter dual, onde a classe dominante estava destinada ao ensino público ou particular, enquanto que o povo pobre estava destinado ao ensino profissionalizante.

Souza (2018) diz que em 1946, no governo populista, acabou o Estado Novo e o país retornou aos direitos educacionais estabelecidos na Constituição de 1934, suprimindo assim a Constituição de 1937. “Contudo, apensar da mudança de regime e da nova constituição, a legislação educacional herdada do Estado Novo vigorou até 1961, quando teve início a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (SOUZA, 2018, p. 10).

No regime Ditatorial, o autor alega que os ideais de buscar uma educação de qualidade e igualitária distanciaram ainda mais, uma vez que nesse período o que prevaleceu foi a repressão, a privatização do ensino, permaneceu o privilégio da classe dominante perante aos menos favorecidos, entre outros, “...a educação passou a atender ao regime vigente e, de modo geral, visava transformar pessoas em objetos de trabalho, de lucro, seres passivos diante todas as arbitrariedades que lhes fossem impostas (SOUZA, 2018, p. 12).

Nesse período o ensino técnico estava voltado às pessoas mais pobres, as quais estariam aptas para o mercado de trabalho, contribuindo para que o ensino superior continuasse direcionado às elites.

Souza (2018) mostra que no período Ditatorial foi criada a Lei nº 5.692/71 a qual reformulou o ensino brasileiro do 1º e 2º graus, sendo o primeiro grau referente a oito anos dedicado à educação geral e o segundo grau em três a quatro anos obrigatoriamente profissionalizante.

Boutin e Camargo (2015) mencionam que a educação nesse período foi utilizada pelo governo militar como uma ferramenta com objetivo de manter as metas disciplinadas conforme pensavam a classe dominante e ainda para a formação de uma grande massa de mão-de-obra qualificada que poderiam contribuir para um crescimento econômico do país, aumentando a economia e fortalecendo o sistema capitalista, ou seja, visavam qualificar os operários para o mercado de trabalho e ainda a formação daqueles que iam dirigi-los, contribuindo para o aumento das desigualdades entre as classes sociais.

2. A EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 88 ATÉ A ATUALIDADE

Segundo Pereira (2009) a Constituição Federal de 1988 foi promulgada em 05 de outubro, a qual trata da educação e do ensino de maneira especial com referência aos direitos, deveres, fins e princípios, ou seja, desde então a educação brasileira passou por diversas modificações ao longo dos anos.

Após a CF de 88 pode-se dizer que o autor evidencia que as principais mudanças educacionais que ocorreram foram a gratuidade do ensino público, Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, atendimentos em creches e pré-escola para crianças de zero a seis meses, valorização dos profissionais de ensino com planos de carreira, entre outros.

Pereira (2009) menciona que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, foi promulgada pela Lei nº 9.394 no dia 20 de dezembro de 1996 tendo como base a nova Constituição, a qual juntamente com a Carta Magna, dão suportes legais para que o direito a uma educação de qualidade seja concretizada, buscando a inserção do indivíduo na sociedade, através de uma formação educacional integral.

Neste mesmo ano, o Governo Federal criou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que estabeleciam diretrizes para estruturação dos currículos escolares de todo o Brasil, os quais tem a função de oferecer uma escola de qualidade aos brasileiros, isto é, um conjunto de documentos que compõem a grade curricular de uma unidade escolar, material elaborado a fim de servir como ponto de partida para o trabalho dos professores, norteando as atividades realizadas em sala de aula.

Pereira (2019) menciona alguns programas que foram criados responsáveis pela execução de políticas voltadas à educação brasileira, como:

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criado em 1968, mantém vários programas que objetivam proporcionar mais autonomia às escolas, suprir as carências e oferecer aos alunos melhores condições de acesso e permanência na escola e de desenvolvimento de suas potencialidades. Estes são alguns deles: Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE); Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM); Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) e Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE), entre outros. (PEREIRA, 2009, p. 15)

Segundo Pereira (2019) a educação brasileira teve um avanço significativo quando no ano de 2005 foi aprovada a Lei nº 11.096 que instituiu o Programa Universidade para Todos

(PROUNI) que oferece bolsas de estudos em instituições de ensino superior particulares a estudantes de escolas públicas de baixa renda e até mesmo aos estudantes de escolas particulares na condição de bolsistas utilizarem a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como referência.

Ressaltou ainda nesse mesmo período a criação, pelo Governo Federal, do Sistema de Seleção Unificada (SISU) que tem a função de substituir os exames tradicionais das universidades públicas, o qual seleciona estudantes com base na nota do ENEM assim como do PROUNI, onde as vagas são divididas em ampla concorrência e as cotas para estudantes de escolas públicas e de baixa renda.

Pereira (2009) mostra que em 2007 surgiram a Lei do FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Brasileira) que caracteriza a maior fonte de recursos destinados à educação brasileira, distribuídos conforme o número de alunos matriculados nas redes estaduais e municipais; e ainda o lançamento do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) que tem o objetivo de suprir as deficiências e carências da educação brasileira e superar um estágio ainda limitado.

Santos (2019) ressalta que no Brasil existem várias legislações que garantem o direito à educação a crianças e adolescentes como as leis presentes na Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990.

Segundo Pacievitch (2019) a LDB 9394/96 mostra que a educação brasileira é dividida em dois níveis, sendo a educação básica e o ensino superior. A Educação Básica está dividida entre Educação Infantil (creche de 0 a 3 anos) e pré-escolas de 4 a 5 anos, as quais são gratuitas e não obrigatórias, porém é de competência dos municípios; o Ensino Fundamental sendo os anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ao 9º ano) é gratuito e obrigatório, segundo que a LDB estabelece que os municípios sejam os responsáveis por todo o ensino fundamental, porém na prática os municípios estão atendendo os anos iniciais e os Estados os anos finais; e o Ensino Médio, antigo 2º grau (do 1º ao 3º ano) de responsabilidade dos Estados, e pode ser técnico profissionalizante ou não.

A autora diz que Ensino Superior é de competência da União, podendo ser oferecido por Estados e municípios, desde que estes já tenham atendido os níveis pelos quais é responsável em sua totalidade, cabendo a União autorizar e fiscalizar as instituições privadas de ensino superior.

Pacievitch (2019) diz ainda que a educação brasileira conta com mais algumas modalidades de educação, como a Educação Especial (educando com necessidades especiais), Educação à

Distância, Educação Profissional e Tecnológica, Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, etc.

Peres (2018) evidencia que a Constituição Federal marcou a redemocratização do país, trazendo diversos avanços nos direitos dos cidadãos brasileiros, como a saúde e a educação que passa a ser um direito de todos (universalização) e dever do Estado, mesmo onde tem-se uma escola privada, todos tem direito a uma escola pública.

Russo (2018) mostra que no artigo 6º da Constituição Federal de 88 a educação é um direito fundamental, onde “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa Constituição” (RUSSO, 2018, p. 01).

Para a autora, a educação não é exclusividade do Estado, uma vez que a família e a sociedade em geral tem igual responsabilidade pela educação de seus filhos, considerando que a educação consiste no desenvolvimento da pessoa em todos os seus aspectos, sejam eles no preparo para a vida, para participar da sociedade, para o mercado de trabalho, etc.

Considerando o dever do Estado presente na CF de 88, pode-se ver que:

A educação será efetivada mediante a garantia de educação básica obrigatória gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos; progressiva universalização do ensino médio gratuito, atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, educação infantil, em creche e pré-escola às crianças de até cinco anos de idade... oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (RUSSO, 2018, p. 02)

Segundo a autora, a Constituição foi implantada com a intenção de definir metas e estratégias de implementação para assegurar o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e modalidades através da integração das diferentes esferas federativas que buscam acabar com o analfabetismo, melhorar a qualidade do ensino, formação para o trabalho, universalização do atendimento escolar, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, pode-se observar que ao longo dos anos a educação passou por inúmeras transformações relevantes, considerando que diversas leis, projetos e programas foram criados com intenção de melhorar a qualidade da educação brasileira, o que pode-se ver que a partir da Constituição Federal de 88 esse avanço ficou ainda mais evidente.

Diante disso, pode-se ver que o Governo instituiu através da CF de 88 que a educação é um direito (gratuito) de todos e dever do Estado, os quais surgiram para sanar as deficiências da educação, porém muito ainda precisa ser feito para que o objetivo seja alcançado, uma vez que falta efetivação séria por parte de todos os envolvidos.

Considerando a problemática deste trabalho: qual o processo de evolução da História da educação no Brasil? Pode-se dizer que ao longo dos anos houve uma considerável evolução da história da educação brasileira, mesmo passando por diversos problemas, até chegar à atualidade, onde várias leis foram criadas, porém muito ainda precisa ser feito, como por exemplo, minimizar a distância entre o texto legal e o real.

Acredita-se que a educação brasileira precisa de muito incentivo, uma vez que existem escolas públicas com estruturas físicas comprometidas, faltam recursos materiais e pedagógicos adequados, falta a valorização e a capacitação dos professores, para que o ensino seja ofertado com qualidade como manda o papel.

Vê-se que atualmente a escola tem o papel de oferecer para toda a sociedade ações para efetivação dos direitos sociais, oferecer alternativas e oportunidades para os cidadãos brasileiros, buscar a participação de todos no processo de ensino-aprendizagem, lutar pela universalidade dos direitos, resgatar a cidadania, preparar o indivíduo para enfrentar as desigualdades sociais, construir uma sociedade sadia, uma educação democrática, formar cidadãos críticos combater a exclusão social, trabalhar a relação entre escola, alunos e famílias, entre outros.

Enfim, diante das pesquisas realizadas no decorrer deste observa-se que a História da Educação no Brasil é considerada relevante, uma vez que permite mostrar todo o processo educacional ao longo dos anos, desde os primórdios no período colonial até a atualidade, a qual passou por diversas transformações positivas e negativas voltadas a um objetivo coerente que era oferecer uma educação de qualidade a todos os brasileiros.

REFERÊNCIAS

BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona. CAMARGO, Carla Roseane Sales. **A Educação na Ditadura Militar e as estratégias reformistas em favor do capital**. 2015. Disponível em <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18721_8156.pdf> Acesso em Abril de 2020.

OLINDA, Sílvia Rita Magalhães de. **A Educação no Brasil no período colonial: um olhar sobre as origens para compreender o presente**. 2003. Disponível em <http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/29/a_educacao_no_brasil_no_periodo_colonial.pdf> Acesso em Abril de 2020.

PACIEVITCH, Thais. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. 2019. Disponível em <<https://www.infoescola.com/educacao/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao/>> Acesso em Abril de 2020.

PEREIRA, Lucília Conceição. **História da Educação**. 2019. Disponível em <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-historia-da-educacao-no-brasil>> Acesso em Abril de 2020.

PERES, Paula. **Como a Constituição de 1988 mudou a Educação**. Outubro de 2018. Disponível em <<https://novaescola.org.br/conteudo/12660/como-a-constituicao-de-1988-mudou-a-educacao>> Acesso em Abril de 2020.

RUSSO, Luciana. **Educação na Constituição de 1988**. 2018. Disponível em <<https://lucianarusso.jusbrasil.com.br/artigos/112019695/educacao-na-constituicao-de-1988>> Acesso em Abril de 2020.

SANTOS, André Michel dos. **A Educação no Brasil na atualidade**. 2019. Disponível em <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-educacao-no-brasil-na-atualidade.htm>> Acesso em Abril de 2020.

SOUZA, José Clécio Silva e. **Educação e História da Educação no Brasil**. 2018. Disponível em <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-historia-da-educacao-no-brasil>>. Acesso em Abril de 2020.

TEIXEIRA, Marco Antonio Souza de Abreu. **A Educação Brasileira no período Colonial e Imperial**. 2002. Disponível em <<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/educacao/graduacao/pedagogia-presencial/MarcoAntonioSousadeAbreuTeixeira.pdf>> Acesso em Abril de 2020.

Polifonia e Dialogismo em A Triste Partida

Karllene Silva dos Anjos⁹
Helenice de Aguiar Soares¹⁰

RESUMO

O presente estudo procura discutir as teorias do filósofo e linguista Mikhail Bakhtin, no que se refere ao dialogismo e à polifonia. Esse trabalho traz em sua tessitura reflexões referentes à expressividade da música *A Triste Partida* de autoria de Patativa do Assaré, interpretada pelo maior representante da cultura popular nordestina, Luiz Gonzaga. O objetivo é analisar as relações dialógicas e polifônicas do poema e de que maneira os elementos discursivos de representação ideológica são estabelecidos ao longo da narrativa na constituição do gênero. O arcabouço teórico foi constituído a partir das considerações de Bakhtin/Volochínov (2006) e dos apontamentos de Marcuschi (2008) no que se refere à análise dos gêneros discursivos. As análises apontam para o estudo do dialogismo presente no poema e como o discurso se entrelaça com valores históricos, culturais e ideológicos, caracterizando e constituindo assim, um texto com imensurável riqueza discursiva. A polifonia presente neste estudo aponta para formação de sujeitos sociais, indissociáveis das coisas do mundo e das coisas que os cercam, refletindo um discurso de coletividade. As relações intertextuais evidentes na presença dos elementos da cultura e da religiosidade nordestina que influenciaram os escritos gonzagueanos também foram observadas durante a pesquisa. Esse estudo que é de natureza qualitativa e de caráter bibliográfico pretende contribuir para um olhar mais amplo sobre o ensino dos gêneros que transcenda a forma, não desconsiderando o viés e a dinâmica da sua produção.

Palavras-chaves: Gêneros Discursivos. Polifonia e dialogismo. A Triste Partida.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países com maior diversidade no que se refere ao campo musical, sendo o terceiro maior produtor de música do planeta, atrás apenas dos EUA e do Reino Unido. Contudo, são novas as proposições de pesquisa sobre o gênero canção no Brasil, apesar do considerável atrativo no conteúdo de suas letras e da inestimável riqueza cultural e artística presente nas composições da música popular brasileira.

As letras das canções brasileiras são valiosíssimas no que se refere à diversidade de estilos, composição e interpretação. Essa valoração reflete a formação social e cultural do país.

⁹ Mestranda PPGEDU/UFMT/CUR

¹⁰ Mestranda PPGEDU/UFMT/CUR

Dentre as muitas composições e os muitos compositores e intérpretes da MPB que contribuíram para uma miscigenação artística e cultural, estão os compositores Patativa do Assaré e o reconhecido Rei do Baião, Luiz Gonzaga, esta pesquisa se propôs a analisar a música *A Triste Partida* (1964), composta por Patativa do Assaré, adaptada e interpretada por Luiz Gonzaga.

A canção transpôs o universo dos cordéis e cantorias para os livros e estudos universitários. Sua temática se fundamenta no sertanejo enquanto retirante, nas suas lutas ao viver e reviver fatos que são constitutivos para todo um povo e sua história. Mesmo com constante mudança de valores musicais e surgimento de novas tendências na mídia, essa canção merece um olhar mais reflexivo, por retratar com riqueza verbal e melódica, não só a dor como também a fé e a esperança do sertanejo.

Partindo do princípio de que o processo de comunicação se concretiza por meio da linguagem e defendendo que só há linguagem através dos gêneros discursivos, Bakhtin afirma que: “(...) em cada época e em todos os campos de atividade, existem determinadas tradições, expressas e conservadas em vestes verbalizadas: em obras, enunciados, sentenças, e etc (...).” (BAKHTIN, 2011, p. 294)

Essa afirmação evidencia quanto o gênero é parte indispensável à linguagem, ao estabelecer uma relação dialógica do locutor com seus interlocutores. Nesse sentido, um dos aspectos que merece atenção na letra do poema/canção é a forma como a oralidade e a regionalidade das suas letras delimitam o universo cultural que os poetas Patativa e Gonzaga representam.

Convém também defender que o estudo dessa narrativa, pode propiciar uma leitura diversificada, que extrapola a mera decodificação de palavras, estimula o leitor à interpretação dos aspectos ideológicos do texto e considera as práticas sociais de uso da língua em função das pessoas que falam, ouvem, leem e que escrevem. Para Irandé Antunes, a leitura deve ser uma prática que possibilite experiências prazerosas: “[...] a leitura possibilita a experiência gratuita do prazer estético, do ler pelos simples gosto de ler. Para admirar, para deleitar-se com as ideias, com as imagens criadas, com o jeito bonito de dizer literariamente as “coisas”. (ANTUNES, 2003, p. 71)

Antunes numa abordagem sobre os princípios fundamentais norteadores dos eixos do ensino de Língua Portuguesa, afirma que a leitura, a escrita, a oralidade e a gramática no ensino de Língua Portuguesa nas escolas, não dá o devido valor a interação, desvaloriza os contextos sociolinguísticos dos alunos e não oportuniza uma reflexão sobre sua própria língua.

Considerando essas fissuras no sistema educacional, segue a discussão sobre o objeto de estudo. Foram abordadas as concepções de Bakhtin (2000) e Marcuschi (2008) quanto aos gêneros discursivos, suas noções de dialogismo e polifonia e também a intertextualidade enquanto princípio constitutivo que compreende o texto como uma comunhão de discursos e não algo isolado.

O ENSINO DOS GÊNEROS DISCURSIVOS

Para Bakhtin (2000) os gêneros materializam a língua, que por sua vez, está vinculada à vida, estabelecendo assim um elo e por consequência uma heterogeneidade imensa. Os gêneros variam do diálogo coloquial e informal até os mais elaborados textos, como as teses de doutorado, por exemplo.

De acordo com Marcuschi (2008) toda comunicação é feita através de algum gênero, e nesse sentido, Bakhtin (2000) afirma que os gêneros estão presentes no dia a dia dos sujeitos falantes, os quais possuem um infindável repertório de gêneros, muitas vezes usados inconscientemente. Até nas conversas mais informais, por exemplo, o discurso é sempre moldado pelo gênero.

Nesse sentido e considerando a importância dessas reflexões é que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) propõem que no ensino de língua portuguesa estejam presentes os gêneros textuais, e que na medida do possível, contemple-se, nas atividades de ensino, uma diversidade de textos e gêneros.

A compreensão e a produção, oral e escrita, de textos pertencentes a diversos gêneros, supõem o desenvolvimento de diversas capacidades que devem ser enfocadas nas situações de ensino. Não apenas em função de sua relevância social, mas também pelo fato de que textos pertencentes a diferentes gêneros são organizados de diferentes formas, e possibilitam uma compreensão da língua na sua totalidade e também nas suas especificidades.

Não sendo possível ensinar todos os gêneros em circulação social, nem todos por meio de um, como se houvesse um gênero protótipo, é fundamental que cada etapa do desenvolvimento das habilidades e competências dos alunos, seja vista como um ato em construção permanente, sempre aberto a novas práticas, recursos e tentativas, principalmente no ensino dos gêneros discursivos/textuais.

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em

uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, 1998, p.23).

Assim sendo, o ato de educar por meio dos gêneros, considerando a diversidade, permite que os alunos se desenvolvam de diferentes formas a partir das suas necessidades.

Tomando a perspectiva apontada pelos PCNs, faz-se necessário que, nesta pesquisa, sejam observadas com maior atenção, para a compreensão clara da definição de gêneros discursivos/textuais, as abordagens de Marcuschi (2008) e Bakhtin (2000), dadas suas respectivas influências no campo dos estudos sobre gêneros.

ENUNCIADO, TEMÁTICA E DIALOGISMO

O enunciado é um ato de comunicação social, falado ou escrito, caracterizado por um determinado conteúdo semântico-objetual, segundo Bakhtin (2003). No processo de criação do enunciado ocorre uma interação entre os sujeitos falantes, em que o receptor ao ouvir o enunciado adota uma atitude responsiva, concordando ou não, podendo até discutir ou complementar o que fora dito, ou seja, o receptor é capaz de interferir no ato enunciativo, podendo modificá-lo.

Para Bakhtin o enunciado é resultado de uma “memória discursiva”, repleta de enunciados que já foram proferidos anteriormente em outras situações de interação, nas quais o locutor, de forma inconsciente, se apropria de um determinado discurso para formular seu próprio discurso. A enunciação caracteriza-se então pela alternância nos atos de fala, numa relação dialógica.

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1999), Bakhtin fala sobre a existência do “discurso de outrem”. O discurso proferido é visto pelo falante como enunciação de outro indivíduo, totalmente independente na origem, dotada de uma construção completa, e situada fora do contexto narrativo. É a partir dessa existência autônoma que o discurso de outrem passa para o contexto narrativo.

As considerações acima dão espaço para a concepção de linguagem como lugar de interação humana, que Bakhtin vai chamar de *dialogismo*. Esse termo é amplamente definido pelo autor como toda forma de comunicação verbal. É uma compreensão transcendente a de um diálogo verbal em voz alta entre uma e outra pessoa. Do ponto de vista discursivo, não existe enunciado desprovido de dimensão dialógica, já que qualquer enunciado sobre um objeto se relaciona com enunciados anteriores produzidos sobre este objeto. Por isso, todo discurso é fundamentalmente dialógico. Isso significa que os significados e sentidos são

produzidos nas relações dialógicas, na mesma medida em que sujeitos e objetos no mundo se constituem como sujeitos e objetos do e no mesmo discurso.

Em *A triste partida*, o diálogo com outros discursos é estabelecido, no momento em que Luiz Gonzaga se constitui representante do lamento dos sertanejos e é reconhecido por esses sujeitos. As intenções por ele assumidas foram determinantes na constituição e legitimação do seu discurso.

Outro aspecto observado no dialogismo é a intertextualidade, ou seja, o diálogo entre os muitos textos, que se instala no interior de cada texto e o define. Na canção, isso foi possível em virtude da rica literatura que já vinha se constituindo, que compartilhava a mesma temática abordada na obra.

Pode-se afirmar que a temática/problemática da seca foi o mote que norteou a obra gonzagueana em sua totalidade. O fenômeno da seca também foi referência no século XX para muitos autores e suas obras, destacam-se: José Américo de Almeida - *A Bagaceira* (1928); Rachel de Queiroz - *O Quinze* (1930); Graciliano Ramos - *Vidas Secas* (1930); Jorge Amado - *Seara Vermelha* (1946); e João Cabral de Melo Neto - *Morte e Vida Severina* (1954).

Portanto, enunciados anteriores, obras e autores, bem como as já citadas, cujas temáticas se pautam na problemática da seca que aflige o Sertão, estabelecem relações dialógicas com a obra gonzagueana, influenciando e sendo influenciadas por ela.

Independentemente se se manifestam em mesmo tempo e espaço, quando compartilham um mesmo conteúdo temático é possível estabelecer uma relação dialógica entre os textos, como é o caso do segundo livro bíblico, o *Êxodo*. Mesmo **a partida**, não sendo temática específica das obras de Gonzaga, nem de um texto anterior, fica suscitada uma intertextualidade com a história bíblica do povo hebreu que viveu como escravo em terras egípcias, e que depois graças à intervenção divina, por meio da pessoa de Moisés, se torna novamente livre e sai numa caminhada que duraria, 40 anos pelo deserto em busca da terra prometida: Canaã. Portanto o *Êxodo* é um livro com o qual se pode estabelecer uma relação de dialogismo com a saga do nordestino e também de toda e qualquer outra gente que por qualquer razão tenha que deixar sua terra em busca de melhores condições de vida.

CONTEXTO DE PRODUÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO ENUNCIADO

Bakhtin, afirma que o enunciado tem sempre autor e destinatário. Nessa interação, ele considera como auditório do enunciado os participantes de uma dada situação. Porquanto, o enunciado é um elo na cadeia discursiva, marcado pela alternância de vozes, constituído

dialogicamente pela presença do outro: “Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2011, p. 272).

A entonação, a escolha lexical e a disposição do enunciado em seu interior são fundamentais, segundo Bakhtin na sua constituição discursiva. Quanto à situação do evento comunicativo, os elementos verbais e os não-verbais, integram a situação, as condições imediatas e o contexto histórico de produção. Quanto ao contexto de produção, por exemplo, o que se sabe é que Luiz Gonzaga andava desanimado com sua carreira. Tinha havido um esfriamento em relação ao sucesso inicial e suas músicas já não alçavam o mesmo sucesso. Em 1964, no Brasil se instalara a ditadura militar e Gonzaga precisava decidir quais músicas iriam compor o segundo disco que pretendia lançar naquele ano.

Um dia caminhando pela feira de Campina Grande, Luiz vê um violeiro, tocando uma toada, em forma de lamento, que narrava o sofrimento do sertanejo. Reconheceu naqueles versos a possibilidade tão almejada de gravar um novo disco. Descobriu que os versos eram de um cearense, chamado de Patativa do Assaré. Depois de duas semanas, lá estava Gonzaga, na feira de Crato, de prosa com Patativa, acertando a parceira, que foi a primeira de muitas outras. A triste partida é tida como um dos maiores protestos do cantor diante da situação política do país.

Assim como a canção Asa Branca, lançada no ano de 1947, de autoria de Luiz Gonzaga em parceria com Humberto Teixeira, A triste partida, também retrata a história de luta e de resistência do nordestino. E o espaço narrativo e poético da obra gonzagueana não foi alterado. O nordeste ainda é uma região bastante castigada pelas condições climáticas, marcada por desigualdades sociais e econômicas, que tem na religiosidade um baluarte de esperança e de fé. Não é possível, esquecer ou dissociar da história e da constituição do povo brasileiro o êxodo rural no nordeste, que marcou e mudou a história de muitas famílias.

Em *O Discurso sob o olhar de Bakhtin*, Beth Brait (2003) fala que é necessário compreender o termo “enunciação” como um produto da interação social. Para a autora, as concepções interacionistas possuem um conceito diferente do de Bakhtin, mais centrada na produção e compreensão de sentidos. Brait, afirma que, Bakhtin ao se referir ao “contexto mais amplo”, chama a atenção para o interdiscurso, da história e da memória que, ainda que implícitos, participam ativamente na produção de sentidos.

A canção “A triste partida”, não se limita a narrar fatos cotidianos e ao mesmo tempo históricos, ela também descreve elementos da cultura e da religiosidade. Mas o que torna essa e outras canções de Luiz Gonzaga ímpares, é o uso da variante linguística, comum no falar nordestino, com a intenção de valorizar o sertanejo e a sua linguagem. Como uso da linguagem

estigmatizada do nordestino, Patativa e Gonzaga conseguem transformá-la em um símbolo, despertando no sertanejo o orgulho de ser nordestino e de falar “nordestinês”.

PATATIVA: [...] Quase todo o meu poema matuto é apresentado por um analfabeto, num é? Aquilo ali eu quero mostrar ao povo, quero mostrar ao leitor que não é a filosofia, não é uma coisa que ele vai aprender lá no colégio, na escola ou coisa não! É uma coisa natural que o camarada recebe como uma herança da natureza. Saber filosofar, saber dar certeza e isso e aquilo outro, viu? E é por isso que eu apresento sempre o caboclo. [...] Faço do jeito que eu quero. Quando eu quero fazer clássico, eu faço [...] Olhe! Aquele, como eu fiz aquele, bem feito, todo e decassílabo, porque um foi um pedido de latinista: “O purgatório, o inferno e o paraíso.” Aquele é em língua erudita. (BRITO, 2009, p. 183-184)

Nesse trecho Patativa se refere a um poema que ele compôs inspirado em *Os Lusíadas* de Camões. A sua relação com Camões vai além de uma simples inspiração. Antônio Gonçalves da Silva, que é o verdadeiro nome de Patativa, nasceu no ano de 1909 e faleceu em 2002, era filho de agricultores e perdeu a visão do olho direito aos quatro anos de idade.

*Perdi meu ôio direito
Ficando mesmo imperfeito
Sem vê perto nem longe
Mas logo me conformei
Por saber que assim fiquei
Parecido com Camonje (=Camões)*

O poeta frequentou a escola aos doze anos, onde permaneceu por seis meses. Seu professor era muito limitado, não sabia ensinar bem as pontuações. Refletindo sobre as considerações de Bakhtin quanto às condições de produção do enunciado, há que se pensar sobre as seguintes questões: Como analisar a bagagem linguística e cultural de um agricultor, um matuto, que frequentou poucos meses a escola, e que poderia ser considerado, pela ótica da educação formal, um analfabeto? E se o olhar se voltasse para as salas de aula, para o ensino da literatura, como justificar a composição ou falar em “licença poética” em versos como estes: “Vivê como escravo/ Nas terras do su”, sem considerar o contexto do poema? E sobre o uso desse poema, nas aulas que conferem ao ensino da gramática, tidas como um pretexto para correção ortográfica, no que se refere às variações linguísticas no uso da linguagem informal?

Sobre a bagagem linguística e cultural, uma parte se justifica devido ao gosto pela leitura. Tornou-se autodidata e um leitor compulsivo. A curiosidade de saber mais sobre sua terra e outros poetas impulsionou Antônio Gonçalves e mais tarde, deu asas aos seus versos.

Castro Alves era seu escritor favorito devido às denúncias sociais e em Olavo Bilac conheceu a forma culta dos poemas, que o inspiraram a compor alguns sonetos. Mas foram Camões e Machado de Assis que influenciaram o estilo clássico de escrever de Patativa.

O pseudônimo de Patativa é em razão de uma pequena ave do sertão e o Assaré para referenciar sua terra natal. Um crítico e folclorista cearense chamado José Carvalho de Brito, durante uma viagem do jovem poeta ao Norte, em 1928 (Pará e Amapá), comparou em um artigo de jornal os versos espontâneos de Antônio à pureza do canto dessa ave. E assim foi que ficou conhecido *poeta-pássaro do Assaré*¹¹.

Por uns trinta anos, sua poesia só era declamada, inclusive nas rádios da sua região, na mais completa ausência de escrita. Mais tarde, advertido para a possibilidade de que com sua morte, seus versos também fossem sepultados, ele passa a registrar, e compõe essa obra prima da literatura nordestina que é “A triste Partida”.

Essa canção é uma espécie de epopeia¹², cuja voz da coletividade é bravamente interpretada por Luiz Gonzaga. Fica evidente o diálogo entre a *A triste partida* e *Os Lusíadas*¹³.

As epopeias têm essa função de preservar e eternizar as lendas e tradições ancestrais através dos tempos pela tradição oral. O discurso oral é um tecido social coletivo. Por meio dele se herdamos as tradições orais históricas e simbólicas. No seio da coletividade vai sendo tecida a cultura oral pelas vozes e os aís que ecoam das classes populares, dos lamentos dos oprimidos, dos iletrados. Essa é a voz da memória da invenção, da ficção, da busca pelo herói, que quando ressurgir da memória da coletividade, possibilita um mergulho na história, composta de tantas outras vozes e discurso singulares, silenciados e interrompidos.

Para Antunes (2003), o trabalho com a oralidade e a concretização da forma em gêneros, deve se realizar das seguintes formas: a oralidade deve ser orientada para a coerência global, para a articulação entre os diversos tópicos da interação, para as especificidades, para a variedade de tipos e de gêneros de discursos orais, para facilitar o convívio social, o reconhecimento da entonação das pausas, bem como demais recursos suprasegmentais na construção do sentido do texto, para inclusão de momentos de apreciação das realizações

¹¹ Cf. depoimento de Patativa em Ispinho e Fulô, p. 10. De acordo com Carvalho, trata-se de uma publicação de 1930, com segunda edição pela Imprensa Universitária do Ceará, em 1973. (CARVALHO, Patativa poeta-pássaro do Assaré, p. 37).

¹² Na literatura é um poema extenso que narra as ações, os feitos memoráveis de um herói histórico ou lendário que representa uma coletividade; poema épico, poema heroico.

¹³ Os Lusíadas é uma obra de [poesia épica](#) do escritor português [Luís Vaz de Camões](#), considerada a "epopeia portuguesa por excelência". Provavelmente concluída em 1556, foi publicada pela primeira vez em 1572. A ação central é a [descoberta do caminho marítimo para a Índia](#) por [Vasco da Gama](#), à volta da qual se vão descrevendo outros episódios da [história de Portugal](#), glorificando o [povo português](#).

estéticas próprias da literatura improvisada dos cantadores repentistas e também para desenvolver a habilidade de escutar com atenção e respeito os mais diferentes tipos de interlocutores.

O falar do nordestino sempre foi exaltado nas letras de músicas de Luiz Gonzaga. Ele ressaltava o caráter oral e popular da língua, valendo-se de alterações na pronúncia, no léxico e na morfossintaxe. Os fenômenos linguísticos observados nessa representação da variante nordestina são: supressão de sons, uma série de desvios morfossintáticos, tais como concordância nominal, regência verbal, colocação pronominal.

O discurso gonzagueano é carregado de sotaque e isso traduz bem a fala popular nordestina. Essa é uma característica permanente na carreira de Luiz, e sem dúvida, é uma manifestação da sua nordestinidade. Luiz Gonzaga cantava a língua do povo nordestino para fazer-se entendido por eles. De modo que pudessem enxergar-se e reconhecer-se nele e através do compartilhamento da mesma saudade e da mesma esperança. Numa época em que as composições musicais não desfrutavam de grande liberdade em termos de expressão linguística, Gonzaga se destaca como um precursor para expressão de cultura nos meios midiáticos, pela construção de uma identidade do que seria o “ser” nordestino.

Conforme Bakhtin (2003) o signo linguístico possui um valor social, quando, interage com o contexto no qual está inserido. A teoria bakhtiniana defende que a maioria das opiniões dos indivíduos é social, por isso o discurso se torna lugar de diferentes visões de mundo, orientações teóricas, tendências filosóficas, etc. Desse modo é possível perceber no discurso gonzagueano uma proximidade em relação ao interlocutor quando faz uso da variante linguística e quando a temática cantada se faz compartilhada em âmbitos sentimentais. A linguagem própria do “nortista” cantada por Luiz Gonzaga se apropria de uma série de imagens ao descrever, definir e defender o Nordeste. E é por meio dessas três ações que ele transforma o sertão num lugar idealizado, cheio de significações afetivas, no qual são expressos os mais nobres sentimentos do sertanejo.

Ao longo dos versos, o lamento e a tristeza pela partida vão sendo narrados. De início o clamor a Deus seguido do gemido de dor. As vozes do coro seguem por toda toada, como que em forma de reza, de quem espera, de quem não se cansa, de quem teima, repetindo: “*Meu Deus, meu Deus*” e “*Ai, ai, ai, ai*”. A repetição dessas expressões figura como o refrão da canção. Quando uma canção ou um poema narram um acontecimento, os versos em repetição servem para reafirmarem, para quem ouve ou lê, o sentido da estrofe ou ainda a canção como um todo.

Essas recorrências não constam nos versos originais de Patativa e foram introduzidos por Luiz Gonzaga. Foram pequenas as adaptações que Gonzaga fez no intuito de tornar a letra da canção mais abrangente. Ele trocou na décima estrofe o "adeus Ceará" por "adeus meu lugar". E na décima nona ele trocou o "faz pena o nortista tão forte e tão bravo, viver como escravo nas terras do Sul" por "faz pena o nortista tão forte e tão bravo viver como escravo no Norte e no Sul". Patativa não gostou muito, mas entendeu que as adaptações visavam tornar a música mais comercial. (Fonte: Livro "Patativa do Assaré - Digo e não peço segredo" organizado e prefaciado por Tadeu Feitosa.)

Sem chuva e castigado pela seca que aflige a região do Nordeste brasileiro, o agricultor sertanejo se mostra ansioso e preocupado com a plantação e o gado, *pensando na barra, (...) porém barra não veio*.

A previsão da chegada de nuvens (barra) que prenunciariam a chegada da chuva no *alegre natá (natal)*, a crença nas *pedras de sá*¹⁴ no dia de Santa Luzia e os apelos feitos à São José, refletem as questões culturais e religiosas predominantes no Nordeste. Por conta dessas superstições o pobre agricultor é levado a vender o seu gado a baixos custos, aos ricos fazendeiros e partir em busca de melhores condições na região Sudeste.

Embora mantenha acesa no peito a esperança de um dia voltar, o “nortista” junta a família e segue para São Paulo, em um pau-de-arara. Durante a viagem, os filhos lamentam por terem que deixar para trás seus queridos animais, bem como seus brinquedos e até o *pé de fulô (flor)*. Chegando ao destino, saem às ruas, em busca de sustento, encarando aquela “gente estranha” e o novo lugar como algo diferente de tudo que já haviam visto antes.

E logo o pai dessa família começa a trabalhar, por ano e mais ano, com a expectativa de um dia voltar para o sertão. Porém a menção às dívidas evidencia qual distante ele está desse sonho, além de denunciar a condição de escravidão, da qual o nortista não consegue desvincular-se, e que os versos descrevem assim:

*Faz pena o nortista, tão forte e tão bravo, vier como escravo
no norte e no sul.*

Lamentavelmente, nem todos os heróis voltam para casa. Porém, há os que como *Tiêta do Agreste*¹⁵, retornam triunfantes, mas essa é outra história. Foi válido aqui, fazer

¹⁴ No dia 13 de dezembro, dia de Santa Luzia, alguns nordestinos colocavam seis pedras ao relento. As pedras que derretessem seriam os meses de janeiro a junho em que haveria chuva.

¹⁵ Romance do escritor baiano Jorge Amado, publicado em 1977, que conta a história de Tonha, uma adolescente que denunciada por sua irmã Perpetua a seu pai Zé Esteves de suas aventuras e liberdade recebe uma surra de

menção à temática do retorno, que também constitui o nordeste gonzagueano, o nordeste brasileiro.

AS VOZES NO DISCURSO

Para Bakhtin, cada ato de enunciação é composto por diversas “vozes”, ou seja, cada discurso é composto de vários discursos, repleto de assimilações e reestruturações destas diversas vozes. Isto é o que o autor denomina de polifonia, vozes que dialogam dentro do discurso, e que são construídas histórica e socialmente.

Quando Patativa e Gonzaga, narram o sofrimento e a esperança do sertanejo nessa canção, eles assumem o papel de representante do povo nordestino, constituindo assim, o discurso gonzagueano e também o discurso de uma coletividade, de todo um povo. A relação dialógica entre o eu e o outro pode ser examinada pela análise do discurso, considerando a perspectiva sócio-histórica da interação.

Em *A Estética da Criação Verbal* (2003), Bakhtin afirma que cada conjunto verbalizado grande e criativo é um sistema de relações muito complexas. Na relação criadora com a língua, não existem palavras sem voz, nem palavras de ninguém. Em cada palavra há vozes às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais, quase imperceptíveis, e vozes próximas, que soam concomitantemente. (BAKHTIN, 2003, p.330)

Tomando como exemplo disso, a *Canção do exílio* de Gonçalves Dias, tida como um marco na literatura brasileira para construção e de um sentimento nacionalista, faz-se representar uma dessas vozes oriundas do exílio, vozes de uma coletividade, de todos aqueles que de igual modo encontram-se exilados, fora de sua terra natal, saudosos e esperançosos de um dia voltar.

Ao abordar a relação do homem com a saudade, alimenta-se a criação de um espírito patriótico que surge em virtude do exílio e do êxodo, quando o homem se vê forçado a deixar sua terra natal e fora dela encontra-se *despatriado*¹⁶.

Uma visão de mundo, uma corrente, um ponto de vista, uma opinião, sempre têm uma expressão verbalizada. Tudo isso é discurso de outro, e este não pode deixar de refletir-se no enunciado. O enunciado está voltado não só para seu objeto, mas

cajado, e é escoraçada de casa pelo pai. Depois de mais de 20 anos ela volta rica e poderosa para cidade de Sant'Ana do Agreste. A sua volta estão típicos representantes do interior baiano, lutando pela sobrevivência, defendendo ou resistindo a preconceitos, almejando pequenas ambições e que compõem um painel vivo dos conflitos e consequências provincianos que antecedem a chegada de sinais do progresso.

¹⁶ Neologismo – adjetivo: que foi expulso do país onde nasceu ou onde reside como cidadão; expatriado, exilado. Que não possui pátria, que perdeu a nacionalidade do país onde nasceu e não adquiriu outra; apátrida.

também para os discursos do outro sobre ele.(BAKHTIN, 2003, p. 300).

Gonzaga por sua vez, transcende as fronteiras temporais e espaciais de produção do enunciado. O discurso por ele assumido vai muito além das fronteiras que delimitam a região nordeste e permeia por todo o país, ao se fazer compreendido por todos aqueles que compartilham os mesmos sentimentos do sertanejo: a saudade, o amor, a alegria, a esperança e a fé.

Para Bakhtin, a poesia é menos polifônica que o romance, porém traz em sua constituição o aspecto social como voz, a voz do autor que se constitui pelas vozes dos outros. Entender como essas vozes dialogam é um desafio necessário para compreender a relação linguagem-literatura. Foi o que essa pesquisa se propôs a fazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo verificou a presença de polifonia e dialogismo na canção “A triste partida”. O sujeito representado na canção, no prisma da teoria de Bakhtin, não se desliga das questões de cunho cultural, social, histórico e ideológico. Por essa razão, as condições imediatas foram determinantes para estrutura e constituição da enunciação dos versos.

Observou-se conforme o pensamento bakhtiniano, o **dialogismo** como princípio constitutivo da linguagem e dos sentidos do texto, e a **polifonia**, como um efeito de sentido decorrente de procedimentos discursivos inerentes à produção discursiva.

Esta discussão faz-se presente na pesquisa e foi observada no poema/canção, mediante análise do funcionamento polifônico da linguagem, constituído na voz de Patativa do Assaré e Luiz Gonzaga como lugar de habitação de outras vozes.

As análises apontam para o estudo do dialogismo e para o entrelaçamento do discurso com valores históricos, culturais e ideológicos. As vozes observadas apontam para formação de sujeitos indissociáveis das coisas do mundo e das coisas que os cercam, refletindo um discurso de coletividade.

Espera-se que este estudo considerado preliminar, dado o limite atribuído ao texto, possa contribuir para um olhar mais amplo sobre o ensino dos gêneros e da constituição do discurso, considerando sempre o viés e a dinâmica da produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. *Aula de Português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 12ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRAIT, Beth. *O discurso sob o olhar de Bakhtin*. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (Org). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2003.

BRAIT, Beth. (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

BRAIT, Beth. (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.

BRAIT, Beth. (org). *Bakhtin – dialogismo e polifonia*. São Paulo: Contexto, 2009.

BRASIL. REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL. v. 1, Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, Gilmar de. A voz poética do sertão. Revista Nossa História, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; Vera Cruz, ano 2, n. 13, nov. 2004.

_____. Patativa do Assaré: pássaro liberto. Disponível em PDF em: . Acesso em: 16 set. 2009. _____. Patativa poeta-pássaro do Assaré. 2. ed. Fortaleza: Omni, 2002.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

<https://www.recantodasletras.com.br/analise-de-obras/6140573>

<https://www.recantodasletras.com.br/biografias/1230699>

<http://www.educacional.com.br/reportagens/musicando/default.asp>

<https://www.youtube.com/watch?v=r-8rsqTJi-0>

Vídeo da música: A triste partida

Publicado em 25 de junho de 2009

Duração 8:58

TECNOLOGIAS DIGITAIS APLICADAS NO ENSINO DA DISCIPLINA DE FÍSICA PARA O ENSINO MÉDIO

Júlio Cesar Gavilan¹

Cleverson Alves da Silva Moura²

Fernando Henrique Faustini Zarth³

RESUMO

Este trabalho tem como tema “Tecnologias Digitais Aplicadas no Ensino da disciplina de Física para o Ensino Médio”, onde foi desenvolvido uma pesquisa qualitativa sobre o comportamento dos alunos no contato com ferramentas tecnológicas - tablets, smatphone, aplicativos e sites, nas aulas da disciplina de Física como ferramentas de aprendizado e para promover a interação entre professor aluno. A relação entre professor e aluno tem um forte peso para o sucesso no processo de aprendizagem.

Os professores há muito tempo têm enfrentado problemas nos seus relacionamentos com os alunos e problemas em manter a atenção dos mesmos no transcorrer das suas aulas. Nos dias atuais, isso se intensificou devido ao aumento dos estímulos externos que os alunos são submetidos no seu cotidiano, aumentando a dispersão na aula. A inserção de ferramentas tecnológicas em sala de aula é uma oportunidade para o professor criar um novo ambiente de trabalho e novos estímulos para que seus alunos se interessem mais pelas aulas, melhorando desta forma, a relação professor-aluno.

Este trabalho propõe a inserção de ferramentas digitais no transcorrer das aulas das disciplinas de Física 2 e Física 3 para a Educação no Nível Médio na E.E. Antônio Ferreira Sobrinho, Jaciara-MT e justifica-se pela aplicação de uma metodologia diferenciada de aula, inserindo ferramentas digitais como smartphone, tablet, computadores, softwares e sites¹⁷ voltados

¹ Msc. Ciência da Computação e Bacharel em Física Computacional. EDUVALE, Jaciara – MT.

² Msc. Ciência dos Materiais e Licenciado em Física. Escola Plena Antônio Ferreira Sobrinho, Jaciara – MT.

³ Msc. Em Filosofia e Licenciado em Filosofia. IFSC, Câmpus Araranguá, Araranguá – SC.

para o ensino de física, aplicativos e a gamificação, como instrumentos para retomar a atenção dos alunos e tornar o ambiente de sala de aula mais propício ao ensino.

O objetivo geral consiste na experimentação de novas metodologias para auxiliar o processo de aprendizagem, inserindo tecnologias digitais como o uso de computadores, tablets, smartphones e aplicativos nas aulas das disciplinas de Física 2 e Física 3 no Ensino Médio.

Os objetivos específicos vêm a ser:

- utilizar em sala de aula tecnologias do tipo smartphone, tablet, computadores, aplicativos, sites para melhorar o interesse pelas aulas de física por parte dos alunos;
- diagnosticar o grau de aceitação por parte dos alunos quanto à utilização das tecnologias apresentadas no aprendizado de Física;
- ensinar os alunos a utilizar tecnologias apresentadas como ferramenta de estudo da Física;
- permitir que os alunos possam realizar seus experimentos de física fora da sala de aula e refazê-los sempre que necessitarem;
- conduzir os alunos a desenvolverem suas próprias interpretações sobre fenômenos físicos apresentados.

Palavras Chaves: Ensino de Física, Simulação, Gamificação

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Física é uma ciência que tem como objetivo levar os alunos ao entendimento sobre os fenômenos físicos que ocorrem na natureza. Segundo Vieira (2013, p. 1):

A Física é uma ciência experimental, com a qual buscamos compreender como se processam os fenômenos naturais. A observação, controle e interpretação de eventos bem definidos são características fundamentais dessa ciência. Por mais abstratos e matemáticos que sejam, os modelos e leis da Física têm por objetivo descrever o comportamento de sistemas reais e prever o que ocorrerá em situações determinadas. Sob essa perspectiva o ensino da física não pode estar dissociado de experimentos e atividades práticas que relacionem aquilo que os alunos estudam ao mundo em que eles vivem. Sob essa perspectiva o ensino da física não pode estar dissociado de experimentos e atividades práticas que relacionem aquilo que os alunos estudam ao mundo em que eles vivem (VIEIRA, 2013, p. 1).

Desta forma, através de observações e interpretação matemática, busca-se o entendimento de determinado fenômeno.

Os estímulos externos que os alunos são expostos diariamente são muito mais estimulantes do que a atual dinâmica de uma sala de aula (LOPES, 2014). Isso tem feito com que os jovens tenham poucos motivos para se sentirem confortáveis, no transcorrer de uma aula. As redes sociais, WhatsApp, jogos no SmartPhone e outros são muito mais atrativos do que uma aula de Física.

Com a incorporação dos smartphones e aplicativos em sala de aula, esses aparelhos deixam de ser apenas uma ferramenta para diversão e comunicação, ampliando sua utilidade e enriquecendo as atividades de ensino, particularmente de Física (OLIVEIRA;RAMOS, 2014, p. 1).

Segundo Moran (2007), os professores podem utilizar estas tecnologias digitais para motivar os alunos e desta forma, buscar novas formas de interação entre professor e alunos.

Já Chioffi e Oliveira (2014) afirmam que novas tecnologias permitem aplicabilidades pedagógicas inovadoras que podem contribuir para resultados diferenciados, bem como fortalece a justiça social, pela democratização do acesso ao ensino, permitindo pelo processo da comunicação tecnológica que todos se apropriem do conhecimento.

Simuladores são software que podem simular eventos físicos, permitindo que os usuários do sistema de software possa observar o que irá acontecer quando alguns parâmetros foram alterados. Podem ser objetos de aprendizagem oportunizando o estudante a observar fenômenos físicos em diferentes situações, aumentando o grau de percepção sobre o fenômeno. As vantagens no uso de simuladores, consiste na possibilidade de levar o estudante a um laboratório de física virtual, com um

baixo custo, livre dos riscos de acidentes de um experimento real e de fácil aprendizado. Segundo Lévy (1999, p. 166):

A simulação tem hoje papel crescente nas atividades de pesquisa científica, de criação industrial, de gerenciamento, de aprendizagem, mas também em jogos e diversões (sobretudo nos jogos interativos na tela). [...] Na pesquisa, seu maior interesse não é, obviamente, o de substituir a experiência nem o de tomar o lugar da realidade, mas sim permitir a formulação e a exploração rápidas de grande quantidade de hipóteses. Do ponto de vista da inteligência coletiva, permite a colocação de imagens e o compartilhamento de mundos virtuais e de universos de significado de grande complexidade (LÉVY, 1999, p. 166):.

A *gamificação* trata-se do uso de games ou jogos educativos “com o intuito de engajar e motivar os alunos” (BISSOLOTI; NOGUEIRA; PEREIRA, 2014, p.7). Segundo os mesmos autores, a “*gamificação* é o ‘processo de utilizar o pensamento e as mecânicas dos *games* para envolver usuários e resolver problemas’”. Dois aspectos a serem observados na *gamificação*, consistem no “desafio” e o “engajamento”. O primeiro diz respeito à implementação de atividades desafiadoras que podem contribuir para a melhoria da aprendizagem, e o segundo, no uso de abordagens e estratégias de *gamificação* para obter e reter a atenção dos estudantes, conforme a classificação proposta por Borges et al (2013).

Um das aplicações da *gamificação* na educação consiste no uso de enquetes ou *quiz*. São ferramentas que “podem trazer uma dinâmica muito animada para a sala de aula” (LOPES, 2016, p. 2). Segundo o mesmo autor, referenciando sobre o software online “o mentimeter.com, que tem um formato mais profissional”.

Do ponto de vista da Educação, o uso de novas tecnologias para o ensino, como o *smatphone* como instrumento de Ensino e Aprendizagem se enquadra como uma metodologia inovadora a ser aplicada como ferramenta de auxílio no processo de aprendizagem, estimulando o aluno e prendendo a atenção deles por meio de uma nova dinâmica em sala de aula como afirmam Magalhães e Cavalcante (2011).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em questão se trata de uma pesquisa acadêmica, de natureza aplicada, qualitativa quanto à abordagem, uma pesquisa explicativa quanto os objetivos e pesquisa experimental quanto os procedimentos técnicos, pois para contemplar os objetivos específicos, foram realizadas práticas em sala de aula, nas aulas de Física, gentilmente cedidas pelo professor Cleverson Alves Da Silva Moura, professor da disciplina de Física 2 e Física 3 do Nível Médio da Escola E.E. Antônio Ferreira Sobrinho.

Foram aplicadas ferramentas tecnológicas como sugeridas no item 2, e após a realização das aulas, com as mesmas ferramentas interativas utilizadas (site MENTIMETER), foram aplicados questionários do tipo enquete, respondidos pelos alunos para avaliar o nível de aceitação do uso das tecnologias digitais por parte dos alunos. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, realizou-se entrevistas com alunos, escolhidos de forma aleatória, que participaram das experiências para saber quais foram as suas considerações em relação as práticas experimentais e as ferramentas digitais utilizadas no transcorrer das aulas.

A consideração do Professor da disciplina, Coordenador Pedagógico e a própria observação também serviram como fonte de informações para uma avaliação qualitativa de todo o processo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira atividade realizada, foi acompanhar e observar as aulas da disciplina de Física, no segundo e terceiro do Nível Médio. Após esse momento de observação, buscou-se e escolheu-se ferramentas digitais que poderiam ser aplicadas na intervenção e a seguir foram realizadas as intervenções.

O momento de observação serviu para identificar o conteúdo da disciplina de Física que estava sendo abordada. No segundo ano, Termodinâmica e seus conceitos iniciais, Calorimetria, Temperatura e Leis dos Gases. No terceiro ano, Eletricidade e Circuitos Elétricos.

Desta forma, foram escolhidos para a intervenção, no segundo ano, a exibição de dois vídeos sobre a montagem e funcionamento de Motores a Combustão de 4 (quatro) tempos (Funcionamento Do Motor Em 3D, 2009) e de 2 (dois) tempos (Motor 2 Tempos, 2011). Para o terceiro ano, utilizou-se o software livre *Physics Educational Technology* (PhET) *Interactive Simulations* da Universidade do Colorado, que produzem e divulgam simuladores educacionais para o ensino de ciências, especificamente a ferramenta “Kit de Construção de Circuito (AC+DC)”, que consiste em um simulador de circuitos elétricos.

Após a apresentação dos vídeos para o segundo ano e a utilização do software de simulação no terceiro ano, foi proposto um desafio na forma de enquete (*quis*) desenvolvido na ferramenta interativa online, MENTIMETER¹⁸.

Na turma do segundo ano, foi apresentado o vídeo sobre a montagem e o funcionamento dos motores de 4 (quatro) tempos e o funcionamento de motores de 2 (dois) tempos, relacionando com o Ciclo de Otto, um dos ciclos termodinâmicos.

Em seguida foi realizada uma enquete (*quiz*) online, onde os alunos puderam responder pelo computador ou pelo smartphone as perguntas e com as opções de respostas apresentadas

¹⁸ MENTIMETER disponível em: <https://www.mentimeter.com>

abaixo:

Qual a diferença entre o motor de "4 tempos" e o de "2 tempos"?

- a) Números de ciclos (resposta correta)
- b) injeção de combustível
- c) uso de gasolina
- d) uso de álcool

Qual a razão de se utilizarem óleos lubrificantes em um motor?

- a) lubrificar somente as bielas
- b) lubrificar somente os pistões
- c) lubrificar todas as peças do motor (resposta correta)

Qual a função do coletor de um carro?

- a) Expelir combustível
- b) Inserir combustível
- c) Inserir mistura de combustível e ar
- d) Expelir os gases da queima (resposta correta)

Qual a função de um motor de arranque?

- a) tirar o motor mecânico da inércia (resposta correta)
- b) carregar a bateria
- c) soltar a faísca para a explosão do combustível

Na turma do terceiro ano foi utilizado o software de simulação de circuitos elétricos, ensinando os alunos como montar um circuito elétrico com o software e logo em seguida proposto um circuito que consistia em um arranjo de circuito com resistores em série e paralelo. Na figura 1, apresentamos a área de trabalho do software. Pelo fato do software ser intuitivo, os alunos rapidamente aprenderam como montar os circuitos e cuidaram em aplicar os conceitos físicos e matemáticos envolvidos no fenômeno em observação.

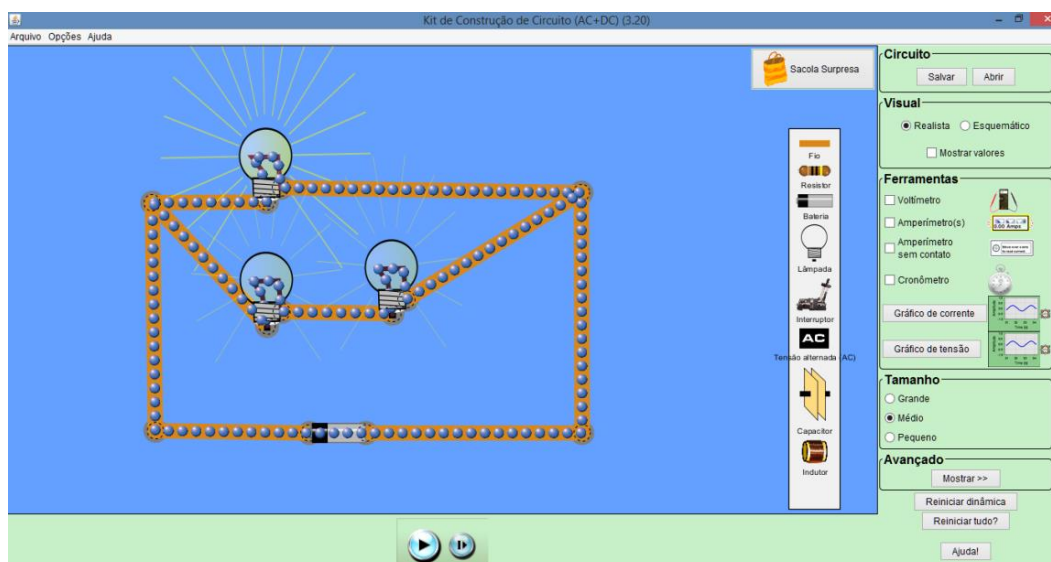


Fig. 1 – software de simulação de circuitos elétricos (PhET)

A exemplo do que ocorreu na turma do segundo ano, foi realizado a enquete na ferramenta online, onde os alunos responderam no computador ou pelo smartphone, as seguintes perguntas abaixo:

1. Em dois circuitos distintos, temos associação em série e em paralelo de lâmpadas com mesmo valor nominal.
 - a) todas as lâmpadas terão o mesmo brilho
 - b) brilhara mais no circuito em série
 - c) brilhara mais no circuito em paralelo (resposta correta)
 - d) ficarão apagadas
2. Considerando a Lei de Ohm.
 - a) A corrente é diretamente proporcional à Resistência
 - b) A corrente é inversamente proporcional à Tensão
 - c) A corrente é inversamente proporcional à resistência (resposta correta)
3. Quem são os portadores de carga na corrente elétrica.
 - a) Os elétrons (resposta certa)
 - b) Os nêutrons
 - c) Os prótons
4. Em um circuito elétrico
 - a) A corrente é igual em dois resistores em série (resposta certa)
 - b) a corrente é diferente em dois resistores em série
 - c) A tensão é a mesma em dois resistores em série

Na turma do segundo ano, os resultados relevantes do uso das ferramentas digitais foram os obtidos a partir da enquete, aplicados na ferramenta MENTIMETER, que apresenta os resultados graficamente e são apresentados nas figuras 2, 3, 4 e 5. Podemos observar graficamente a taxa de acertos e erros após a apresentação do vídeo.

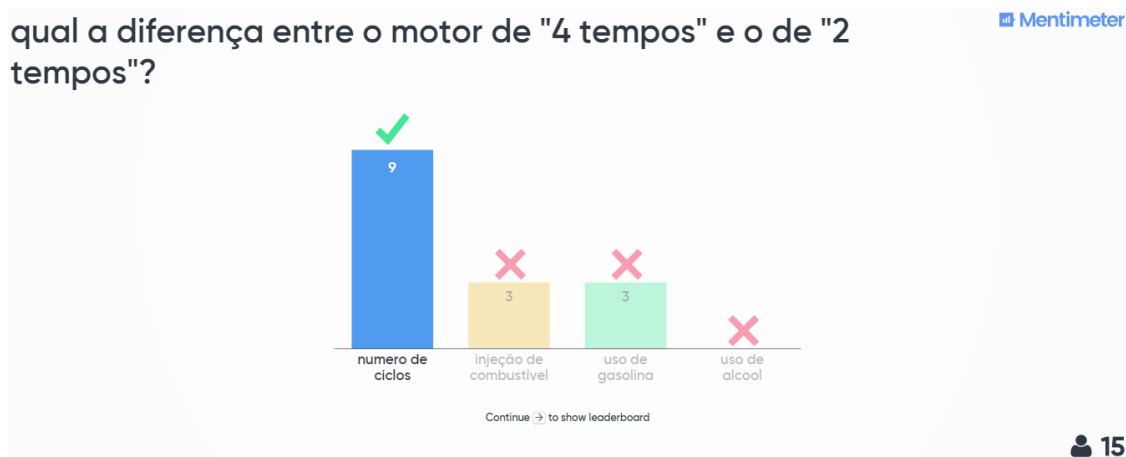


Fig. 2 – Resposta à pergunta 1



Fig. 3 – Resposta à pergunta 2



Fig. 4 – Resposta à pergunta 3

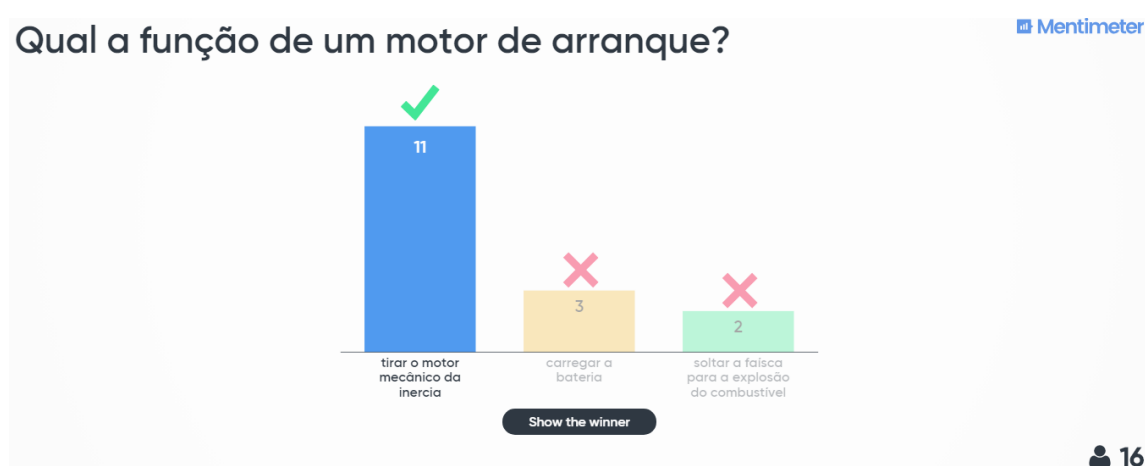


Fig. 5 – Resposta à pergunta 4

No canto inferior a direita, o software mostra a quantidade de alunos que participaram da enquete em cada uma das perguntas. A figura 6 apresenta a classificação final dos alunos, dada em função da resposta certa e do tempo para responder.

A relevância dos dados obtidos esta na quantidade de alunos que por vontade própria participaram da enquete, uma vez que foi dada a liberdade de participarem ou não. Estavam presentes 17 alunos, e todos participaram respondendo as perguntas, em momentos diferentes. A menor participação foi de 13 alunos, na pergunta 3, ou seja, uma taxa de participação de 76,5% e a maior participação foi na pergunta 4, ou seja, uma taxa de participação de 94,1%.

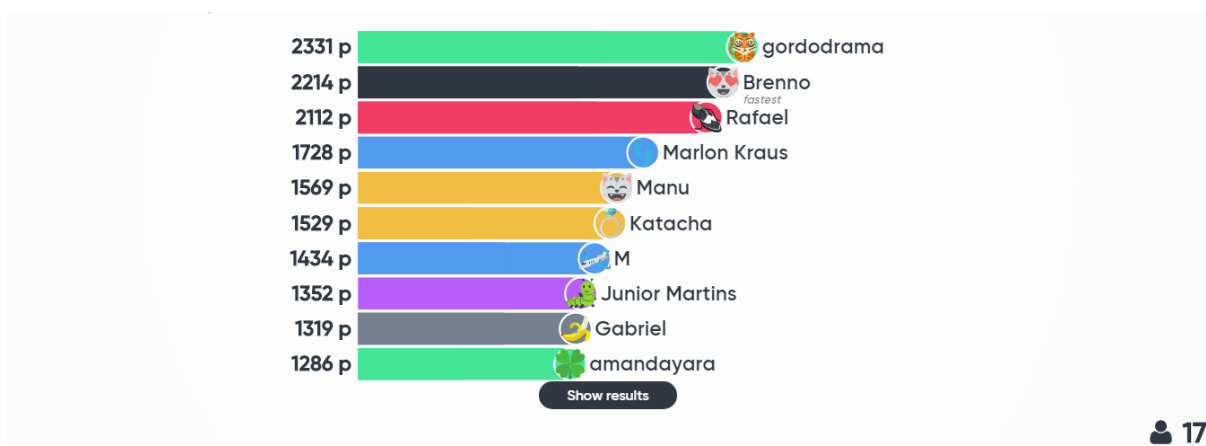


Fig. 6 – Classificação dos alunos que participaram da enquete

Na turma do terceiro ano também foi realizado a enquete. Os resultados estão presentes nas figuras 7, 8, 9 e 10.

Em dois circuitos distintos, temos associação em série e em paralelo de lâmpadas com mesmo valor nominal



Fig. 7 – Respostas à pergunta 1

Considerando a Lei de Ohm

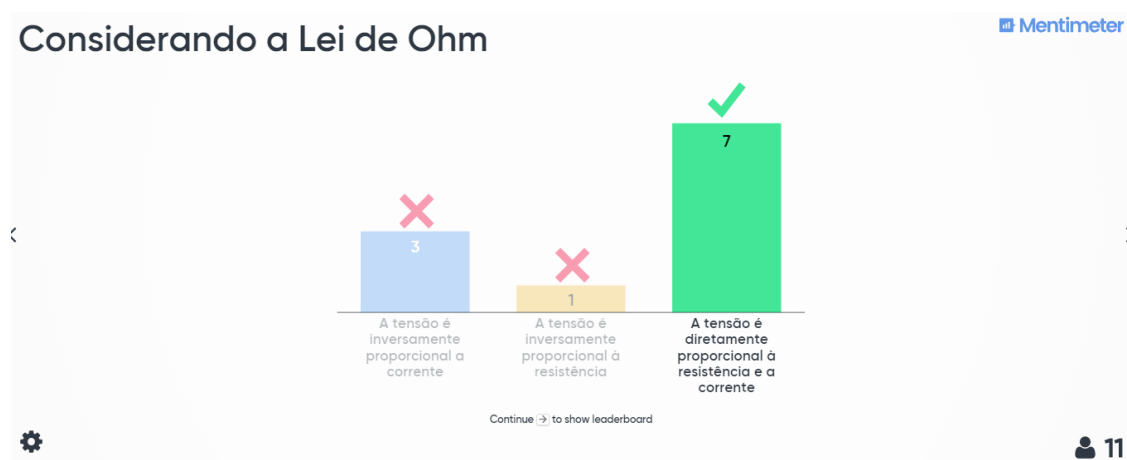


Fig. 8 – Respostas à pergunta 2

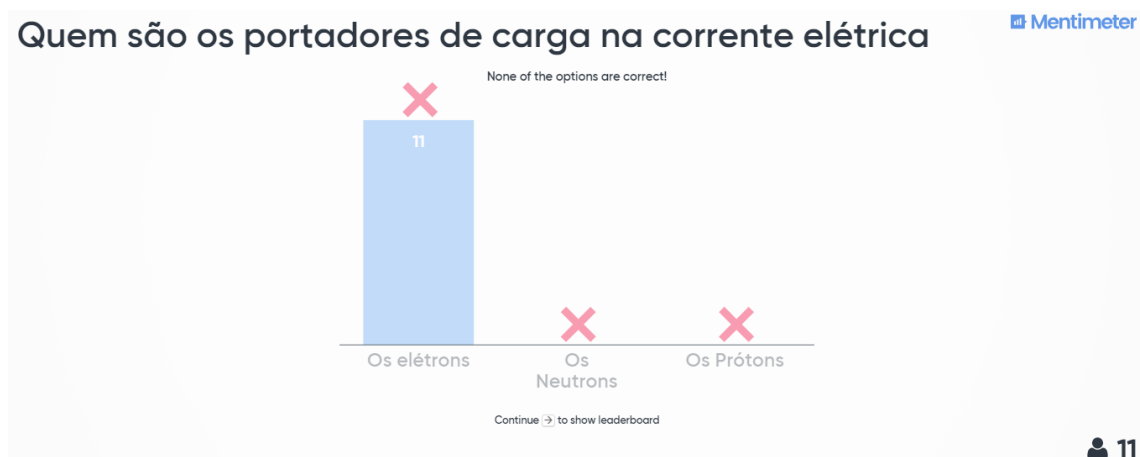


Fig. 9 – Respostas à pergunta 3



Fig. 10 – Respostas à pergunta 4

No canto inferior a direita, o software mostra a quantidade de alunos que participaram da enquete em cada uma das perguntas. A figura 11 apresenta a classificação final dos alunos, dada em função do número de respostas certas e do tempo para responder.

Nessa turma foi possível observar uma taxa de 100% de participação na enquete.

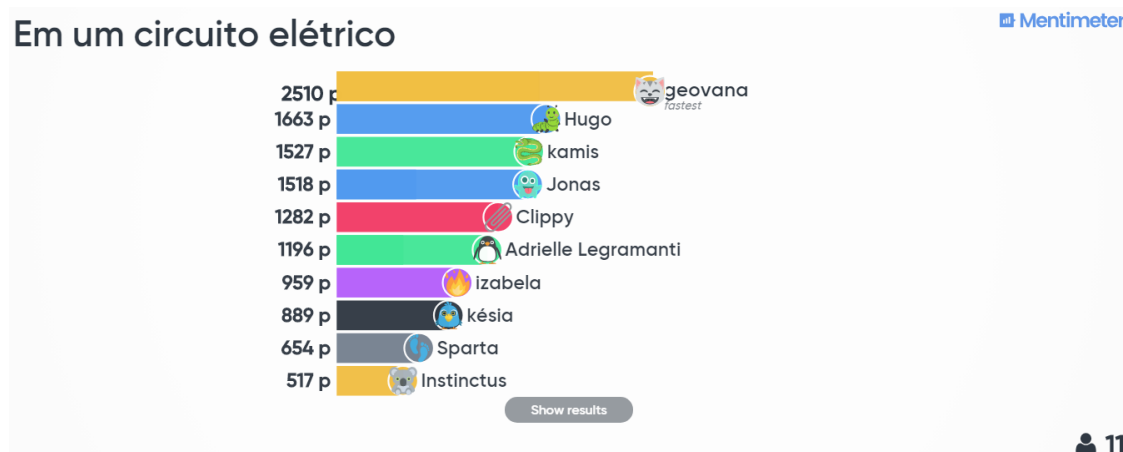


Fig. 11 – Classificação dos alunos que participaram da enquete

Com os números disponibilizados pela ferramenta MENTIMETER, com relação ao quantitativo de alunos que participaram da enquete, observamos um interesse pela aula através da grande participação no experimento (uma média de 90% nas duas turmas). Porém algo que não pode ser mensurado é a satisfação demonstrada pelos alunos em realizar as atividades e ter uma aula diferente como depoimento nas entrevistas realizadas com os alunos.

A abordagem aos alunos foi realizada permitindo ao professor da turma – prof. Cleverson - escolher 3 alunos que participaram do experimento para uma entrevista individual. Desta forma, optou-se em realizar uma entrevista sem roteiro de perguntas, buscando deixar os alunos confortáveis e no transcorrer da conversa, a inserção de perguntas relevantes a esta pesquisa.

Um estudante (E1) do segundo ano declarou que é “mais intuitivo” ver o funcionamento de um motor na forma de um vídeo do que tentar entender uma explicação sobre o assunto no quadro e percebeu que até alunos desinteressados pelas aulas de física, “estavam participando da aula” no momento da enquete.

Um estudante (E2), também do segundo ano, afirmou que sentiu a turma “mais focada” em participar da aula e que a turma “aprendeu mais”.

Um estudante (E3) do terceiro ano, que utilizou o simulador de circuito elétrico, mencionou ser positivo o uso do simulador, pois na prática poderia ser “bastante perigoso” realizar as práticas experimentais no laboratório de Física, pois envolviam energia elétrica e riscos aos alunos. Declarou ainda que a prática realizada no computador “melhorou a capacidade de entender como um circuito elétrico funciona”. Em relação à enquete, o mesmo estudante menciona que “todo ser humano quer estar em primeiro”, então houve um esforço coletivo em responder da melhor forma possível, já que a ferramenta ao final apresentaria a classificação dos alunos. Também destacou que no momento da enquete ninguém ajudou o outro por que cada um queria se sair melhor do que o outro.

Outro depoimento importante foi obtido da Coordenadora de Área de Ciências da Natureza e Matemática (CA), que mencionou que os alunos ficaram “eufóricos” com as aulas diferenciadas que ocorreram no transcorrer desta pesquisa.

4 CONCLUSÃO

O experimento realizado com os estudantes foi de grande valia para a observação do quanto a inserção de ferramentas digitais e a *gamificação* podem tornar-se recursos interessantes para melhorar o ambiente em sala de aula e permitir o objetivo maior que corresponde a melhoria do aprendizado.

Pelos depoimentos dos estudantes e pela observação da Coordenadora da área fica aparente a possibilidade de planejar aulas que façam uso de tecnologias digitais

O uso do computador e do smartphone como instrumento de ensino e aprendizagem se enquadra como uma metodologia inovadora a ser aplicada como ferramenta de auxílio no processo de aprendizagem, estimulando o aluno e prendendo a atenção deste por meio de uma nova dinâmica em sala de aula. É necessário cada vez mais consolidar o uso das ferramentas digitais na educação, aplicando em outras disciplinas.

REFERÊNCIAS

- BISSOLOTTI, Katielen; NOGUEIRA, Hamilton Garcia; PEREIRA, Alice Theresinha Cybis, **Potencialidades das mídias sociais e da gamificação na educação a distância**, Revista CINTED- Novas Tecnologias na Educação, V. 12 Nº 2, dezembro, 2014
- BORGES, Simone de S. et all, **Gamificação Aplicada à Educação: Um Mapeamento Sistemático**, In: II Congresso Brasileiro de Informática na Educação (CBIE 2013), 2013; XXIV Simpósio Brasileiro de Informática na Educação (SBIE 2013), 2013
- CHIOFFI, Luiz Carlos; OLIVEIRA, Marta Regina, **O uso das tecnologias educacionais como ferramenta didática no processo de ensino e aprendizagem**, In: III Jornada de Didática, 2014
- LÉVY, Pierre, **Cybercultura**; tradução de Carlos Irineu da Costa, São Paulo: Ed. 34, 1999, 264p.
- LOPES, Rafael. **Dicas de Ferramentas Digitais para Inovar em Sala de Aula**. Revista Linha Direta – Educação por Escrito, p. 12-15, maio de 2016

MAGALHÃES, Sthenio José Ferraz; CAVALCANTE, Patrícia Smith. **Tecnologias e Educação Profissional: O que dizem os alunos de uma Fábrica de Games?** Revista Novas Tecnologias na Educação, Vol. 9, Nº 2, dezembro/2011

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**, 2ª. ed., Editora Papirus, Campinas, SP, 2007. 174p.

OLIVEIRA, Gabriel F. T. de; RAMOS, Eugenio M. F. **O uso do smartphone como ferramenta didática para o Ensino de Física**, In: XXVIII Congresso de Iniciação Científica - UNESP - Campus Bauru, 2017 Disponível em: http://prope.unesp.br/cic/admin/ver_resumo.php?area=100089&subarea=27693&congresso=39&CPF=35099681824 acesso: 29 de Outubro de 2018

VIEIRA, Leonardo Pereira. **Experimentos de Física com Tablets e Smartphones**. 2013, Dissertação (mestrado), UFRJ/IF, Rio de Janeiro.

Sites:

Funcionamento Do Motor Em 3D

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Knpk9Hmn4kQ&t=5s>

acesso: 17 de outubro de 2018 as 10:00hs.

Kit de construção de circuito, In: Phet Interactive Simulations. University of Colorado Boulder, disponível em: https://phet.colorado.edu/pt_BR/simulation/circuit-construction-kit-ac-virtual-lab acesso: 24 de Setembro de 2014 às 15:00hs.

MENTIMETER

Disponível em: <http://mentimeter.com> acesso: 12 de Outubro de 2018 às 20:00hs.

Motor 2 Tempos

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FRf2mNpKvlc> acesso: 15 de Outubro de 2018 às 18:00hs.

A INEFICÁCIA DAS SANÇÕES PENAIS EM FACE AOS CRIMES AMBIENTAIS PRATICADOS PELA PESSOA JURÍDICA

Kemmyly Aires Sirqueira Guesser¹⁹

Renata Beatriz Bilégo²⁰

Fabiane Alves da Silva²¹

RESUMO

É sagaz querer ter um meio ambiente sadio, capaz de proporcionar um futuro para as gerações posteriores. Contudo a realidade traz um enfrentamento de crimes ambientais constantes, assim, o objetivo desse trabalho é abordar a ineficácia das sanções penais em face de crimes praticados por pessoas jurídicas ao meio ambiente. Desta forma esse estudo buscou analisar a historicidade da evolução normativa, demonstrando o surgimento do interesse pelo Meio Ambiente, a chegada de leis específicas que abordam tal assunto, a proteção da Lei Maior com a vinda da Constituição Cidadã, até a chegada da Lei 9.605/98, como a mais atual e vigente Lei de Crimes Ambientais, impondo sanções penais e administrativas. Trata-se de estudo dedutivo, básico e com abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica, com a utilização de doutrinadores como Fiorillo (2012) e Amado (2009) para a contextualização histórica, buscando sempre o amparo da lei para resguardar e embasar o Direito Ambiental. Constatou-se diante das obras e da Lei 9.605/98, falha no que se refere a justiça ambiental, com fragilidade em aplicação penal, dando garantias transacionais das penas mais gravosas para as mais brandas. Além da morosidade do judiciário brasileiro para julgar as causas correspondentes a crimes. Conclui-se que apesar de ser a mais atual Lei de Crime Ambiental (LCA), este segmento precisa de uma reciclagem perante as diretrizes punitivas adotadas em correspondência as necessidades do atual cenário brasileiro. Para manter o equilíbrio ambiental, sanções penais devem surtir o efeito esperado de modo a reprimir futuras práticas criminosas.

PALAVRAS-CHAVE: Lei de Crimes Ambientais - Lei 9.605/1998. Meio ambiente. Pessoa Jurídica. Ineficácia das sanções penais.

THE INEFFECTICACY OF CRIMINAL SANCTIONS IN FACE OF ENVIRONMENTAL CRIMES PRACTICED BY THE LEGAL ENTITY

¹⁹ Acadêmica do IX semestre do Curso de Direito do UniCathedral – Centro Universitário Cathedral.

²⁰ Especialista em Docência de Ensino Superior. Bacharel em Direito. Docente no Centro Universitário Cathedral - UniCathedral.

²¹ Graduada em Letras Português e Literatura Portuguesa pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Graduada em Espanhol – Apostilamento - UFMT/PARFOR; Especialização em Gêneros Textuais na Escola, pela UFMT; Docente da Rede Estadual de Mato Grosso. Docente no Centro Universitário Cathedral - UniCathedral.

It is wise to want to have a healthy environment that can provide a future for later generations. However, the reality brings a confrontation of constant environmental crimes, thus, the objective of this work is to address the ineffectiveness of criminal sanctions in the face of crimes committed by legal entities to the environment. Thus this study sought to analyze the historicity of normative evolution, demonstrating the emergence of interest in the Environment, the arrival of specific laws that address this issue, the protection of the Major Law with the coming of the Citizen Constitution, until the arrival of Law 9.605 / 98, as the most current and effective Environmental Crimes Law, imposing criminal and administrative sanctions. This is a deductive, basic study with a qualitative approach, through bibliographic research, using the use of indoctrinators such as Fiorillo (2012) and Amado (2009) for historical contextualization, always seeking the protection of the law to safeguard and base the Environmental law. It was found in the face of the works and Law 9.605 / 98, failure with regard to environmental justice, with fragility in criminal application, giving transactional guarantees from the most severe to the mildest penalties. Besides the length of the Brazilian judiciary to judge the cases corresponding to crimes. It is concluded that, despite being the most current Environmental Crime Law (LCA), this segment needs to be retrained before the punitive guidelines adopted in correspondence with the needs of the current Brazilian scenario. To maintain the environmental balance, criminal sanctions must have the expected effect in order to curb future criminal practices.

KEYWORDS: Environmental Crimes Law - Law 9.605 / 1998. Environment. Legal person. Ineffectiveness of criminal sanctions.

1 INTRODUÇÃO

Indispensável para a vida humana, o meio ambiente tem cada vez mais ganhado seu destaque frente ao mundo jurídico. A preocupação em sua preservação para que haja um meio ambiente com equilíbrio ecológico para as futuras gerações frente à industrialização é alvo de discussão.

Compreender a necessidade de instrumentos jurídicos para punir quem polui ou degrada o meio ambiente é essencial, a ineficácia desses instrumentos também devem ser assunto de debate. Dessa forma, apesar de protegido pela carta magna, com a possibilidade de defesa tríplice na esfera jurídica, ou seja, sua punição pode-se se dar nos âmbitos, administrativo, cível e penal.

A tutela penal é imprescindível para resguardar a preservação do meio ambiente e sancionar aqueles que os degradam e utilizam de modo exacerbado, sem prestar o devido respeito a esse bem que é esgotável. Mister se faz saber, que desse direito difuso, os maiores responsáveis pela degradação do meio ambiente não é a pessoa física, mas sim a jurídica. Logo se destaca, não desmerecendo as demais esferas jurídicas, a via penal através da lei 9.605/98, Lei de Crimes Ambientais, como forma de proteção ao meio ambiente.

Deste modo, a essência da pesquisa busca entender a respeito do tema a ineficácia das sanções penais em face aos crimes ambientais praticados pela pessoa jurídica. Buscando

compreender quais os tipos de sanções podem ser aplicadas no âmbito penal e como são aplicadas, de modo a analisar a conduta da pessoa jurídica frente à punição estabelecida, tendo como problemática: o estudo do por que é ineficaz a aplicação das sanções penais para a pessoa jurídica no âmbito do direito ambiental?

Logo, concerne nesta discussão à compreensão da avaliação da lei diante de sua aplicabilidade, através de uma abordagem doutrinária. Logo, o artigo tem como premissa demonstrar a ineficácia da tutela penal quando o assunto são crimes praticados contra o meio ambiente, diligenciado expor onde está o erro.

Para tanto, interessante é compreender a Constituição Federal com relação aos preceitos voltado para o meio ambiente, tornando-se imprescindível, haja que toda e qualquer lei deve respeitá-la. Dispor do contexto histórico do direito ambiental em seus principais aspectos voltado para os limites do Brasil. Bem como acompanhar a chegada da Lei 9.605/98, Lei Dos Crimes Ambientais, analisando o âmbito da pessoa jurídica e sua responsabilidade penal, a fim de investigar como é abordada a aplicação penal à pessoa jurídica e demonstrar a discrepância da pena de multa, quando praticado crime ambiental, em comparação a multa administrativa.

Para o desenvolvimento deste artigo, fora utilizada uma abordagem básica, que tem como objetivo averiguar o tema da ineficácia da aplicabilidade das sanções penais no direito ambiental em face dos crimes praticado pela pessoa jurídica, com o intuito de demonstrar as falhas acerca de sua responsabilização e sanções.

Frente ao exposto, foi conduzida uma pesquisa qualitativa, cuja forma de abordagem bibliográfica foi imprescindível, posto que visa a análise e o entendimento do ponto de vista de doutrinadores, como Amado (2009), Fiorillo (2012) entre outros, demonstrando seu entendimento acerca do tema exposto, induzindo portanto como objeto a pesquisa explicativa, posto que buscou compreender o porque da ineficácia neste âmbito de direito. Conquanto, tornou-se adequado o método de abordagem dedutivo, que possibilitou partir de uma premissa maior, com os exames de conteúdo jurídico, (Constituição Federal e Lei 9.605/98), para a posição dos doutrinadores e estudos de jurisprudência. Por quanto, o método de procedimento adotado foi o comparativo, pois harmonizou com o intuito investigativo da problemática, possibilitando uma diferenciação dos pontos positivos e negativos da Lei na visão doutrinária.

A busca pela sadia qualidade de vida, fez com que o legislador em sua subjetividade conforme a cenário disposto, instituísse constitucionalmente a preocupação com o meio ambiente. Incorporada na carta magna a proteção está prevista em seu artigo 225, que trouxe o instituto da responsabilização por danos causados ao meio ambiente, tanto da pessoa física quanto da pessoa jurídica, principal degradador.

Destarte, apesar da matéria que versa sobre meio ambiente está inserida na carta magna, não obsta que ainda haja tamanho desrespeito com os recursos naturais esgotáveis que fornece a possibilidade de vida.

A preocupação com o disposto tema elucidou a criação da Lei de Crimes Ambientais, Lei 9.605/98, o qual possui mecanismos para maior efetivação para as sanções punitivas, a responsabilização penal da pessoa jurídica, fora uma grande inovação, para o direito ambiental.

Contudo, mesmo com texto de leis que buscam resguardar a integridade ambiental, há uma ineficácia com relação à sanção aplicada a pessoa jurídica quando o assunto é meio ambiente, ora vista se observar a reincidência de práticas criminosas para com este.

Compreender a adequação das sanções penais, quando aplicadas para práticas de crimes ambientais, por pessoas jurídicas se faz importante, para ponderar sobre a desconstrução intensidade da sanção penal aplicada, e logo, buscar outros caminhos para que a punição tenha seu valor respeitado e cumpra seu verdadeiro efeito.

Neste contexto, a justificativa desse artigo está por alcançar uma reflexão acerca da ineficácia da aplicabilidade das sanções penas no direito ambiental em face de crimes praticados pela pessoa jurídica, com o intuito de analisar os instrumentos jurídicos frente posições doutrinárias, com o propósito de avaliar e identificar as deficiências previstas nas leis vigentes, para punir a pessoa jurídica pela prática de crime ambiental, de modo a trazer em resolução o déficit da aplicação da lei, a fim de proporcionar uma fenda que tem como propulsor a mudança de hábito legislativo.

2 EVOLUÇÃO NORMATIVA DO MEIO AMBIENTE NO BRASIL

O meio ambiente não é apenas um mecanismo de recursos de matéria prima, para ser extraído e lapidado como a humanidade bem entender de modo que lhe agrade. Serve-se ao meio ambiente, não o inverso, e entender a fundamental função do que ele proporciona é essencial para que haja uma qualidade de vida, tanto para essa quanto para as futuras gerações.

O que observa-se com o passado, não tão distante, como por exemplo o início da Revolução Industrial fora a desenfreada degradação sem limites do homem para com a natureza, com o intuito apenas econômico, sem pensamentos nas consequências que tal exploração poderia ocasionar. Conforme aduz Rodrigues:

Muito embora seus componentes e até seu objeto de tutela estejam ligados à própria origem do ser humano, não se pode negar que o tratamento do tema visto sob uma perspectiva autônomo, altruísta e com alguma similitude com o sentido que se lhe tem dado atualmente não é tão primevo assim. É por isso que se diz que o direito ambiental é uma ciência nova. Nova, mas com objetos de tutela tão velho... (RODRIGUES, 2015, p.57)

Preocupar-se com o meio ambiente, como ele sendo o provedor de vida na Terra é algo recente, tendo sua importância realmente realçada na metade do século XX, e daí em diante ele vem tomando seu espaço e com o passar do tempo, vem crescendo o interesse sobre sua proteção e se criando normativas jurídicas que a efetive, trazendo-o como direito difuso, de interesse não só do Estado em preservá-lo, mas de toda a sociedade.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, no ano de 1972, fora o propulsor para elencar a necessidade de proteção do meio ambiente em um contexto mundial, no Brasil, com a sua Constituição Cidadã de 1988, o meio ambiente ganhou sua autonomia no ramo de direito, constando ainda como um direito fundamental para a sadia qualidade de vida, conforme dita o artigo 225 da Constituição Federal.

Por ser um direito novo, ainda carece de lacunas e percursos desconhecidos, como a exemplo, a dicotomia em associar crescimento econômico e preservação dos recursos naturais, ainda há essa dificuldade de uma exploração sustentável.

As Constituições que precederam a atual, não trataram acerca da proteção do meio ambiente, contudo em outra vertente, fora na década de 30 que houvera indícios de normativas específica sobre o assunto, a exemplo o Código Florestal (Dec. nº. 23.793/34), a Lei de Proteção da Fauna (Dec. nº. 24.645/34), o Código das Águas (Dec. nº. 24.643/34).

Seguindo o progresso das normatizações, a quase 30 anos depois, por volta dos anos 60 houvera novos segmentos normativos tais como Estatuto da Terra (Lei nº. 4.504/64), o novo Código Florestal (Lei nº. 4.771/65), a nova Lei de Proteção da Fauna (Lei nº. 5.197/67), dentre outros mecanismos de defesa, houve também a criação também do Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental (Dec. nº. 303/67).

Com a Conferência de Estocolmo de 1972, há de se observar a influência dinâmica que trouxera para a legislação, maior preocupação com a proteção do meio ambiente, tornando-o um ramo autônomo do direito, influenciando a constituição vigente, e trazendo consigo uma carga de consciência para com o futuro da humanidade. Diante disso políticas públicas de proteção tornaram-se realidade, órgãos que tem como função proteger esse bem tão precioso tornou-se possível através do Dec. nº. 73.030/73, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA).

O fortalecimento do Direito Ambiental se deu através da Lei nº 6.938/81, com a entrada em vigor da Política Nacional do Meio Ambiente, que em seu artigo 3º, definiu em lei o que é meio ambiente, como sendo “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Assim, ante a todo esse contexto, nota-se que posterior a Estocolmo/72 ocorreram grandes avanços no sistema normativo de proteção ao meio ambiente, quais sejam a criação da Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº. 6.938/81; a Constituição Federal de 1988 versando sobre o Direito Ambiental como um direito difuso, desse modo sendo de interesse de todos a sua proteção; e a mais atual e vigente Lei de Crimes Ambientais a Lei nº. 9.605/98.

3 PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL

Conforme o tempo avança, novas tecnologias são criadas, assim como novas legislações são adaptadas ao momento presente. Desse modo, há de se ressaltar que o direito ambiental é recente para o Brasil, tendo surgido em meados dos anos 70, com a conferência sobre o meio ambiente, em Estocolmo, no ano de 1972, que posteriormente contribuiu no texto constitucional atual. Assim a CF/88 dispõe:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. (BRASIL, 1988)

O atual cenário brasileiro traz consigo uma preocupação mais efetiva acerca do meio ambiente, de modo a ter sua importância traduzida a nível constitucional, para tanto o legislador teve o devido cuidado ao abordar sua relevância sócio-jurídico. Logo, observa-se a tipologia de um direito difuso no que se refere ao meio ambiente, de modo a ser respeitado em sua total essência, vez que ele é o responsável por prover a criação de um lugar que permite preservação da vida humana.

O legislador em seu lapso de sabedoria trouxe o advento da Lei 9.605/98 ou mais comumente conhecida como a Lei dos Crimes Ambientais, “Essa lei regulamentou o quanto disposto no art. 225, §3, CRFB/1988, ao se prever pioneiramente no Brasil a responsabilidade penal da pessoa jurídica, conjuntamente com a pessoa física.” (AMADO, 2009, p.241). Engrandecida a importância da lei maior no que se refere à preocupação com a proteção do meio ambiente, enaltece-se ainda que para maior efetividade contra a aquele que vier a degradá-lo de modo criminoso, com foco na pessoa jurídica.

Diante da magnitude do assunto, a CF/88 assim como a Lei 9.605/98 ocasionou avanços no que diz respeito à tutela penal do meio ambiente frente à pessoa jurídica. A ênfase dada à pessoa jurídica é consequência de sua significância quando o assunto é degradar. Conforme observado pelo doutrinador FIORILLO, eles são os maiores agentes causadores de crimes ambientais, dispondo que:

[...] as grandes degradações ambientais não ocorriam por conta de atividades singulares, desenvolvidas por pessoas físicas. Elas apresentavam-se de forma corporativa. Com isso, fez-se necessário, a exemplo de outros países (como França, Noruega, Portugal e Venezuela), que a pessoa jurídica fosse responsabilizada penalmente. (FIORILLO, 2012, p. 154)

Para tanto, a Lei de Crimes Ambientais trouxe uma dúplici responsabilização para a pessoa jurídica, de modo a ser possível a punição nas esferas administrativa e penal, sem, contudo excluir a responsabilização do agente causador do dano pessoa física. Além, de agregar o instituto de desconsideração da personalidade jurídica em circunstâncias que se faz necessário o ressarcimento econômico dos prejuízos e a personalidade torna-se um obstáculo.

4 A CHEGADA DA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS

Partindo do princípio da legalidade disposto no Código Penal, do qual disserta a impossibilidade de crime sem lei anterior que a defina, e a não penalização sem prévia

cominação legal, é que se fez necessário a criação de uma lei específica para tratar sobre práticas ofensivas e lesivas cometidas perante o meio ambiente.

A preocupação com o meio ambiente ecologicamente equilibrado disposto na Constituição, em seu artigo 225, mais a apreensão com a conservação e preservação de um ambiente que seja habitável para as futuras gerações, fizeram contribuir para que houvesse mais amparo jurídico a esse bem tão inestimável.

Daí a efetivação da lei nº 9.605/98, Lei de Crimes Ambientais, que em tese viera justamente dar efetividade a proteção ao meio ambiente, punindo quem o lesionar (pessoa física ou jurídica) de alguma maneira, conforme prevê a lei.

5 TIPOS DE PENAS APLICADAS

Considerando que nos crimes ambientais, há a existência de dois agentes que podem configurar o pólo ativo, pessoa física e ou pessoa jurídica, a eles a Constituição atribuiu a responsabilização na tríplice esfera, administrativa, civil e penal. Logo a lei específica em conformidade com a Carta Magna dispõe que:

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

O legislador ao traçar as sanções penais, seguiu os parâmetros do Código Penal, podendo o causador do dano ser submetido às penas privativas de liberdade, restritiva de direito e ou multa. Conforme demonstra o art. 6º da Lei de Crimes Ambientais, a aplicação da pena passa por uma espécie de dosimetria, sendo levado em conta aspectos como gravidade do fato praticado, e as conseqüências que ele causou para a saúde pública e para o meio ambiente, e se há antecedentes e qual sua situação econômica, para então dada essa análise, aplicar a pena cabível. Assim determina a Lei 9.605/98, em seu art. 6º que:

Art. 6º Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará:

I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas conseqüências para a saúde pública e para o meio ambiente;

II - os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;

III - a situação econômica do infrator, no caso de multa.

No tocante das possibilidades de penas a serem aplicadas, e tendo em vista que tanto pessoa física quanto jurídica são passíveis de cometer crimes ambientais, a Lei 9.606/98 especificou as possibilidades da aplicação das penas incumbida a cada um, podendo ser atribuída cumulativamente ou não, ficando ao encargo da análise da dosimetria do julgador.

5.1 PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

Com relação à pena privativa de liberdade, pode ela ser de reclusão ou detenção, devendo aquele que cometer o ilícito considerado como crime, ser posto em estabelecimento penitenciário. No entanto, essa situação aplica-se apenas as pessoas físicas, haja vista que para que se ocorra um crime é necessário o fator humano ser o causador, logo a pessoa jurídica, sendo ser fictício não se pode valer de tal cominação.

No direito ambiental, quando se tratando de crime que resulta em detenção, ressalva a impossibilidade no cumprimento em regime fechado, devendo ser substituída em pena restritiva de direito, como assim dispõe o artigo 7º da lei 9.605/98, desde que atendidas aos critérios que este dispõe, tornando obrigatório essa substituição.

Não bastando, a não aplicação dessa pena privativa de liberdade para as pessoas jurídicas, de modo a desestabilizar a norma penal, deixando- os mais destemidos ainda para práticas criminosas em face do meio ambiente. Existe ainda resguardado a crimes que não possuem penas superior a um ano, a possibilidade de transação penal, como assim consta o artigo 76, ditado na lei 9.099/95, Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais que:

Art. 76. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

Portanto, nos crimes previstos nos artigos 29, 31 e 32, da Lei de Crimes Ambientais, praticados contra a fauna, são passíveis do benefício da transação penal. O que demonstra ainda mais a vulnerabilidade da aplicação do ordenamento jurídico penal. Refletindo o desinteresse do Estado em enrijecer as sanções para aqueles que praticam ações que prejudicam, não apenas o meio ambiente, mas também a todos que nele habitam vez que reverterem uma privativa de liberdade, para restritiva de direito e ou multa.

Ainda em observância ao que dispõe o artigo 7º da Lei 9.605/98, chama a atenção de modo a ressaltar aos olhos, o inciso I, como critério de transacionar a pena privativa de liberdade para restritiva de direito, *in verbis*.

Art. 7º As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando:

I - tratar-se de crime culposo ou for aplicada a pena privativa de liberdade inferior a quatro anos;

Conforme disposto, é notório que se abre dessa forma uma lacuna maior para se valer do instituto de transação penal, o que em vista a norma penal da qual deveria ser adotada rigorosamente, vai, em meras palavras, por água abaixo, pois analisando o corpo do texto da Lei de Crimes Ambientais, são raros os crimes que extrapolam a quantidade de 4 anos de pena, logo somente os crimes como a pesca mediante o uso de explosivos ou de substâncias tóxicas (artigo 35), causar dano às unidades de conservação (artigo 40) e poluição qualificada (artigo 54, §2º), são passíveis de privação da liberdade.

5.2 PENA RESTRITIVA DE DIREITO

No que dita à lei 9.605/98, as penas restritivas de direito são autônomas, e estão inseridas no artigo 8º, podendo conforme o artigo 7º ser aplicadas também em substituição as penas privativas de liberdade, quando a pena não exceder o limite de quatro anos, devendo ter seu efeito no mesmo prazo de duração da pena cominada a privativa de liberdade, isso com relação à pessoa física, são consideradas penas restritivas conforme a Lei de Crimes Ambientais, tais como:

Art. 8º As penas restritivas de direito são:

I - prestação de serviços à comunidade;

II - interdição temporária de direitos;

III - suspensão parcial ou total de atividades;

IV - prestação pecuniária;

V - recolhimento domiciliar.

Levando em consideração que são poucos os crimes que cominam pena superior a quatro anos, como já citado, é posta novamente a vulnerabilidade da aplicação da sanção privativa de liberdade, pois dentre todos os crimes apenas três não são passíveis dessa transação.

Não obstante, a pessoa jurídica pode ser submetida à aplicação dessa pena restritiva de direito, bem como a multa e a prestação de serviços à comunidade, como regulado no artigo 21 da lei 9.605/98.

Art. 21. As penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas, de acordo com o disposto no art. 3º, são:

- I - multa;
- II - restritivas de direitos;
- III - prestação de serviços à comunidade.

Na Lei de Crimes Ambientais, não existe a pena de privação de liberdade para as pessoas jurídicas, o que fragiliza a aplicação penal, levando em conta que independente do crime que pratique contra o Meio Ambiente, sua maior punição não será a prisão, e como Fiorillo já mencionou, eles são os maiores agentes causadores de crimes ambientais, e são causadores em grandes proporções e a eles são reservados as seguintes sanções restritivas de direito.

Art. 22. As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica são:

- I - suspensão parcial ou total de atividades;
- II - interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade;
- III - proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

A julgar pelas sanções adotadas pelo sistema brasileiro, eles em parte são os responsáveis por essa degradação ambiental exacerbada. A redação da lei de Crimes Ambientais deixa muito a desejar, possibilita regalias para aplicação de penas mais brandas, não preponderando o peso do que deveria ser uma sanção penal, daí a reincidência em práticas delituosas ambientais, vez que o responsável nunca irá parar atrás das grades e logo não temerá por suas ações.

5.3 PENA MULTA

Sanção de multa deverá seguir os moldes do código penal, na Lei 9.605/98 está tipificado no artigo 18, nos caso em que seja ineficaz poderá ter o valor máximo triplicado, conforme a previsão legal.

Art. 18. A multa será calculada segundo os critérios do Código Penal; se revelar-se ineficaz, ainda que aplicada no valor máximo, poderá ser aumentada até três vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.

Por seguir os parâmetros do Código Penal, o valor atribuído à multa não tem seu valor revertido para reparação do dano ambiental, nem para nenhuma organização sem fins lucrativos de preservação ao meio ambiente, mas sim para o fundo penitenciário, isso ocorre pelo fato da Lei de Crimes Ambientais basear-se sua aplicação de multa em conformidade com Código Penal.

A multa, portanto poderá ser aplicada de modo cumulativo, isolado ou alternativamente. Segundo o Código Penal, essa deverá ser dada através de sentença que fixará dias-multa a serem pagas, sendo estabelecido o mínimo de dez e o máximo de trezentos e sessenta dias-multa.

Art. 49 - A pena de multa consiste no pagamento ao fundo penitenciário da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa. Será, no mínimo, de 10 (dez) e, no máximo, de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa.

§ 1º - O valor do dia-multa será fixado pelo juiz não podendo ser inferior a um trigésimo do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nem superior a 5 (cinco) vezes esse salário.

§ 2º - O valor da multa será atualizado, quando da execução, pelos índices de correção monetária.

Ante ao artigo, o magistrado está limitado ao mínimo e máximo de dias e valor, devendo aquele que for condenado ao pagamento efetuar-lo em até dez dias, a contar da sentença que transitou em julgado e após ter esgotado todos os recursos cabíveis, podendo haver inclusive o parcelamento da pecúnia. Caso não haja o pagamento da multa, o condenado terá o nome escrito na Fazenda Pública, com restrição cadastral.

Para melhor compreensão de como é calculada os dias-multa, é necessário levar em conta o valor do salário mínimo vigente ao tempo do fato. A tabela a seguir expõe o mínimo do dia-multa e o valor máximo, supondo que o fato ocorrera em 2018.

R\$ 954,00 Valor do salário mínimo, ano 2018.	
Valor mínimo do dia-multa	R\$ 954,00/30= R\$ 31,80
Valor Máximo do dia-multa	R\$ 954,00 * 5= R\$ 4.770,00

Para exemplificar, se João Fernando foi condenado ao pagamento de 25 dias-multa, com o valor a ser aplicado correspondente a 1/30 do salário mínimo, segue o calculo: R\$ 31,80 (R\$

$954,00/30) \times 25 = R\$ 795,00$, a serem recolhidos ao fundo penitenciário. Caso o valor devido não seja efetuado dentro do prazo legal, a dívida estará sujeita a ação de execução fiscal, sendo legítima a ação da Procuradoria da Fazenda Pública, conforme a súmula 521 do STJ, “A Legitimidade para execução fiscal de multa pendente de pagamento imposta em sentença condenatória é exclusiva da Procuradoria da fazenda Pública”, em consonância com artigo 51 do Código penal, *in verbis*.

Art. 51 - Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será considerada dívida de valor, aplicando-se-lhes as normas da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.

Diante de um bem inestimável e de tamanha importância para a humanidade, em que os danos causados a ele é de impacto mundial, a pena de multa torna-se irrisória, se posto em vista das grandes corporações que poluem diariamente o planeta Terra. Fica mais visível ainda a ineficácia da aplicação da lei quando apontado o processamento lento do judiciário brasileiro e os inúmeros processos que já os deixa congestionado.

As regalias em que ensejam a “mãe” que é o direito penal, tornando-se dívida ativa a multa, o apenado ainda desposará de anos de discussão judiciária, valendo-se de diversos recursos que o ordenamento jurídico o oferece para retardar ainda mais esse pagamento. A falta de uma punição penal mais severa assegura ainda mais o desrespeito com meio ambiente, retrocedendo o direito brasileiro frente às metas de sustentabilidades traçadas a nível internacional.

6 A MULTA ADMINISTRATIVA

A esfera administrativa, autônoma para aplicação de suas sanções, traz consigo grande carga de reprimendas, das quais, em certos aspectos ultrapassam o “vigoroso” direito penal, quando o assunto é meio ambiente. É certo que nesse liame se faz o exercício de poder de polícia através de seus administradores, por outrora os órgãos responsáveis pela fiscalização e preservação do meio ambiente.

Dentre as medidas adotadas administrativamente, está inserido no artigo 72, incisos I e II da Lei 9.605/98, a aplicação de multa, podendo ela ser simples ou diária. Ao contrário do que prega a aplicação da multa penal, a administrativa tem o seu valor revertido para Fundo Nacional do Meio Ambiente, como assim demonstra o artigo 73, sendo:

Art. 73. Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela [Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989](#), Fundo Naval, criado pelo [Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932](#), fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador.

Tal disposição é ponto positivo para a efetividade da reparação dos danos causados ao meio ambiente, pois a verba arrecadada através das multas aplicadas administrativamente é percussora para o apoio de projetos socioambientais e não destinada ao Fundo Penitenciário. Sua aplicação baseia-se no artigo 74 e 75 da Lei de crimes ambientais, traçando os parâmetros que devem seguir o princípio da proporcionalidade.

Art. 74. A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Art. 75. O valor da multa de que trata este Capítulo será fixado no regulamento desta Lei e corrigido periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e o máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

O Direito Penal deveria em tese ser o ato mais rigoroso de punição, tendo em vista que este lida com crimes, mas o que fica evidente em comparação com as sanções de multa penal com a administrativa é a perda de apelo pelo seu vigor, sendo preferível cometer crime ambiental e sofrer a pena de multa do que cometer infração administrativa que tem como consequência multa.

Pelos seguintes aspectos, é possível afirmar tal posição: a pena mínima de multa penal é 1/30 do salário mínimo vigente, cominado os dez dias mínimos de aplicação, o valor será de R\$ 318,00 (trezentos e dezoito reais), já a administrativa R\$50,00 (cinquenta reais); a pena de multa penal máxima que pode ser cominada, levando em conta o salário mínimo multiplicado por cinco, e dado ainda a quantidade máxima de trezentos e sessenta dias para aplicar esse valor, chegará ao montante de R\$ 1.717.200,00 (um milhão e setecentos e dezessete mil e duzentos reais), isso se aumentada em três vezes do constante do artigo 18 da Lei 9.605/98, chegará ao valor total de R\$ 5.151.600,00 (cinco milhões e cento e cinquenta e um mil e seiscentos reais), destarte a pena administrativa pode chegar até o valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Outro fator que tira credibilidade do Direito Penal é sua morosidade no judiciário o que para o criminoso ambiental é uma dádiva, sem contar os inúmeros recursos que podem ser

interposto durante o processo e em fase de execução, logo não há um tempo determinado de duração, mesmo baseando-se pelo princípio da duração razoável do processo.

Já nas infrações administrativas, regulada pela Lei de Crimes Ambientais, seguindo todo o processo legal, respeitando o direito de ampla defesa e contraditório, este tem prazo estipulado como assim consta o artigo 71.

Art. 71. O processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar os seguintes prazos máximos:

I - vinte dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data da ciência da autuação;

II - trinta dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data da sua lavratura, apresentada ou não a defesa ou impugnação;

III - vinte dias para o infrator recorrer da decisão condenatória à instância superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, ou à Diretoria de Portos e Costas, do Ministério da Marinha, de acordo com o tipo de autuação;

IV – cinco dias para o pagamento de multa, contados da data do recebimento da notificação.

Perante tamanhas discrepâncias, realça ainda mais a ineficácia da aplicação das sanções penais quando o assunto é meio ambiente. O que deveria ser sinônimo de medo e pavor de sofrer uma ação penal tornou-se preferível, como um viés para ganhar tempo, poupar dinheiro e reincidir em práticas lesivas ao meio que é essencial a vida, o tão famoso “bem de uso comum do povo”.

7 A INEFICÁCIA DAS SANÇÕES PENAIS EM FACE AOS CRIMES AMBIENTAIS PRATICADOS PELA PESSOA JURÍDICA

A Lei de Crimes Ambientais foi ao tempo de sua criação, importante para frear a degradação ao Meio Ambiente, contudo, mesmo tendo um texto de lei bem feito, contemplando vários aspectos ambientais e formas de punir quem os degradam, ela não contempla sua total eficácia, como já anteriormente demonstrado.

Diante do contexto atual, denota-se a falta estrutural da aplicação das sanções penais, em consequência de um direito frágil, que permite lacunas e interpretações diversas. O que salta aos olhos é uma inversão de valores quanto à reprimenda sancionatória, pois não há vigor nas penas impostas, e nem temor perante elas.

Apesar da humanidade desde o final do século passado ter notado o Meio Ambiente como bem inestimável, ainda há abruptas violações desse patrimônio natural, e a raça humana em manipulação da pessoa jurídica é a principal responsável por esse desgaste desnecessário de bens esgotáveis, que são essenciais para a vida na Terra, tendo como resultado um processo de entropia mais acelerado.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a importância do Meio Ambiente não só para humanidade, mas para todo e qualquer ser vivo, o homem e sua ganância vêm destruindo a milhares de anos de diversas maneiras, desde atitudes mínimas como descartar o lixo de modo inadequado a atitudes de magnitudes prejudiciais inestimável como a emissão de gases poluentes que destroem a camada de ozônio e contribui para o aquecimento global.

Foi diante deste cenário de desenvolvimento humano rumo ao crescimento econômico que ampliaram ainda mais a degradação, ambição e mais ambição tornou o meio ambiente uma presa fácil para as grandes corporações, que visaram lucro e nada mais.

Preocupar-se com a tutela do meio do qual nos provem a vida parece algo meio sem significância, ora por que destruir algo que pode destruir a todos? Esse autoflagelo só fora atentado recentemente por volta dos anos 90, e desde então o Brasil tem trazido legislações específicas que demonstram a preocupação em proteger o Meio Ambiente, tendo como a mais atual e vigente a Lei de Crimes Ambientais, Lei 9.605/98.

Contudo, é uma lei do século passado, pensada e produzida para atender as necessidades daquela época, que diante das circunstâncias atuais tornaram-se não defasadas, mais pouco eficaz e cheias de regalias para com o criminoso ambiental. Entender o novo cenário e reformar as sanções cabíveis de modo a torná-las mais rigorosa é imprescindível para que realmente haja a possibilidade de um Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado, para isso, a aplicação do Direito Penal deve ser atribuída seu real valor, ter seu fervor reascendido frente aos males que o homem faz.

Para distorcer essa inversão de valores, o primeiro passo é uma melhor educação ambiental, esse assunto deve ser debatido desde a formação acadêmica inicial do ser humano, plantar a ideia de sustentabilidade e crescimento econômicos sempre pareados, preservar e conservar são essenciais para crescer em um ambiente sadio, com melhor qualidade de vida, para quando adulto, ter consciência da importância que tem o meio em que vive e que ele também faz parte desse Meio Ambiente.

Ter uma nova geração voltada a atender as necessidades do mundo verde é um desafio alcançável, que demandaria tempo e políticas públicas. Mas para o Meio Ambiente é contra o tempo que se está correndo, enquanto não há uma formação digna e respeitosa do cidadão em face da natureza, é necessário que sejam adotadas reprimendas capazes de coibir seus atos lesivos.

O judiciário brasileiro ante a descrença de sua morosidade processual, o mínimo esperado é que quando punido cumpra-se as sanções, se condenado a privativa de liberdade, que fique preso, condenado em restritiva de direito, que cumpra as restrições, e se condenado a multa, que pague.

No que tange práticas delituosas, deve ser assegurado que haverá punição e que terá o efeito esperado, criminoso ambiental “bom” é não reincidente, fazer valer o Direito Penal nesse aspecto é de suma importância, não se pode passar a mão na cabeça, se as leis não estão

mais funcionando o correto é reformar, tornar severa a punição para a pessoa física, mas principalmente mais para as pessoas jurídicas.

Portanto a proposta não é ser radical contra o crescimento econômico impondo sanções mais rigorosas, é proteger o bem mais precioso que é capaz de prover vida. É possível crescer economicamente sendo sustentável, o Direito Ambiental não é avesso ao crescimento econômico, pelo contrário, ele contribui para ele, mas é necessário cautela, para tanto nutrir a reciclagem da sociedade em um todo com atitudes sustentáveis, palestras e mini cursos são fundamentais para melhorar o modo de agir no dia a dia com o Meio Ambiente, pois as pequenas atitudes também fazem a diferença para que ocorra a justa reparação ambiental.

9 REFERÊNCIAS

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito ambiental sistematizado**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2009.

AMBIENTE, Ministério de Meio. **Fundo Nacional do Meio Ambiental**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/fundo-nacional-do-meio-ambiente>>. Acessado em: 17 de julho de 2018.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro, RJ, 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 17 de maio 2018.

_____. Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965. **Institui o novo Código Florestal**. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l4771.htm>. Acesso em: 17 de maio de 2018.

_____. Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Brasília, DF, 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 17 de maio 2018.

_____. Lei nº. 9.099 de 26 de setembro de 1995. **Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências**. Brasília, DF, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9099.htm>. Acesso em: 17 de maio 2018.

_____. Lei Ordinária nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>. Acesso em: 20 de março de 2018.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 13. ed. rev. Atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2012.

MASSI, [Clarissa Gaspar](#). **O meio ambiente e a evolução normativa no cenário histórico mundial**. Disponível em: <<https://www.diritto.it/o-meio-ambiente-e-a-evolucao-normativa-no-cenario-historico-mundial/>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental esquematizado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

ROSENO, Dr. Paulo, advogado e Sargento do Exército da Reserva Pró-ativa. **O que significa a pena de dias multa e como calcular**. Publicado em 1 de março de 2016. Disponível em: <<https://drpaulorobertorosenoadvogadoblog.wordpress.com/2016/03/01/o-que-significa-a-pena-de-dias-multa-e-como-calculiar/>>. Acessado em: 17 de julho de 2018.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

TAKADA, Mariana; RUSCHEL, Caroline Vieira. A (in) Eficácia das penas nos crimes ambientais. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 3, n.3, p. 1043- 1062, 3º Trimestre de 2012. Disponível em: <https://www.univali.br/graduacao/direito-itajai/publicacoes/revista-de-iniciacao-cientifica-ricc/edicoes/Lists/Artigos/Attachments/376/arquivo_64.pdf> . Acessado em 17 de julho de 2018.

ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA: A INFLUÊNCIA DAS ATITUDES FACILITADORAS NO PROCESSO PSICOTERAPÊUTICO

Rafhaela de Souza Ferreira ²²

RESUMO: A abordagem centrada na pessoa marca uma nova visão na Psicologia. Seu principal teórico, Carl Rogers, sugeriu um novo olhar para a pessoa, um indivíduo com potencial para mudança, uma tendência para o crescimento. Fundamentado nessa crença, este trabalho tem o objetivo de demonstrar através de uma revisão bibliográfica as influências das atitudes facilitadoras no processo psicoterápico. Outro objetivo é o de conceituar: Empatia, Consideração Positiva Incondicional e Genuinidade que são premissas básicas desta abordagem, além de expor o conceito de Tendência Atualizante.

Palavras-Chave: Carl Rogers, Abordagem Centrada na Pessoa, Atitudes facilitadoras, Empatia, Tendência Atualizante.

SUMMARY: A centered approach in a person marks a new vision in psychology, your principal theorist, Carl Rogers, suggests a new vision for a person. As an individual with potential to change, and an aptness for growth. Reasoned in this belief, this article has the objective of demonstration through a bibliographic review; the influences of the attitudes make the psychotherapeutic process easier. Another objective is the concept of empathy. Unconditional positive consideration and genuineness are basic stand points of this approach, even after exposing the concept of updating tendencies.

Keywords: Carl Rogers, A centered approach in a person, Attitudes make, Empathy, Updating Tendencies.

1. INTRODUÇÃO

A abordagem Centrada na Pessoa, surgiu na década de 40 como uma terceira força em Psicologia pertencente a corrente humanista. Proposta pelo americano Carl Rogers, esta nova abordagem traz um novo olhar para o ser humano. Para

²² Graduada em Psicologia pela faculdade UNIC, Rondonópolis/MT; Especialista em Saúde Mental e Rede de Atenção Psicossocial pelo Grupo Rhema Educação, Arapongas/PR; Pós-graduanda em Psicologia Humanista – Abordagem Centrada na Pessoa pela UNIC, Rondonópolis/MT

Rogers, todo ser traz consigo uma tendência para o crescimento e mudança, presente a todo momento em sua vida e que jamais poderá ser destruído.

Vale ressaltar que esta abordagem tem a pessoa como foco e não o problema. Sendo assim o seu objetivo é auxiliar o indivíduo a evoluir de maneira madura, para que possa enfrentar dificuldades presentes e futuras.

Portanto deve existir por parte do terapeuta a crença de que o indivíduo é um organismo digno de confiança tornando-se assim facilitador deste processo através das atitudes facilitadoras que são: Empatia, Consideração positiva incondicional, Genuinidade.

Tendo em vista que o foco dessa abordagem está no indivíduo como um todo, o mesmo deve ser visto pelo terapeuta com respeito e capaz de dirigir o seu processo. O objetivo deste trabalho é o de divulgar a Abordagem Centrada na Pessoa e através de uma revisão bibliográfica apresentar a influência das atitudes facilitadoras e da tendência atualizante no processo psicoterápico, como o psicoterapeuta lançando mão de tais pressupostos pode tornar-se um facilitador.

2. ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA

Carl Rogers, um psicoterapeuta americano nascido em 1902 na cidade Oak Park, sugeriu o que na época ficou conhecida como a terceira força em psicologia, a Terapia centrada no cliente. Naquele tempo as duas principais forças que existiam eram a Psicanálise de Freud, e o Behaviorismo de Watson e Skinner. Carrenho diz que:

Rogers não se intimidou e com seu jeito manso, mas firme, não arredou o pé e defendeu corajosamente suas descobertas e crenças, confrontando, indiretamente, tanto a análise da mente como o condicionamento do comportamento. (CARRENHO, 2010, p. 35)

Sua proposta era uma nova forma de pensar o ser humano e o processo de mudança, levando em consideração seus aspectos emocionais. Mais tarde, sua teoria ficou conhecida como Abordagem centrada na pessoa, com foco no olhar o ser humano como um todo, e não somente para a sua patologia, queixas e limitações. E por acreditar que todo indivíduo traz dentro de si uma tendência ao

crescimento, um potencial para mudança e que este mesmo potencial está presente todo o momento e não pode ser destruído.

O que Rogers sugeriu, foi uma “relação de ajuda”, que diferente de outras formas, é uma relação que favorece o crescimento do outro, dando oportunidades e condições necessárias para o seu desenvolvimento. Não existem técnicas pré-definidas, nem conceitos antes estabelecidos, o papel do psicoterapeuta consiste em criar um ambiente em que sua postura e atitudes estejam em acordo, relativas ao ser humano. (PENNACHI, 2007, p. 55)

Sendo assim, o psicoterapeuta que trabalha baseado na teoria proposta por Rogers, a Abordagem Centrada na Pessoa, se torna um facilitador do processo, deixando as escolhas e decisões por parte de seu cliente. Por assim, crer que este é um ser capaz de escolher o próprio caminho, não sendo necessário direcioná-lo, mas acompanhá-lo. Para Carrenho: “Sentindo-se compreendida, provavelmente ela sintá-se livre para “colocar-se” em sua própria pele” (CARRENHO, 2010, p. 70). Ao vivenciar o respeito e confiança por parte do terapeuta, o cliente passa a experimentar os mesmos sentimentos com relação a si e assim passa a agir de forma mais autônoma.

Os pontos fortes dessa abordagem estão na crença de que todo indivíduo caminha em direção ao seu crescimento, ou seja, é uma tendência inerente ao seu organismo e o psicoterapeuta não assume o papel de especialista, relacionando-se de pessoa para pessoa. Foi neste contexto que Rogers propõe o que para ele tratava-se mais do que uma teoria e sim, um “jeito de ser”, uma filosofia de vida, podendo ser utilizada em todas as relações humanas.

2.1 OS PRINCÍPIOS PROPOSTOS NA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA

De acordo com Carl Rogers para que o crescimento aconteça é necessário que alguns princípios estejam presentes a todo momento na relação terapêutica, que é composta por pelo menos duas pessoas: o psicoterapeuta e o cliente.

Sendo assim, no processo psicoterápico, o psicoterapeuta precisa ser capaz de utilizar de atitudes facilitadoras para promover um ambiente de crescimento para o indivíduo. Nesta relação de ajuda é importante que a escuta do psicoterapeuta seja

amorosa e de aceitação, descartando a interpretação dos conteúdos e comportamentos. (CARRENHO, 2010).

O cliente por sua vez, é aquele que está em desacordo interno ou enfrentando alguma situação adversa e está em busca ajuda. Na abordagem centrada na pessoa existe a crença de que o cliente traz dentro si um potencial para mudança, uma tendência ao desenvolvimento, conhecida como tendência atualizante. De acordo com Santos; Rogers; Bowen (2004, p.45) Rogers explica que “essa tendência está ativa no indivíduo a todo o momento, como fluxo subcutâneo, mas ela pode ser desvirtuada embora nunca possa ser destruída.”.

Dessa forma tanto psicoterapeuta como o cliente influenciam no processo de mudança. O psicoterapeuta torna-se auxiliar, um facilitador, como aquele que promove um ambiente de aceitação e reflexão, através da escuta ativa e livre de julgamentos. O cliente por sua vez, é visto como o “comandante” aquele dirige a terapia, ou seja, ele é a peça principal na relação de ajuda. Sobre o processo psicoterápico, Carrenho comenta que:

“(...) um trabalho eficaz de psicoterapia não se concentra na solução de um problema específico, mas tenta ajudar a pessoa a construir recursos que possam ajuda-la não só naquele momento, mas também nos demais que porventura venha a enfrentar. Em segundo lugar, o enfoque está nos aspectos emocionais, isto é, nos sentimentos da pessoa e em todo o envolvimento emocional com a situação, e não nos aspectos intelectuais e racionais. E em terceiro, o mais importante a ser resolvido, deveria ser a situação presente, e não o passado da pessoa.” (Carrenho, 2010, p. 25,26)

Neste sentido, o processo terapêutico permeado por estas condições fará com que o cliente vivencie suas experiências de maneira mais concreta. O cliente se sentirá seguro e assim vivenciará conscientemente seus sentimentos que foram negados. Rogers (1977) comenta que “ele se dá conta, cada vez mais, de que é ele mesmo o centro da sua experiência.” Aos poucos o cliente vai percebendo e sentindo-se a peça importante no processo. Ao sentir-se aceito pelo psicoterapeuta, passa a experimentar uma aceitação em relação as suas experiências vividas que foram deformadas, eliminando o sentimento de ameaças em relação a elas, tornando-se cada vez mais independente para resolver suas questões atuais e também futuras.

2.2 A TENDÊNCIA ATUALIZANTE

Rogers acreditava que todo indivíduo traz dentro de si uma tendência natural para atualizar-se indo em direção ao crescimento e amadurecimento. O conceito de tendência atualizante é um dos mais importantes presente na Abordagem centrada na Pessoa. Portanto, para o terapeuta acreditar na tendência atualizante torna-se parte indispensável no processo de mudança. Miranda comenta:

“A tendência atualizante é o pilar da teoria rogeriana, tendo em vista que sua proposta prioriza a capacidade que o cliente tem de auto-atualizar suas potencialidades e de ser autêntico com suas próprias escolhas e decisões.” (Miranda, 2013).

Trata-se de um processo contínuo, presente toda a vida. Todo indivíduo tende a ir em busca do que é melhor para si, mesmo que encontre alguns obstáculos durante o percurso. Ela não pode ser destruída, mas paralisada, ou desvirtuada até que encontre um ambiente favorável tornando-se possível novamente que o indivíduo volte a se utilizar desse potencial.

Para Carrenho (2010, p. 81) “Se o psicoterapeuta acredita de fato na tendência atualizante, fica mais fácil aceitar o outro, mesmo não entendendo ou não concordando.”. Dessa maneira, o psicoterapeuta precisa acreditar na premissa de que todo indivíduo é capaz de ir em direção ao crescimento, deixando de lado seus julgamentos e valores, assim ele será capaz de criar um ambiente favorável, tornando um facilitador.

Nesse contexto, o ser humano é compreendido como um todo que contem suas partes (história de vida, sentimentos, suas crenças e etc), sendo assim, suas queixas e/ou diagnósticos que o levaram a buscar o auxílio do psicoterapeuta são vistas como partes que compõem esse todo.

“Com o clima favorável, o cliente pode escolher livremente sua direção, mas na verdade escolhe caminhos construtivos e positivos. Essa escolha se dá, pois, a tendência atualizante é ativa no ser humano. (Pennachi, 2007, p. 60)

O olhar do psicoterapeuta deve estar além dos rótulos e crenças, o seu intuito deve ser o de criar condições favoráveis para que através da tendência atualizante aquele que busca ajuda consiga desenvolver-se, assumir responsabilidades de maneira autônoma e sendo capaz de escolher seu próprio caminho.”

2.3 ATITUDES FACILITADORAS PROPOSTA POR CARL ROGERS

Para que o processo psicoterápico aconteça de forma eficaz, alcançando seus objetivos que são mudança e crescimento por parte do cliente, é indispensável algumas atitudes primordiais por parte do psicoterapeuta.

Como mencionado anteriormente deve-se criar um ambiente que possibilite o crescimento do seu cliente. Segundo Carrenho (2010, p. 63), “Quando são proporcionadas condições facilitadoras para que a pessoa se autodirija, ela tende a buscar uma harmonia interna e, em consequência, buscar uma maior harmonia com o seu meio.”.

Assim as atitudes facilitadoras que são: Consideração Positiva Incondicional, Empatia e Genuinidade, propostas por Carl Rogers, são a premissa básica desta teoria, haja visto que serão elas as responsáveis por possibilitar um ambiente favorável para o despertar da tendência atualizante no processo psicoterapêutico.

2.3.1 Consideração positiva incondicional

A consideração positiva incondicional consiste em aceitar o outro como ele é, livre de julgamentos. É aceitar a pessoa, seus sentimentos, pensamentos, ideias e decisões presente no aqui e agora, mesmo que não esteja de acordo. Segundo Rogers (1961, p. 64) “quando o terapeuta faz a experiência de uma atitude calorosa, positiva e receptiva para com aquilo que está no seu paciente, isso facilita a transformação.”

Para isso, é necessário que o psicoterapeuta seja capaz de enxergar o cliente como uma pessoa única, como alguém habilitado a escolher quais caminhos tomar. Aceitar de maneira positiva é entender que baseada nas suas experiências esta pessoa está buscando encontrar as saídas que procura.

Talvez um dos desafios encontrado pelo psicoterapeuta seja o de aceitar inteiramente o seu cliente. É necessário ter a consciência que baseado em suas experiências o cliente faz suas escolhas, e mesmo que o terapeuta não esteja de acordo, é preciso aceita-lo. Baseado nessa experiência de aceitação o cliente torna-se capaz de aceitar-se. Klockner comenta que:

“o terapeuta confia que é o cliente quem sabe a direção e o ritmo certos para a jornada. Ao aceitar incondicionalmente a direção e o ritmo escolhidos pelo cliente, o terapeuta deixa o cliente assumir o poder e o controle do seu processo terapêutico. Desta forma, o cliente desenvolve maior consciência do seu poder pessoal e sua autonomia é fortalecida.” (Klockner, 2010, p. 17)

Ao sentir-se aceito e acolhido, a tendência é que o cliente experimente uma maior aceitação de seus próprios sentimentos. Livre de julgamentos, o cliente passa se permitir experimentar seus medos e traumas, ou seja, ela capaz de se reavaliar, de ir em busca da mudança que julga necessária e assim, tornando-se ela mesma.

2.3.2 Empatia

No processo psicoterápico a empatia, que é também conhecida como Compreensão empática, torna-se uma ferramenta eficaz pois, os valores, julgamentos e opiniões por parte do terapeuta são deixados de lado nesse momento e acontece um “mergulho” no mundo particular do cliente. Carrenho comenta que:

“Mais do que estar aberto à experiência do outro, a compreensão empática significa estar aberto a essa experiência junto com o outro, fazendo parte do mundo do outro, caminhando os passos do outro, estando conectado a esse mundo de forma natural, verdadeira e intensa.” (Carrenho, 2010, p. 71)

Assim poderíamos conceituar a empatia como sendo a capacidade de se colocar no lugar do outro, ver o mundo com o olhar do outro e sentir como o outro sente. É aproximar-se ao máximo da situação, para assim compreender.

Vale ressaltar que apenas será possível ao terapeuta torna-se empático com o seu cliente, se o mesmo vivenciar a compreensão empática consigo. O terapeuta precisa ser capaz conhecer e de diferenciar seus sentimentos e os seus desejos, para não os confundir com as necessidades de seu cliente. (Santos; Rogers; Bowen; 2004, p.76)

Dessa forma a compreensão empática não deve ser algo simulado, mas deve fazer parte de um jeito de ser do terapeuta. É através de uma escuta livre de pré-julgamentos que o terapeuta conseguirá proporcionar ao cliente um ambiente onde o mesmo pode ser ninguém mais, do que ele realmente é.

2.3.3 Genuinidade

Esta atitude permite ao psicoterapeuta expressar ao seu cliente, genuinamente todos os sentimentos experimentados por ele. Não existe a necessidade de ocultar ou negar, mas há uma liberdade de expressão dos sentimentos e percepções.

O psicoterapeuta deve agir honestamente de maneira que seus comportamentos e sentimentos estejam em sintonia. Ou seja, é a capacidade de ser ele mesmo, ser congruente. A autenticidade do psicoterapeuta facilita na relação de ajuda, pois ao perceber esta atitude, o cliente passa a perceber a também sua liberdade de expressão, obtendo confiança para também agir de forma genuína. Rogers (1961, p. 63) comenta que:

“Descobriu-se que a transformação pessoal era facilitada quando o psicoterapeuta é aquilo que é, quando suas relações com o paciente são autênticas e sem máscaras sem fachada, exprimindo abertamente os sentimentos e as atitudes que nesse momento nele ocorrem.” (Rogers, p. 63, 1961)

Vale ressaltar que embora o psicoterapeuta tenha a liberdade de expressar tudo quanto sente, esta expressão precisa estar acompanhada de respeito e consideração. Sendo assim, faz-se importante que o psicoterapeuta expresse seus sentimentos, esclarecendo que isso não os tornam verdades, mas que se tratam de sua percepção (Carrenho, 2010, p. 74).

3. O PSICOTERAPEUTA

O processo psicoterápico é formado por duas ou mais pessoas, sendo que uma delas é o psicoterapeuta. Sendo ele aquele que ouve, acolhe e reflete os sentimentos que estão sendo expressados pelo cliente, que por sua vez está em busca de ajuda. Neste sentido o psicoterapeuta assume o papel de ser um ponto de referência, um facilitador no processo.

Este papel é muito importante, pois o psicoterapeuta tem a responsabilidade de atuar no processo psicoterápico de seu cliente de forma honesta, respeitando as escolhas e também o seu tempo. Vale lembrar, que na Abordagem Centrada na pessoa o psicoterapeuta é visto como o facilitador, alguém que acompanha, aceita

e não impõe regras e nem verdades fazendo que o processo seja permeado pelo respeito.

Mas, para que tal comportamento seja possível é necessário que o psicoterapeuta experimente estes mesmos comportamentos com relação a si. O psicoterapeuta precisa estar congruente, seus comportamentos, sentimentos e percepções precisam estar em sintonia, assim como aquilo que fala e faz. Dessa maneira Carrenho comenta que a:

“congruência significa a capacidade do psicoterapeuta ser genuíno com a pessoa do cliente, levando em conta os seus sentimentos e suas percepções para que ele possa tentar contribuir com uma possível reflexão de cliente a respeito de si mesmo para quem sabe colaborar com o crescimento da pessoa.” (Carrenho, 2010, p. 77)

Dessa forma, é necessário que o psicoterapeuta seja capaz de aceitar os sentimentos, que dizem respeito a si e ao outro de forma genuína e aceitadora. Lançando mão dessa abordagem deve acreditar no potencial do seu cliente, respeitar o seu jeito de ser, mas antes disso precisa ser livre para aceitar o seu próprio jeito de ser e acreditar no seu potencial.

O cliente ao perceber que o psicoterapeuta não é nada além do que ele mesmo, passa a sentir-se seguro para experimentar seus sentimentos. Segundo o próprio Rogers (1961, p. 64) “o terapeuta que for mais autêntico e congruente na relação tem mais possibilidade de que ocorra uma modificação da personalidade do seu paciente”. Quando o cliente percebe e sente o ambiente sem máscaras, ou fachadas entende que pode ser ele mesmo (auto aceitação), e assim, torna-se aberto a mudança.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi realizado através de uma revisão bibliográfica, sobre pesquisas, leituras de livros, reflexões e materiais científicos que apresentam a Abordagem Centrada na Pessoa e as suas premissas.

O foco dessa abordagem está em olhar o indivíduo como o todo, um ser autônomo, baseado na crença de seu potencial para mudança, a tendência atualizante, de que este está em busca de crescimento a todo momento. Neste

sentido o que Rogers sugere é a criação de um ambiente favorável que proporcione o amadurecimento e autonomia para o cliente.

Já sabemos que na Abordagem Centrada na Pessoa quem comanda o processo é o próprio cliente, fazendo com que o psicoterapeuta se torne facilitador deste processo através das suas atitudes.

Dessa maneira a relação de ajuda faz-se importante, por ser também uma relação de aprendizagem, por isso vale salientar que estas atitudes não devem ser fingidas, mas experimentadas pelo psicoterapeuta, ou seja devem fazer parte do seu jeito de ser. Somente a própria experiência, a aceitação de si o tornará congruente, assim suas atitudes e fala estarão em sintonia, tornando-se o referencial de seu cliente podendo aceita-lo tal qual como é. Lembrando sempre que as atitudes facilitadoras, a Empatia, a consideração positiva incondicional, somadas a Genuinidade é que permitirão o crescimento.

Percebe-se que este modelo de atendimento psicoterápico tem se mostrado eficaz no que diz respeito a prática de tais atitudes, pois elas proporcionam um ambiente de aceitação e respeito.

O cliente por sua vez, ao sentir-se aceito e compreendido passa a experimentar também a aceitação da sua realidade, aumentando a sua compreensão, o que faz com que a vivencie de forma consciente tornando-se capaz de mudar. O objetivo é tornar o indivíduo capaz de resolver seu problema atual, o potencializando para resolver de forma autônoma os problemas vindouros.

REFERENCIAS

Carrenho, Esther; Tassinari, Márcia; Pinto, Marcos Alberto da Silva. **Praticando a Abordagem Centrada na Pessoa:** dúvidas e perguntas mais frequentes. Carrenho Editorial, 2010.

Klockner, Francisca Carneiro de Sousa - **ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA: A PSICOLOGIA HUMANISTA EM DIFERENTES CONTEXTOS** - 2 ed. Londrina: Unifil, 2010.

Miranda, Alex Barbosa de - **[A Abordagem Centrada na Pessoa \(ACP\)](https://psicologado.com/abordagens/centrada-na-pessoa/a-abordagem-centrada-na-pessoa-acp)** - Disponível em <https://psicologado.com/abordagens/centrada-na-pessoa/a-abordagem-centrada-na-pessoa-acp> 2013. Acesso em 28 de dez de 2018.

Pennachi, Ana Claudia; Luciana Guimarães de Carvalho - **A PESSOA EM CRESCIMENTO: Contribuições da “Tendência Atualizante” para a Relação Terapêutica.** – Disponível em <<https://encontroacp.com.br/material/teses/>> 2007. Acessado em 09 de Maio de 2019.

ROGERS, Carl; KINGET, Marian. **Psicoterapia e Relações Humanas: Teoria e Prática da Terapia Não-diretiva.** Vol.1. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

ROGERS, Carl; **TORNAR-SE PESSOA.** 2 ed. Lisboa: Editora Ltda, 1961.

SANTOS, Antonio Monteiro dos; ROGERS, Carl R.; BOWEN, Villas-Boas, Maria Constança. **Quando fala o coração:** a essência da psicoterapia centrada na pessoa. 2 ed. São Paulo: Vetor, 2004.